

As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941

*O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda
Guerra Mundial*

Cátia Sofia Ferreira Teixeira

**Dissertação de Mestrado em História Contemporânea
Novembro de 2012**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Rosas, Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

RESUMO

As greves dos operários de lanifícios da Covilhã no Inverno de 1941

O início da agitação operária em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial

Cátia Sofia Ferreira Teixeira

PALAVRAS-CHAVE: Greve, Covilhã, Lanifícios, Segunda Guerra Mundial, Novembro de 1941, Dezembro de 1941, Estado Novo, Operários.

Com este trabalho pretendemos compreender o fenómeno da greve e da manifestação pública na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial. Focamo-nos nas greves de Novembro e Dezembro de 1941, que constituem um dos primeiros sinais da grave crise que o Estado Novo terá de enfrentar, regime que até então repousava sobre uma aparente «paz social». Apesar de terem um conteúdo reivindicativo formalmente económico, as greves de 41 revelaram-se, na prática, greves de cariz político, colocando os operários em confronto directo com o governo, sem a mediação dos Sindicatos Nacionais, estruturas que têm uma acção muito limitada na defesa das reivindicações da classe operária durante todo o conflito mundial. Embora consideradas como greves «políticas», a sua organização e condução não terá sido partidária. Como fenómenos explicativos da movimentação da comunidade operária covilhanense serão explorados os antecedentes da luta reivindicativa naquela cidade, que darão conteúdo ao movimento espontâneo a que assistimos no Inverno de 1941.

ABSTRACT

The workers strike in the wool industry of Covilhã in the Winter of 1941

The beginning of the working class agitation in Portugal during World War II

Cátia Sofia Ferreira Teixeira

KEY-WORDS: Strike, Covilhã, Wool Industry, World War II, November 1941, December 1941, Estado Novo, Workers.

The purpose of this work is to understand the strikes and the public manifestations that occurred in the town of Covilhã during World War II. We focus on the strikes of November and December of 1941, considered one of the first events that shook the regime of Estado Novo during this period, which until then lived under an apparent climate of «social peace». Although the strikes of 41 had an economic purpose, in practice they revealed themselves political strikes, since the workers were in direct opposition to the government, since there was no mediation of the national labour unions, groups that, in the time that the world war was going on, had a very limited role concerning the defence of the interests of the working class. Although these strikes are considered “political strikes”, there was not, apparently, a political party conducting their operations. We try to identify the history and the causes of the actions of the working community of Covilhã, a town with a very strong tradition of workers struggles in the wool industry that will give content to the strikes of the Winter of 41.

ÍNDICE

Introdução	1
Breve estado da questão	3
Fontes	5
Organização temática	7
 Capítulo I: Enquadramento histórico	 9
1. A reivindicação como tradição de luta operária na Covilhã.....	9
2. O Estado Novo, o modelo corporativo e a «paz social» dos anos 30 .	13
3. Breves notas sobre o corporativismo na cidade-fábrica.....	19
 Capítulo II: As consequências da Segunda Guerra Mundial em Portugal	 24
1. O impacto da economia e política de guerra.....	24
2. Os relatórios das autoridades locais e policiais	26
3. Censura e propaganda durante o conflito.....	28
4. A situação na Indústria de Lanifícios	32
 Capítulo III: A agitação operária na Covilhã durante a IIGM	 41
1. Questões prévias	42
2. Ferreira de Castro e <i>A Lã e a Neve</i>	47
3. Na véspera das greves.....	51
4. O início da reivindicação operária.....	57
5. A greve de Novembro de 1941	64
6. A greve de Dezembro de 1941	73
7. As tensões entre o patronato e o Governo: “um nítido acto de indisciplina”	78
8. As greves na imprensa legal.....	88
9. As greves na imprensa clandestina: o <i>Avante!</i> e <i>O Militante</i>	93
10. Entre o Inverno de 1941 e o final da Segunda Guerra Mundial.....	99
 Conclusão	 110
 Bibliografia e fontes	 115

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Associação de Classe
ADCB	Arquivo Distrital de Castelo Branco
AHM	Arquivo Histórico Militar
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AMSSS	Arquivo do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social
CCT	Contrato(s) Colectivo(s) de Trabalho
CDAH/ML-UBI	Centro de Documentação Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior
DN	<i>Diário de Notícias</i>
ETL	Empresa Transformadora de Lãs
FA	Fábrica Alçada & Filho, Sucessor
FNIL	Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios
FNSPIL	Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios
GCCB	Governo Civil de Castelo Branco
GILC	Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã
GNR	Guarda Nacional Republicana
INTP	Instituto Nacional do Trabalho e Previdência
JOC	Juventude Operária Católica
LOC	Liga Operária Católica
ME	Ministério da Economia
MEW	Ministry of Economic Welfare
MI	Ministério do Interior
NC	<i>Notícias da Covilhã</i>
PCP	Partido Comunista Português
PIDE / DGS	Polícia Internacional de Defesa do Estado / Direcção-Geral de Segurança
PSP	Polícia de Segurança Pública
SGPCM	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros
SN	Sindicato(s) Nacional(is)
SNPILC	Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios da Covilhã
SPN	Secretariado de Propaganda Nacional
STSTBB	Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa
TME	Tribunal(is) Militar(es) Especial(is)

“No século XX, mais do que sons de flautas pastoris descendo do alto da serra para os vales, subiam dos vales para o alto da serra queixumes, protestos, rumores de homens que, às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão.”

A Lã e a Neve, Ferreira de Castro

INTRODUÇÃO

É intuito desta dissertação de mestrado debruçar-se sobre as greves operárias de 1941, na Covilhã, como consequência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e dos seus efeitos em Portugal. Focar-se-á, deste modo, na agitação social que se começa a fazer sentir em finais de 1941, com o estalar das primeiras greves operárias, em Novembro e Dezembro, no importante centro industrial têxtil da Covilhã¹, cidade da Beira Interior. Num período em que a propaganda do Estado Novo construía uma imagem de um país sereno, idílico, pacato e submisso, no meio de uma Europa em guerra – propaganda essa que atinge o seu ponto mais alto com a *Exposição do Mundo Português*² –, começava a entrever-se, a partir daquele ano, o despontar da primeira grande crise que o Estado Novo teve de enfrentar, a qual foi superada através de uma forte política preventiva e punitiva.

Portugal assumira-se como neutro numa guerra que agora era «total». Total na medida que os seus efeitos superam as questões militares. Por isso, e apesar do estatuto de neutralidade que manteve ao longo do conflito, o país iria ser afectado em todos os quadrantes da sociedade. No ano de 1941, numa altura em que a miséria assolava o país, devido aos efeitos da economia de guerra³, o numeroso operariado da Covilhã e das aldeias adjacentes começara a reivindicar o aumento de salários, os quais tinham deixado, há muito, de acompanhar a inflação – facto que seria sucessivas vezes negado pelo Governo. Esgotadas as modalidades corporativas de apaziguamento da

¹ Assistiu-se, também, à paralisação do trabalho em Tortozendo, localidade pertencente ao Concelho da Covilhã. Quanto aos acontecimentos grevistas em Tortozendo temos poucas informações e, por isso, quando nos referimos às greves de Novembro e Dezembro de 1941, damos destaque àquelas ocorridas na cidade da Covilhã.

² “Em plena guerra civil de Espanha, quando os regimes autoritários pareciam impor-se na conturbada cena política europeia, o Estado Novo consolidava-se. É neste ambiente que, em 27 de Março de 1938, Salazar anuncia a realização, em nota oficiosa, de uma grande comemoração do duplo centenário da independência (1140) e da restauração (1640), para o ano de 1940”. A exposição simbolizava o “passar o acto (em forma de comemoração), a consagração pública de uma legitimidade representativa própria, desta feita, eminentemente ideológica e histórica.”: Barros, Júlia Leite, “Exposição do Mundo Português”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 325-326.

³ “Designação que recobre o conjunto dos efeitos económicos originados pelo impacte da Segunda Guerra Mundial em Portugal e a política económica de guerra adoptada pelo Governo para lhe fazer face. A Segunda Guerra mundial à semelhança da primeira, mas mais do que ela, é um conflito total, cujas consequências transcendem os embates militares e os seus efeitos destruidores sem precedentes, envolvendo a mobilização de todas as forças e recursos humanos e económicos dos países nela envolvidos e até dos que permanecem neutros, nenhum deles logrando escapar ao seu impacte directo ou indirecto.”: Rosas, Fernando, “Economia de Guerra (1939-1945)”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, pp. 280-284.

reivindicação operária, milhares de homens e mulheres, animados pela reivindicação de melhorias salariais, organizam-se na contestação social – punida por lei –, naquele que será um dos primeiros sinais de que o país vivia uma outra realidade, paralela ao discurso fantasioso e oficial do Regime. Esta greve inaugurará um período de larga contestação social que pontuará, em diversas regiões do país, durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

O nosso intuito não é, meramente, apontar as causas e consequências das greves do Inverno de 1941 na Covilhã. Pretendemos também que esta dissertação contribua, de algum modo, para pensar o Estado Novo e a Organização Corporativa, bem como os seus mecanismos de acção, através do estudo de um caso particular de movimentação operária. Assim, não nos centramos apenas na análise exaustiva das greves na Beira Interior: procuramos expandir o nosso estudo, enquadrando estas greves no tempo e no espaço em que ocorreram.

A pertinência na escolha deste momento de agitação operária durante a Segunda Guerra Mundial em Portugal prende-se com diversos factores. A aproximação a este tema surgiu após a leitura da obra de Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*. Essa obra permitiu a familiarização com a cidade da Covilhã, a qual desconhecíamos quase por completo. O autor dá-nos um retrato detalhado dos múltiplos aspectos da Beira Interior da década de quarenta, mais precisamente da aldeia de Manteigas e da cidade da Covilhã, locais em torno dos quais a narrativa gira. Viemos depois a confirmar a precisão do autor quando relata certos episódios das greves, que coincidem com algumas fontes a que tivemos acesso ao longo da nossa investigação. Fazendo uso de uma apurada técnica realista de descrição, o autor dá-nos uma imagem nítida da vida da população da Beira Interior. Por estas razões, esta obra tornou-se uma fonte de onde brotaram algumas das intuições mais importantes que guiaram a nossa investigação. Podemos dizer que ela desempenhou, na nossa investigação, um papel heurístico.

Estas greves constituíram um dos primeiros sinais de que a situação de acalmia social se começava a reverter. É das primeiras greves a abalar o regime do Estado Novo e a surpreendê-lo, quando se julgava erradicada a greve, depois de alicerçados os pilares do corporativismo nos anos trinta. As greves da Covilhã vieram por essa certeza em causa e denunciar os defeitos e insuficiências da organização corporativa.

As paralisações do trabalho nesta região da Beira Interior vieram dar “o mote”

para o ciclo grevista que se iniciou durante a Segunda Guerra Mundial⁴. É no seguimento destas que se começa a desenhar aquela que foi a política preventiva e punitiva do Estado Novo para reprimir a agitação social que durante o período da Segunda Guerra Mundial despontara em Portugal – a mobilização industrial. Este dispositivo, aplicado pelo Ministério da Guerra, será efectivado a partir de 1943 e, através dele, o Estado Novo conseguirá dobrar a movimentação operária deste período. O que se começava a tornar indispensável, principalmente quando se aproximava o desfecho da Segunda Guerra Mundial, um período bastante sensível para o regime.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial e as consequências que daí advinham causaram alguma apreensão ao Estado português, na medida em que o período que se aproximava dava um relevo especial às democracias europeias e ao papel importante da URSS nos desígnios da guerra mundial. Os fantasmas da democracia e do comunismo ameaçavam a manutenção do regime tal como se havia consolidado no período anterior à guerra. Quando o conflito bélico se aproximava do final, Oliveira Salazar mostra-se sensível a esta questão, deixando claro ser do conhecimento do Governo que “há muitos interessados em fazer da eventual vitória inglesa numa vitória ideológica, que possa repor em seus lugares os principais responsáveis da desordem e miséria europeia dos últimos vinte anos”⁵.

Apesar da importância das greves da Covilhã, constatámos que não existia um estudo aprofundado sobre elas, que considerasse não só a realidade do operariado da Covilhã, mas também as ligações entre essa realidade e o contexto português, marcado pela guerra.

BREVE ESTADO DA QUESTÃO

Encontram-se referências às greves da Covilhã em diversas obras historiográficas. Aparecem, porém, enquadradas em estudos de âmbito mais lato de

⁴ “A conjuntura de guerra viria pôr fim à acalmia dos anos anteriores. A inflação e a política de contenção salarial imposta pelo Governo originaram uma acentuada degradação do nível de vida que a falta de géneros e o racionamento vieram exponenciar. A miséria e a fome daí resultantes geraram uma profunda vaga de agitação social, da qual as greves sucessivas foram o fenómeno mais importante e visível. A primeira manifestação clara do ciclo grevista que então se iniciou foi a paralisação do trabalho levado a cabo pelos operários da indústria têxtil da Covilhã e Tortosendo, em Novembro de 1941.”, in Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, p. 401.

⁵ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Vol. III, Coimbra Editora, Lda., pp. 343-344.

movimentação operária durante os anos sensíveis do conflito mundial. Alguns destes estudos abordam a questão dos efeitos económicos e sociais da Segunda Guerra Mundial em Portugal – um dos mais significativos é o de Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra*. Nesta obra, fruto da sua dissertação de doutoramento, o autor aborda as consequências políticas, económicas e sociais do conflito, através das condicionantes exógenas, das vulnerabilidades estruturais e das acções do Estado Novo diante do conflito. As referências que faz às greves da Covilhã de 1941, que aparecem enquadradas nas consequências sociais da Segunda Guerra Mundial no país, deram-nos pistas fundamentais para a nossa investigação. O autor aponta que, no Inverno de 1941, na Covilhã, havia-se assistido à “primeira greve significativa do período”, quando “ao nível mais alto do regime, ninguém parecia encarar a possibilidade do regresso aos tempos «ominosos» das greves e da «desordem nas ruas», após quase uma década de «paz social»”⁶. Fátima Patriarca, na sua obra, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, faz também referência às greves da Covilhã. Assinala que os operários se haviam mostrado “menos dóceis”⁷, em comparação com a aparente resignação no meio operário no resto do país. As suas reflexões serviram para nos introduzir, igualmente, na questão do sindicalismo livre, a qual antecede a Organização Corporativa e que, por isso, nos deu algumas luzes sobre a realidade da oposição nos anos que a precederam.

Quanto à história local, António Rodrigues Assunção, autor de *O Movimento Operário na Covilhã*, debruça-se, nos volumes já publicados, sobre a história dos trabalhadores da lã entre 1890 e 1924. Esta obra é essencial para o estudo dos operariado naquela cidade, dando-nos uma visão de fundo das realidades e dinâmicas de uma cidade tradicionalmente industrial e pistas para apreender a tradição de luta operária naquela cidade da Beira Interior. Encontram-se também referências à história local operária da Covilhã na dissertação de doutoramento, de âmbito sociológico, da autoria de Heitor Duarte, *Conflitos Sociais na Indústria de Lanifícios da Covilhã, 1941-1981*, orientada por João Freire. Embora seja a primeira greve que o autor analisa, como o seu estudo se prolonga no tempo, não são abordados alguns factores que consideramos essenciais para a compreensão das greves que ocorreram naquela cidade beirã. Na obra *A Rota da Lã*, coordenada por Elisa Calado Pinheiro, ex-directora do Museu de Lanifícios da Covilhã, encontramos um retrato do trabalho da lã, da sua

⁶ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1990, p. 374.

⁷ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 575.

indústria e história ao longo dos séculos, importante para o estudo de diversas dimensões da realidade local. Por fim, a obra de Gabriel Raimundo, *Tear de Tomates*, apresenta uma série de registos orais – enquadrados numa narrativa que nos permite perceber o seu significado e importância –, dos homens e mulheres que compuseram o meio operário da indústria de lanifícios da Covilhã ao longo do século XX.

Apesar das valiosas referências que se encontram nas obras referidas, considerámos que fazia falta um estudo monográfico sobre estas greves, que fosse para além dos vários aspectos ficcionados pela pena de Ferreira de Castro em *A Lã e a Neve*, que seguisse e desenvolvesse as pistas que as diversas obras proporcionavam. Procurámos por isso fazer um estudo de investigação histórica, explorando fontes que ainda não tivessem sido analisadas, ou que o tivessem sido mas de modo insatisfatório. Quisemos ainda compreender as greves tendo em conta o clima de efervescência social que se começava a fazer sentir em Portugal, principalmente a partir de 1941, e que perdurará durante todo o conflito mundial.

FONTES

A nossa investigação começou pelas pistas presentes nas obras de Fernando Rosas e de Fátima Patriarca. Estes autores trabalharam sobretudo a informação contida no Núcleo do Ministério do Interior (Núc. MI; Gab. MI), que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), a par com alguns jornais legais (locais e nacionais), assim como clandestinos. Aqui encontrámos referências muito úteis para a prossecução do nosso trabalho e que nos encaminharam para os documentos relativos à censura política, nomeadamente os jornais de circulação legal e os documentos que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) reuniu sobre as greves do Inverno de 1941. No ANTT, no fundo da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministro (SGPCM), tivemos acesso, igualmente, a um manancial de informação que nos ajudou a construir o capítulo onde abordamos a atitude do patronato covilhanense e a sua «desobediência» à ordem corporativa. Consultámos ainda, no ANTT, o Arquivo do Hospital de S. José, onde tivemos acesso a uma breve ficha clínica de um operário que faleceu no período em que se encontrava preso.

No Arquivo Histórico Militar (AHM) recolhemos, essencialmente, informação que os Tribunais Militares Especiais (TME)⁸ constituíram sobre movimentos operários, rurais e mineiros, na região Beirã.

No Arquivo do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, a pasta do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP), referente à Covilhã dos anos 40, está desaparecida e, por ora, não há forma de perceber se ela existe ou não. Infelizmente, o arquivo não possui um catálogo. Conseguimos, no entanto, recolher algumas informações sobre o INTP na correspondência que este instituto mantinha com diversos órgãos do Governo.

Na Biblioteca Nacional de Portugal tivemos acesso aos jornais legais: aqueles de âmbito nacional, como o *Diário de Notícias* (DN) e *O Século* e os de âmbito regional, como o *Notícias da Covilhã*, *O Trabalho* e *A Voz dos Trabalhadores* (estes últimos, órgãos de comunicação do sindicalismo livre). Os jornais clandestinos, nomeadamente o *Avante!* e *O Militante* encontram-se na página da internet do Partido Comunista Português (PCP). Estes jornais tornaram-se uma fonte imprescindível para a elaboração deste estudo.

Efectuámos ainda trabalho de investigação na Covilhã, e em localidades próximas⁹. No Centro de Documentação Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior (CDAH/ML-UBI), deparámo-nos com um importante trabalho que ainda se encontra em curso. Os seus funcionários encontram-se a recolher documentos provenientes de todas as fábricas da Covilhã e instituições ligadas à indústria de lanifícios. Felizmente tivemos acesso à informação, ainda não catalogada, a partir da qual foi possível reconstituir a situação das lãs e do patronato na primeira metade da década de quarenta¹⁰.

⁸ Uma palavra de agradecimento ao João Madeira que nos indicou alguns processos úteis do TME. Foi a partir deles que iniciámos o nosso trabalho no AHM, arquivo que se mostrou muito produtivo para a condução deste trabalho de investigação.

⁹⁹ Não foram, contudo, recolhidos registos orais. O tempo que dispusemos na cidade não se mostrou suficiente para ter acesso aos indivíduos que sabemos terem participado nas greves de Novembro e Dezembro de 1941. Falámos, porém, com algumas pessoas que teriam cerca de 15/20 anos quando os incidentes ocorreram e, apesar de saberem da ocorrência da greve, não a conseguiram situar bem no tempo. Sem dúvida importante para a memória colectiva local, até porque Ferreira de Castro o transformou em romance (e embora saibamos que ele se reporta às greves de 41, no romance não são especificadas datas), as greves posteriores, essas já enquadradas pelo PCP, estão mais presentes na memória local.

¹⁰ O acesso à informação ainda não tratada deve-se ao trabalho incansável da Doutora Helena Correia.

Consultámos ainda o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa (STSTBB)¹¹, o Arquivo Municipal da Covilhã e o Arquivo Distrital de Castelo Branco (ADCB). No Instituto Nacional de Estatística, em Lisboa, recolhemos uma série de informações quantitativas sobre a cidade da Covilhã e a indústria de lanifícios.

ORGANIZAÇÃO TEMÁTICA

Embora, como já fizemos referência, o nosso enfoque recaia sobre um curto momento da história do século XX português e da história do Estado Novo, desejamos não nos prender apenas a esse período mas criar correspondências com o que lhe antecede e sucede. Se, inicialmente, o balizamento temporal deste estudo estava restrito ao ano de 1941, tornou-se necessário, à medida que avançámos na elaboração deste trabalho, perceber de que forma o passado reivindicativo do operariado covilhanense é uma componente importante para nos ajudar a explicar o que se passou durante os anos da Segunda Guerra, naquela cidade. Desta forma, achamos impreterível determo-nos não só nas questões de ordem do Regime, isto é, no tempo e no espaço em que a greve teve lugar, mas também fazer as devidas correspondências com o que se passava na *metrópole portuguesa da lã* e a sua tradição de luta operária, para acompanharmos de que forma esta cidade industrial se adaptou à realidade corporativa e quais as forças e movimentos sociais e políticos que regiam o meio operário covilhanense nos anos trinta. Isto irá ser feito no primeiro capítulo.

Se o Estado Novo serve de fundo temporal, a Segunda Guerra Mundial apresenta-se como o intervalo de tempo em que os acontecimentos grevistas da Covilhã ocorreram. O seu impacto em Portugal foi enorme e, por isso, não podemos contornar uma realidade que contribuiu para exacerbar as dificuldades do meio operário do interior do país. Apresentamos, no capítulo, as consequências mais funestas para os equilíbrios no seio do Estado Novo que consideramos serem essenciais para explicar a ocorrência do ciclo de greves que tiveram lugar durante os anos em que se estendeu o conflito. No seguimento de uma análise do Estado Novo, da Organização Corporativa e da Segunda Guerra Mundial e as suas consequências em Portugal, dedicamo-nos a procurar entender como é que estas três realidades se conjugaram na prática. Faremos

¹¹ Agradecemos a Luís Garra, dirigente do STSTBB, por toda a disponibilidade no acesso concedido ao arquivo do Sindicato.

por isso uma visita aos sistemas preventivos, repressivos e de enquadramento ideológico do Estado Novo, que advêm da consolidação do corporativismo português. Os subcapítulos que enquadrámos na segunda parte deste trabalho, serão dedicados essencialmente à censura e à propaganda durante o conflito. Foram elaborados com o recurso aos meios a que as instituições do Estado Novo recorreram para cortar a contestação pela raiz: esses meios consistiam no impedimento da circulação de notícias sobre fome e as doenças por ela provocadas, assim como sobre as contestações, motins e greves que, um pouco por todo o país, começavam a despontar como consequência do impacto ao nível económico, social e político da conflagração europeia.

Como conclusão deste capítulo, olhamos para a situação da indústria de lanifícios à época do conflito mundial. Embora seja uma área muito vasta, deixámos algumas notas que nos poderão ajudar a contextualizar a forma como a indústria de lanifícios atravessou este período. Julgamos, porém, que é ainda uma área a explorar e que merece, certamente, um espaço próprio.

Desenhadas, numa primeira e segunda partes, as bases para o enquadramento geral do nosso estudo de caso, no terceiro capítulo partimos para a análise das greves do Inverno de 1941 na Indústria de Lanifícios da Covilhã. Começamos por apresentar uma breve análise do romance que nos conduziu a este estudo, *A Lã e a Neve*, e consideramos alguns aspectos relativos à actividade do seu autor, Ferreira de Castro, um escritor que a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) sempre vigiou de perto.

Os restantes subcapítulos tratam, de modo detalhado, as duas principais greves deste período na Covilhã. Identificam-se as suas causas e consequências, não só relativamente aos ganhos e perdas para o operariado covilhanense, mas também no que respeita ao governo, ao patronato e ao partido de oposição, o PCP. Veremos também como é que a imprensa legal tentou noticiar as greves e como é que a censura lidou com este caso de insubordinação à organização corporativa. Depois dos jornais de circulação legal não poderíamos deixar de olhar, igualmente, para a imprensa clandestina, que se constituiu como crucial para a investigação deste nosso estudo de caso.

Como conclusão deste capítulo, não poderíamos deixar de perscrutar outros acontecimentos relevantes na cidade da Covilhã e no restante país entre 1941 e 1945 para que, de certa forma, possamos encerrar o nosso estudo com o final do conflito mundial e o que este significou, por um lado, para o operariado português, em sentido lato e, por outro, para o regime do Estado Novo.

CAPÍTULO PRIMEIRO - ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Para entender o fenómeno de uma manifestação pública de insatisfação por parte de milhares de operários covilhanenses necessitamos apontar as suas causas, objectivos e consequências que não se prendem meramente com uma análise das condições económicas e sociais anormais decorrentes do período da Segunda Guerra Mundial (algo que faremos mais adiante). Embora seja claro que o conflito mundial, iniciado a 1 de Setembro de 1939, desregulou a economia da maioria dos países, trazendo consequências funestas para o equilíbrio social dos mesmos, só é possível ter em conta o impacto da guerra tendo em perspectiva, ao mesmo tempo, a tradição histórica de luta operária na Covilhã e os antecedentes e particularidades do Regime.

1. A reivindicação como tradição de luta operária na Covilhã

O Concelho da Covilhã é caracterizado por ser uma região predominantemente afecta ao trabalho da lã, situação que é histórica. A maioria da sua população activa encontrava-se, desde há vários séculos, imiscuída neste sector – seja no trabalho artesanal, seja no trabalho industrial¹². É, também, uma região onde a intensidade da tradição de luta operária é bastante significativa. A Covilhã é o primeiro centro têxtil do país a congregar os diversos ofícios do trabalho do têxtil numa única Associação de Classe (AC), fundada em 1907¹³. Ao contrário de Lisboa e Porto, onde o movimento sindical estava mais dividido pelas categorias profissionais – os ofícios –, na Covilhã as “greves e manifestações conduzem a mobilizações globais, perturbadoras da ordem estabelecida”¹⁴. Paralelamente, o facto de, ao longo do século XX, se continuar a assistir a um confronto entre formas de produção mais tradicionais (manufatura e indústria caseira) com outras de maior evolução tecnológica (maquinofactura e lógica capitalista),

¹² Ver: Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. I e II, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008.

¹³ Até esta data existiam na Covilhã três associações de classe: “a dos cardadores e fiandeiros, a dos tecelões e a dos acabadores de manufacturas de tecidos. Tratava-se do típico sindicalismo de ofício.”, in Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, Vol. II, 2008, p. 431.

¹⁴ “A palavra operário adquire neste contexto uma ressonância muito particular pois coincide com um movimento organizado e uma identidade comum. Na cidade do Porto a liderança dos acontecimentos pertence aos tecelões que conseguem arrastar, com maior ou menor sucesso, outros grupos profissionais do têxtil para as suas reivindicações. Na Covilhã, a linguagem de classe franqueia as divisões tradicionais entre ofícios e representa as escolhas como uma opção entre capital e trabalho.”, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, Vol. I, Celta, 2001, pp. 18-19.

vai caracterizar a formação da classe operária da Covilhã como “um processo longo de proletarização” que se constituiu como “um factor de relevo no desenvolvimento dos confrontos de classe”¹⁵.

É em 1907 que se faz aprovar a primeira tabela de salários na Covilhã, após três semanas de luta. Na década de vinte, novos acordos abrangem já a totalidade da indústria de lanifícios da Covilhã, assinados pela Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil e pela Associação Industrial e Comercial da Covilhã. Estes acordos foram, mais uma vez, precedidos de intensas lutas, o que ajudou a constituir e a moldar a identidade de classe operária na Covilhã e a definir a correlação entre luta operária e a conquista de melhorias de trabalho / aumentos salariais¹⁶. Os aumentos salariais constituíram, mais das vezes, a razão das greves operárias¹⁷. Contudo, os acordos estabelecidos neste período não têm o garante da fiscalização do Estado¹⁸. Em termos de facções político-ideológicas, os protagonistas neste período eram os socialistas (em aliança com os republicanos, no período inicial da Primeira República) e os sindicalistas revolucionários, que foram cunhados a partir de 1912, pelas teorias anarquistas. Se, numa fase inicial, o movimento sindical estava nas mãos dos socialistas, a partir da década de vinte dá-se uma ascensão da corrente anarco-sindicalista¹⁹.

Em 1923, com o aumento da concorrência externa e o recrudescimento da conflitualidade social, assiste-se a uma importante greve para o movimento operário covilhanense, que terá durado cerca de oito semanas, ficando conhecida por este epíteto. Esta paralisação operária de oito semanas encontra-se, inclusive, presente no importante romance para a memória colectiva covilhanense, *Tear de Tomates*:

“Comovidos, trabalhadores de todos os pontos do País enviavam à Covilhã oferecimentos dos seus lares para receberem as crianças mais necessitadas, enquanto a

¹⁵ Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, p. 14.

¹⁶ “Os representantes da Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil e da Associação Comercial e Industrial voltam a sentar-se à mesma mesa nos anos de 1922, 1924 e 1928, sendo a mediação estabelecida pelo Governador Civil e Administrador do Concelho. Na década de 1920, os acordos dizem já respeito a todas as ocupações dos lanifícios, não se verificando sinais de incumprimento dos documentos assinados.”, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, pp. 19-20.

¹⁷ “Na Covilhã, embora sem descurar a luta por outros objectivos, como era o caso da resolução do grave problema da habitação operária e o da aplicação prática do horário das oito horas, o combate à carestia de vida foi o que mobilizou o operariado e a acção da sua Associação de Classe”, in Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, p. 287.

¹⁸ “Para converter a palavra dos representantes de ambas as partes num compromisso duradouro é preciso que a conjuntura não mude muito (por exemplo pela inversão do ciclo negócios) e é também necessário o reconhecimento da representatividade dos signatários pelos seus pares.”, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, p. 20.

¹⁹ Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, pp. 15-16.

greve durasse, gesto de solidariedade que a cidade nunca esqueceu. Foi um valioso auxílio à resistência. Cerca de 1000 crianças deixaram os seus pais, os seus irmãos, a sua terra e entes queridos, para receberem o carinhoso acolhimento. Só para Lisboa foram 200 crianças. A Covilhã foi palpitante palco de dois meses de luta heróica, digna de registo na história da luta de classes em Portugal”²⁰.

Mas esta greve acabaria por não trazer os resultados esperados. A contenção e repressão das greves na Covilhã foram sempre, e talvez por este ser um meio onde intensas lutas da classe operária eclodiam, acompanhadas por um forte aparato policial, onde as forças da GNR e da PSP reuniam esforços, com um objectivo em comum – restabelecer a tranquilidade nas fábricas e nas ruas. A radicalidade que assumiu esta greve (que envolveu ataques à bomba) terá tido como consequência um agudizar das diferenças entre anarco-sindicalistas e socialistas. Alguns destes últimos chegam mesmo a abandonar a AC²¹.

Em 1932, portanto, antes da instauração da ordem corporativa, existiam na Covilhã três sectores, de âmbito ideológico divergente, que faz-se premente mencionar. Por um lado, uma Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã, dominado principalmente por socialistas e anarco-sindicalistas²² e o Sindicato dos Empregados e Operários da Indústria de Lanifícios, de âmbito católico, surgido em 1932. Este último havia sido propulsionado pelo ex-socialista e um dos fundadores da associação de classe de esquerda, o Padre Boaventura Alves de Almeida. A constituição do sindicato católico surge numa altura em que emergem “sectores da Igreja com fortes preocupações sociais e para quem a resolução do problema operário surge como fundamental”.²³

Há dois aspectos importantes a frisar: os comunistas estavam aparentemente ausentes ou, pelo menos, não estavam presentes de forma significativa na representação dos sindicatos de associação livre na Covilhã; as divergências entre anarco-sindicalistas

²⁰ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, Almada, Edições ANES, 1984, p. 45.

²¹ Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, pp. 15-16.

²² “o facto da AC apresentar o cognome «Casa do Povo», designação e instituição de tradição social democrata; o facto de paralelamente à AC, mas a ela ligada, existir uma cooperativa; o facto ainda de, num ou noutro artigo, daquele jornal [O Trabalho] aparecer a expressão «lei de bronze» para qualificar o capitalismo, expressão tipicamente «lassaliana»; o facto de a Covilhã ter sido uma zona de forte implantação socialista (...)”, in Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 72.

²³ Rezola, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos” in *Lusitania Sacra*, 2ª Série 6, 1994, p. 105.

e socialistas abrandaram na Covilhã, em comparação com o que se assistia noutros pontos do país. Estas duas correntes tinham agora um opositor em comum: os católicos.

Foi com a fundação da Conferência Operária de S. Vicente de Paulo, pelo Padre Boaventura Alves de Almeida, em 1931 naquela cidade, ainda o sindicato católico não tinha sido criado, que os problemas entre as diferentes facções se agudizaram. Os católicos foram acusados, pela AC de esquerda, de quererem espartilhar o movimento sindical operário, que remontava ao início do século, com a criação da Conferência.

Com o agudizar das tensões entre socialistas e anarco-sindicalistas por um lado, e católicos, por outro, surgiu, em 1932, o sindicato com representação destes últimos, como consequência da sua “expulsão (...) daquela associação de classe”²⁴. Até 1934, ambos os sindicatos publicavam um jornal: *O Trabalho*, o órgão da AC de esquerda e anticlerical, e *A Voz dos Trabalhadores*, do sindicato católico, que se declaravam simultaneamente anticapitalistas e antimarxistas”²⁵. Não era de estranhar que em todos os números destas duas publicações se encontrassem variadas acusações de parte a parte.

Para a AC de esquerda, o sindicato católico não tinha vindo para ajudar a sua causa, “a causa das reivindicações dos trabalhadores”²⁶. Ironizando, aconselham o sindicato católico a ler a alguns dos seus “benefactores”, respectivamente aos “fabricantes católicos” a “*Rerum Novarum*”, a encíclica do Papa Pio XI, no sentido de os fazer aumentar os salários. A resposta do sindicato católico não se faz esperar: depois de assegurar que não recebia dinheiro algum por parte dos fabricantes, acrescenta que “a Associação (...), podia também já ter conseguido que a outra parte dos fabricantes que não são católicos fizessem esse nivelamento com os operários desta cidade, tanto mais que já conta uns 40 anos de existência”²⁷.

O sindicato católico estaria a ganhar dimensão e, mais ainda, após a saída de vários operários da AC depois da publicação de um regulamento, em Fevereiro de 1933, por parte desta última que dificultava, em muito, o trabalho aos operários que pertencessem a outras associações sindicais²⁸. Uma das justificações apresentadas pela AC para «monopolizar» a afiliação sindical dos operários, passava pelo facto de “alguns

²⁴ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo*, 1930-1947, Vol. I, p. 205.

²⁵ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo*, 1930-1947, Vol. I, p. 206.

²⁶ “O nosso jornal e o *Trabalho*”, in *A Voz dos Trabalhadores*, de 1 de Junho de 1932.

²⁷ “O nosso jornal e o *Trabalho*”, in *A Voz dos Trabalhadores*, de 1 de Junho de 1932.

²⁸ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo*, 1930-1947, Vol. I, pp. 211-212.

industriais, quando pretendem preterir os interesses de operários honestos, vão ao Sindicato dos Empregados e Operários Têxteis recrutar pessoal”²⁹, em mais um nítido ataque ao sindicato operário e à sua suposta aliança com o «capital». Em Maio de 1933, o sindicato católico era alvo de duras acusações no jornal *O Trabalho*. Segundo este órgão, a única intenção do sindicato católico era fazer que José Caetano e Lopes Jorge, respectivamente director e editor do jornal e pertencentes à AC, fossem deportados³⁰. O jornal católico, por sua vez, “passa a usar uma linguagem ultramontana e fascizante”³¹, para se referir aos seus oponentes. Este tipo de linguagem dos movimentos sindicais católicos que se aproximavam do Movimento Nacional Sindicalista, de Rolão Preto, chegariam a ser criticadas pelo Padre Abel Varzim, um dos dinamizadores da Acção Católica Portuguesa³². Movimento que também será integrado pelo Pe. Boaventura Almeida³³.

O Pe. Boaventura Almeida dinamiza ainda, juntamente com o movimento social católico na Covilhã, a cooperativa «Renovação Social»³⁴. Por ter sido o propulsor de vários pólos de acção católica na Covilhã, este sacerdote vai ser transferido para Lisboa, em 1933, onde ocupará o cargo de Director do Secretariado Nacional da Acção Social Católica, fundada no mesmo ano. Foi ainda, na altura da sua fundação, o coordenador do jornal *O Trabalhador*, o órgão central da Acção Católica Portuguesa³⁵.

2. O Estado Novo, o modelo corporativo e a “paz social” dos anos 30

“Não foi o povo que compreendeu o espírito da Revolução; foi a Revolução que soube interpretar o sentimento do povo.”³⁶

É difícil estudar um caso de movimentação operária durante o Estado Novo sem remetermos para uma análise de enquadramento do Estado Corporativo, um dos pilares

²⁹ “Carta Aberta ao: ex-socialista, Padre Boaventura Alves de Almeida”, in *O Trabalho*, de 2 de Abril de 1933.

³⁰ “Carta Aberta ao: ex-socialista, Padre Boaventura Alves de Almeida”, in *O Trabalho*, de 2 de Abril de 1933.

³¹ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, p. 213.

³² Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, p. 214.

³³ Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 244.

³⁴ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, p. 206.

³⁵ Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, p. 244.

³⁶ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, p. 139.

do regime.

A guerra, o palco de fundo da primeira metade da década de quarenta, irá marcar o início de uma conflitualidade social em todo o país que se julgava erradicada pelos mecanismos legislativos, preventivos, repressivos e pelo enquadramento ideológico que o Estado Novo vai pôr em marcha ao longo da década de trinta. Se a primeira metade dos anos trinta tinha sido pontuada, efectivamente, por algum alarme social, à medida que década de 40 se aproxima, a letargia operária parecia instalar-se, fruto do aparato dos mecanismos que o Estado Novo havia criado e continuava a actualizar mediante as circunstâncias assim o exigissem. A situação, no entanto, parece inverter o seu sentido, e as greves na Covilhã em 1941 constituem um dos primeiros sinais de que essa mesma resignação chegava ao seu fim. Esse fim de resignação manifestar-se-á claramente durante os anos do conflito mundial.

Mas como podemos explicar o aparente clima de «paz social» que abrange os anos que antecedem a guerra? De facto, a consolidação do Estado Novo ao longo dos anos trinta ficará patente na *Exposição do Mundo Português*, onde o Império e a Nação sustentados pelo Regime do Estado Novo e pela sua composição orgânica, plasmada no corporativismo, se apresentavam como realidades eternas em plena Segunda Guerra Mundial. O conflito mundial porá esta certeza em causa. De facto, a importância deste período de agitação social por todo o país tinha posto em causa a imagem de um país onde se acreditava numa conquista no sentido da «paz social». Por outro lado, a superação ou não das dificuldades patentes desse período iria indiciar se a permanência do Regime tal como ele se havia constituído era possível no pós-guerra. Aparentemente, – e não mais do que isso – o Estado Novo não se enquadrava na nova ordem política que despontava na Europa.

O corporativismo, a eliminação das contradições no seio da Nação e o alcance da «paz social»

O ensejo do Estado Novo, através do corporativismo, era o de criar uma sociedade que respondesse à crise do liberalismo, com a sua ênfase no individualismo e

na desenfredda concorrência³⁷, assim como pôr definitivamente de lado a luta de classes e o comunismo. Tal colidia com o «interesse nacional», isto é, era impreterível que se contivesse o movimento operário contrário à «harmonia» que se desejava promover entre o patronato e os trabalhadores. Um dos principais objectivos era estancar ou recuar a massificação política que se vinha assistindo, com a emergência de partidos dirigidos ao proletariado. Por outro lado, desejava-se a reposição da normalidade nas finanças públicas e nas empresas privadas que se viram ameaçadas pelas consequências da Primeira Grande Guerra, pelos últimos anos da Primeira República e pela crise internacional de 1929³⁸: o período que marca esta conjuntura foi vivido em clima de «crise mundial».

O corporativismo afirmava-se como a superação destes dois sistemas, ultrapassando as suas falhas³⁹, tendente a eliminar as contradições no interior da Nação, realçando a predominância do grupo sobre a do indivíduo. Oliveira Salazar dirá acerca da organização corporativa que, “à falta de fórmulas mais perfeitas não descobertas ainda, será essa a mais conveniente ao povo português, senão aos outros, pois dará a projecção exacta da Nação e do Estado”⁴⁰.

A Nação orgânica e o seu instinto associativo - a ordem natural das sociedades - deviam integrar-se harmonicamente no então Estado Social e Corporativo, considerada a organização inevitável das sociedades no âmbito das Nações. Para Salazar, “o homem tende para o grupo por exigência da sua condição, instinto de defesa, ambição de progresso”⁴¹ mas, “devido ao desequilíbrio do espírito humano, a ordem não é

³⁷ Que se tornava ameaçadora para a débil burguesia portuguesa, dependente, pouco empreendedora e com medo do risco: Rosas, Fernando, “O Corporativismo Enquanto Regime”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 22-25.

³⁸ Na fronda social contra a Primeira República, vemos os interesses dos “médios e grandes interesses económicos da indústria, do comércio e da agricultura [e também] uma vasta gama de pequenos industriais, comerciantes e pequenos agricultores à beira da ruína provocada pela crise económica, a que se juntavam o pequeno funcionalismo, os empregos – a pequena burguesia urbana – fortemente atingidos, estes, pela crescente inflação e pela desvalorização dos rendimentos fixos”, constituindo assim, como podemos constatar, uma larga base de apoio. No mesmo sentido, a esquerda estava fragmentada em lutas internas, incapaz de fazer frente à investida do conservadorismo político que se instalava: Rosas, Fernando, *Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo*, Editorial Estampa, 1996, pp. 116-117. Ver ainda: Rosas, Fernando, “O Corporativismo Enquanto Regime”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, pp. 17-47.

³⁹ Brito, José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*, *O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 33.

⁴⁰ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1943-1950*, Vol. IV, Coimbra Editora, Lda., 1951, p. 181.

⁴¹ Segundo as teorias corporativas, o Homem, desde sempre, havia-se enquadrado em diversos tipos de associações, que o ajudavam a viver, a desenvolver-se, a conviver e a educar-se, pois nada disto era conquistado individualmente. Entre os diversos grupos criados espontaneamente, Oliveira Salazar

espontânea”⁴², sendo por isso indispensável organizarem-se os grupos em harmonia com a Nação. Ao Estado Novo caberia a missão de colocar a revolução legal à frente da revolução mental do povo⁴³ pois, “no desenvolvimento de uma obra que não é ficção do nosso espírito mas realidade tangível em benefício da colectividade, e exige rasgo, decisão e urgência, não podemos ter o ar hesitante e comprometido de quem há-de a cada momento pedir licença ou pedir desculpa.”⁴⁴ Este poder arbitral do Estado Novo, que se incumbia de produzir, através da intuição de alguns homens, o campo fértil para que o corporativismo pudesse florescer, advinha da concepção do mesmo como intérprete supremo do suficiente ambíguo, «interesse nacional», colocando-o como a “base indestrutível”⁴⁵ do regime. Este papel do Estado terá um carácter eminentemente pragmático, pois o «interesse nacional» podia e assumiu múltiplas instâncias de acção.

Em 1933, é consagrada a Constituição Política da República Portuguesa e o Estatuto do Trabalho Nacional, muito inspirado na *Carta del Lavoro* de 1927 do Estado fascista italiano. Os partidos políticos eram encarados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, como um dos grandes males da sociedade. O novo regime deveria assim focar toda a sua energia nos problemas financeiros, económicos e sociais em vez de se debaterem as filosóficas bases dos programas políticos perante a indiferença da população às campanhas eleitorais. Punha-se assim de lado o problema partidário que contribuía para que a população desertasse “o altar da Pátria”, ao deixar-se levar pelas “paixões e disputas, com bandeiras e dísticos e insígnias”⁴⁶. Dar-se-á início, desta forma, à paulatina despolitização da sociedade portuguesa.

A regulamentação do Trabalho

Com vista à harmonização da sociedade, a greve e o *lock-out* patronal, isto é, o

enumera a família, o primeiro de muitos, a profissão, a Igreja e a sociedade civil. Ver, Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 357.

⁴² Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, p. 138.

⁴³ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 366; Retomando o pressuposto por Manólesco, em *Le Siècle du Corporatisme*: “a ideia corporativa (...) será a expressão lógica na qual se empenha a humanidade dos nossos dias: será produzida pela intuição de alguns homens, filtrada pelo instinto dos povos.” citado em Brito, José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*, *O Condicionamento Industrial*, p. 33.

⁴⁴ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 211.

⁴⁵ “Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do Estado Novo.”, in Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, p. 139.

⁴⁶ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 336.

despedimento colectivo, passavam a ser proibidos⁴⁷. Para o Estado Novo não haveria necessidade de recorrer a medidas extremas, pondo em causa os interesses económicos e, fundamentalmente, o «interesse nacional», uma vez que o regime, árbitro do sistema corporativo, entraria em acção sempre que fosse necessário para repor a justiça social. Com o intuito de despolitizar os sindicatos e erradicar a agitação operária do cenário nacional, os sindicatos de associação livre darão lugar aos Sindicatos Nacionais (SN) através do decreto-lei nº 23.050: a hierarquia dos interesses, a colaboração com outras classes e o nacionalismo eram os seus princípios fundamentais; no próprio Estatuto do Trabalho Nacional existia um artigo “segundo o qual os interesses do trabalho não podiam sobrelevar os interesses do capital”⁴⁸. No mesmo sentido, as ligações dos sindicatos fora do âmbito nacional deveriam ser cortadas, impedindo, desta forma, o contacto com as directrizes de outros sindicatos estrangeiros, de âmbito ideológico semelhante.

Os SN encontravam-se na dependência do INTP. O Governo e o INTP tinham de dar o seu aval às nomeações dos dirigentes sindicais, nomeações que estavam dependentes das informações da polícia política. Os SN passavam, deste modo, para a tutela do Governo, através do INTP, que os utilizava como instrumentos da sua política⁴⁹. Este organismo, criado em Setembro de 1933, encontrava-se na dependência do Subsecretariado do Estado das Corporações e da Previdência Social e tinha como função o enquadramento dos trabalhadores e restantes componentes da organização corporativa. Era, desta forma, o principal instituto de coordenação e fiscalização do trabalho. Tinha na sua dependência, entre outros, os Serviços de Acção Social, os Tribunais do Trabalho, o Fundo Nacional do Abono de Família (efectivamente instituído a partir de 1943 e importante causa de desconforto social) e delegados espalhados pelos diversos distritos do país⁵⁰.

⁴⁷ A greve e o *lock out* são proibidos com o art.º 3º do Dec-Lei nº 13.138, de 15 de Fevereiro de 1927; Em Novembro de 1933 a greve política e revolucionária é equiparada à rebelião, ficando os indivíduos que nela participam sob a jurisdição dos então criados TME; em Maio de 1934, no rescaldo da greve geral, sai um novo Decreto-Lei em onde fica patente a tipificação e hierarquização das penas para as coligações de trabalhadores ou de patrões. Ver: Patriarca, Fátima, “greves”, in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Vol. VIII, Suplemento F/O, Lisboa, Figueirinhas, 1999, p. 135.

⁴⁸ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 125.

⁴⁹ Patriarca, Fátima, “A institucionalização corporativa - das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, in *Análise Social*, Vol. XXVI (110), 1991 (1.º), p. 58.

⁵⁰ Valente, José Carlos, “Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I.

O patronato, apesar de estar sujeito à fiscalização e sanção superior por parte do INTP, tinha “infinitamente” maior poder na elaboração das convenções laborais. Visando “concretizar no terreno o supremo objectivo político da conciliação entre o Capital e o Trabalho”⁵¹, o INTP teve de intervir, inúmeras vezes, no estabelecimento das convenções colectivas de trabalho ou na elaboração de despachos que regulamentavam o trabalho, constatando as falhas da “colaboração social” proclamada pelo corporativismo português⁵².

As instituições preventivas e repressivas

Relativamente às instituições de prevenção e repressão social e política, bem como aquelas destinadas ao enquadramento ideológico do Estado, assistimos à criação da PVDE, da Direcção-Geral de Censura, do Serviço de Propaganda Nacional (SPN), da Legião e Mocidade Portuguesa e da Fundação Nacional para a Alegria do Trabalho, entre outras. A nível local, a PVDE não estava tão presente, sendo chamada a intervir, habitualmente, só depois de verificados os problemas que punham em causa os fundamentos sociopolíticos do Estado Novo. As populações lidavam sobretudo com a PSP e a GNR, que operavam em estreita colaboração com a PVDE, e que faziam chegar a esta as notícias mais preocupantes. Dar-se-á então, a partir da instauração da ditadura militar, e à medida que o Estado Novo se institui e se consolida, uma vaga repressiva, que causa a detenção, a deportação e o exílio de parte dos dirigentes da oposição ao regime, ficando os movimentos desfalcados dos seus quadros e o movimento operário desarticulado, na medida em que as vias de contestação são bloqueadas e duramente reprimidas. Juntamente com a ideia corporativa, a reabsorção do desemprego, a criação de um subsídio de desemprego, a contenção dos preços dos produtos essenciais e o paternalismo empresarial ajudam a explicar a relativa contenção da agitação social nos anos trinta⁵³.

⁵¹ Valente, José Carlos, “Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I.

⁵² Patriarca, Fátima, “A institucionalização corporativa - das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, in *Análise Social*, pp. 57-58.

⁵³ Ver: Rosas, Fernando, *O Estado Novo (1926-1974)*, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 245-251.

A 18 de Janeiro de 1934⁵⁴ assiste-se à emergência de um movimento grevista, composto por sindicatos e partidos operários de esquerda, que contesta a viragem corporativa. Se a repressão já se fazia sentir desde o movimento do 28 de Maio de 1926, data da instauração da ditadura militar, à medida que se avança na década de trinta, tornar-se-á cada vez mais incisiva, dando lugar à consolidação e edificação do Estado Novo e ao seu «saber durar». O corporativismo vinha cortar pela raiz todo e qualquer poder contestatário ao regime. Remetia para a clandestinidade essa oposição, que se manifestou ao longo da primeira metade da década de trinta, dividida, fragmentada e esquartejada no seu interior. A ideia corporativa havia lesado fortemente o movimento operário e os partidos políticos contrários à ordem instalada.

3. Breves notas sobre o corporativismo na cidade-fábrica

Em 1934, os dois sindicatos de associação livre a que fizemos referência (a AC de esquerda e o sindicato católico), assim como os seus órgãos de comunicação, são extintos. Vai-se formar, na Covilhã, após esta data, o Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios (SNPILC) e o Sindicato Nacional de Empregados e Técnicos da Indústria de Lanifícios.

Em 1933, o Pe. Boaventura Alves de Almeida é um dos católicos sociais que coloca reticências ao aparecimento do estado corporativo: pela sua “coarctação da liberdade associativa”⁵⁵, a organização corporativa apresentava-se contrária aos fundamentos da doutrina social católica⁵⁶. Em 1935, desiludido com o corporativismo, “de pendor autoritário e governamentalizado”⁵⁷, acaba por abandonar as funções centrais que desempenhava na Acção Social Católica. Continuará, no entanto, a

⁵⁴ Prevalece até esta data a “ideia anarco-sindicalista de que uma paralisação geral dos trabalhadores, acompanhada de manifestações violentas e de actos de sabotagem levaria a uma insurreição redentora da classe operária”, in Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, A-L, p. 401; Ver ainda: Patriarca, Fátima, *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

⁵⁵ Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, p. 245; Também outros católicos sociais, como Abel Varzim, começam a constatar a inoperância dos organismos corporativos recém-criados: os SN e o INTP. Os trabalhadores estavam numa posição muito inferior aos patrões e o Estado Novo parecia ser limitado nas acções que contrariavam esse facto, ver: Rezola, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos”, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 6, 1994, p. 120.

⁵⁶ Rezola, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos”, in *Lusitania Sacra*, p. 111.

⁵⁷ Pe. Boaventura Alves de Almeida citado em, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947), Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, p. 244.

trabalhar para a sua difusão. A acção destes católicos, em linha com a acção progressista da Bélgica, onde muitos estudaram, será integrada na Liga Operária Católica (LOC) e na Juventude Operária Católica (JOC)⁵⁸. O movimento social católico vai continuar a sua acção na delegação da Covilhã da LOC, organismo com o fim de “alevramento moral e económico da Classe Operária, segundo os princípios cristãos”⁵⁹. A sua presença é também notada no recém-criado Sindicato Nacional de Empregados e Técnicos da Indústria de Lanifícios⁶⁰, assim como no órgão regional *Notícias da Covilhã (NC)*. Defensor de um salário familiar, da saída das mulheres das fábricas e de uma entrada mais tardia dos menores nas fábricas, o movimento social católico vai intensificar a sua actividade a nível nacional no período da Segunda Guerra Mundial, chamando a atenção ao Governo para a situação cada vez mais precária dos trabalhadores. A acção da LOC é, contudo, consecutivamente desvalorizada por parte do Governo, que não lhe reconhece autoridade para discutir temas que só aos SN diziam respeito⁶¹.

Alguns anarquistas e socialistas, que pertenciam à AC de esquerda, conseguiram manter-se nas direcções do outro SN: o do Pessoal da Indústria de Lanifícios⁶², embora com um campo de acção muito mais limitado. José Bernardo Gíria, conotado com o Centro Socialista da Covilhã, uma das figuras da AC de esquerda e fundador do jornal *O Trabalho*, será um dos membros da direcção do SN dos operários, no início da década de 40.

Em 1936 é detido um indivíduo acusado de preparar uma célula comunista e preparar um movimento sindical clandestino na Covilhã, que confessa à PVDE que “deixou as doutrinas anarco-sindicalistas para se tornar um simpatisante com os principios marxistas e assim, está integrado nos metodos da organização orientada pela terceira internacional de moscow”⁶³. Em 1937 é desmantelada a célula do PCP na Covilhã, que terá durado apenas esses dois anos, e os seus militantes presos. Durante

⁵⁸ Rezola, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos”, in *Lusitania Sacra*, p. 113.

⁵⁹ Carta da Secção da LOC da Covilhã ao delegado do INTP. AMSSS, pasta INTP: Covilhã.

⁶⁰ Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I., p. 213.

⁶¹ Rezola, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos”, in *Lusitania Sacra*, p. 124.

⁶² Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I., p. 213.

⁶³ “No mez de outubro recebeu uma carta de lisboa em que lhe anunciava que fosse esperar à estação um delegado que era enviado pela Comissão Inter-Sindical de Lisboa, o qual se apresentaria na estação da Covilhã com um papel na lapela que dizia Aljubarrota, sinal este por onde o respondente havia de reconhecer o delegado da referida Comissão. De facto foi ao comboio de manha e encontrou-se com o delegado que ia de Lisboa, tendo o mesmo delegado insistido com o respondente para organizar entre a classe textil grupos de defeza sindical, mas não aceitou tal convite porque não estava disposto a trabalhar ilegalmente porque está queimado”, in TME, Processo nº. 20/36, cota 29, José Pinto Ferreira Júnior.

cinco anos a Covilhã não contará com uma organização local do partido comunista, o que demonstra a difícil reorganização da oposição ao Estado Novo depois da implementação do Estado Corporativo.

A importância da Covilhã, que era um centro destacado de influência operária, fará que, tanto o Tribunal do Trabalho como a Delegação do INTP, se instalem naquela cidade e não na sede de Distrito, Castelo Branco, como era regra. Aos delegados do INTP cabia a função de “propaganda, função de patronato e função de organização”.⁶⁴ Todas as decisões respeitantes ao trabalho passavam pelo INTP e, muitas vezes, sobrepunham-se a outros órgãos da estrutura corporativa, como os Sindicatos Nacionais e as organizações patronais.

Nesta cidade, a Associação Industrial e Comercial da Covilhã transformou-se, em 1936, na Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (FNIL), um organismo corporativo que congregava os interesses dos diferentes grémios patronais a nível nacional. Se o Governo negava a liberdade sindical aos trabalhadores portugueses, o mesmo não se verificava quando a questão tocava o Patronato. Este pode manter as suas associações de classe, modelando-as de acordo com os novos princípios corporativos, transformando-as em Federações ou Grémios. Daí que muitas vezes o Governo era chamado a intervir na «conciliação entre o Trabalho e o Capital», pois o peso que cada um detinha na balança do corporativismo era profundamente desigual.

Foi a Direcção da FNIL que assumiu o papel de regulador dos salários, matérias-primas e organização económica dos têxteis. De facto, veio a estabelecer com a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios (FNSPIL), por via corporativa, os salários mínimos em 1936, o regime dos quadros permanentes do pessoal na secção de tecelagem em 1938, e ainda, em 1939, o Contrato Colectivo de Trabalho (CCT), que é depois sujeito a alterações em 1940⁶⁵. Em 1939 sai ainda um despacho que torna obrigatória a cotização sindical do pessoal da indústria de lanifícios,

⁶⁴ Discurso de Oliveira Salazar, in Boletim do INTP, I ano, nº. 3, de 30 de Dezembro de 1930, citado em Sá, José Ayres de, “A (re)construção do passado pelas memórias do futuro. A Administração do trabalho na Covilhã dos lanifícios”, in Elisa Calado Pinheiro (coord.), *Actas das III Jornadas de Arqueologia industrial (14 a 18 de Novembro de 1998): os fios do passado a tecer o futuro: uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 2002, p. 603.

⁶⁵ Mais tarde, este papel da FNIL, servindo de mediador com a FNSPIL será posto em causa pelo Estado Novo, que lhe retira autoridade legislativa, quando tenta rever o CCT em 1941, ver capítulo: As tensões entre o patronato e o governo: “um nítido acto de indisciplina”, pp. 78-88.

com pagamento semanal de quotas⁶⁶.

No CCT de 1939, as entidades patronais estavam obrigadas a recrutar o seu pessoal de entre os inscritos no SN. Na contratação, tinham ainda preferência sobre os restantes pretendentes, os filhos dos operários e empregados, “com o mínimo de dez anos de bom e efectivo serviços, em qualquer estabelecimento industrial e os menores filiados na «Mocidade Portuguesa»”⁶⁷.

Neste CCT, assinado em Junho de 1939, já estava prevista a obrigatoriedade de assegurar o trabalho, ou o seu respectivo salário, num mínimo de quatro dias de trabalho e, durante doze meses, estava vedada a alteração dos quadros permanentes de pessoal, salvo autorização do INTP – medida altamente contestada pelos industriais. Os empregados de escritórios tinham um horário diário de sete horas e os operários de oito horas, embora este último pudesse “ser excedido, quando devidamente autorizado pelo INTP, e em caso de força maior que a eminência de prejuízos graves e importantes o justifique”⁶⁸. Apesar da proibição do trabalho ao Domingo, as empresas da Covilhã transgrediam facilmente esta norma com constantes pedidos ao INTP para se efectuar trabalho naquele dia: o trabalho extraordinário era já pago a 50%.

A entrada dos operários tinha de se efectuar no preciso momento do toque das sentinelas e, no caso de haver um atraso de cinco minutos (o único permitido pela razão dos portões serem encerrados), ser-lhes-ia descontado o equivalente a uma hora do seu salário. Aos operários não lhes era devido o pagamento habitual no caso de haver interrupções superiores a trinta minutos, derivado de problemas de maquinismo ou força motriz. A idade mínima de admissão era de doze anos, para os rapazes, e de catorze anos, para as raparigas.

Entre as diversas regras de disciplina devidas ao operariado contavam-se as seguintes: acatar as ordens dos superiores; não abandonar o trabalho sem motivo justificado; não fazer subscrições dentro da fábrica; submeter-se à revista, e apresentar todos os objectos confiados à sua guarda. Os operários não se podiam despedir sem justa causa. Aos industriais era devido que proibissem “nos locais de trabalho a

⁶⁶ Decreto-lei nº 29.931, de 15 de Setembro de 1939, in Circular do INTP, de 28 de Janeiro de 1942. CDAH/ML-UBI, Correspondência entre a FA e o INTP.

⁶⁷ Indústria de Lanifícios, *Contrato Colectivo de Trabalho, celebrado em 24 de Junho de 1939, entre a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e a Federação Nacional dos Sindicatos do Pessoal da Indústria de Lanifícios*, Lisboa, Anuário – Oficinas Gráficas – P., 1939.

⁶⁸ Indústria de Lanifícios, *Contrato Colectivo de Trabalho (...)*.

propaganda de princípios contrários à ordem existente”⁶⁹. Tinham ainda a faculdade de repreender verbalmente os seus empregados e operários, e inscrever no cartão de sócio as respectivas repreensões e sanções; multá-los em uma semana; suspendê-los até quinze dias e despedi-los. Uma das causas de despedimento era “a privação, por sentença, dos direitos políticos do empregado ou assalariado, a sua colaboração em actos susceptíveis de prejudicar a organização corporativa da Nação e o facto de promover a luta de classes ou o mal-estar social”⁷⁰.

Os salários dos operários de lanifícios da Covilhã eram, já em 1939, considerados insuficientes para suprir as suas necessidades básicas – eram os próprios industriais que o admitiam. Aliás, os salários mínimos acordados em 1939 muito pouco se diferenciavam daqueles estabelecidos em 1936⁷¹. O patronato achava, no entanto, conveniente deixar passar algum tempo até que as empresas pudessem repensar a questão dos salários mínimos na indústria de lanifícios⁷². Tomemos como exemplo o salário de um jovem de 17 anos, em 1939: este receberia diariamente 6\$50, enquanto uma rapariga, com a mesma idade, apenas 4\$00. Assim, as aprendizas receberiam menos 40% que os aprendizes. No caso dos operários especializados o mesmo se passava: aos operários cabia um salário diário de 10\$ e às operárias, 6\$50. As mulheres constituíam cerca de um terço da mão-de-obra da indústria de lanifícios da Covilhã (sem contar com o trabalho doméstico para as fábricas), no início dos anos 40. Esta situação não se alterará muito aquando do despacho ministerial de 1942, onde são decretados novos mínimos para a indústria de lanifícios⁷³.

⁶⁹ Indústria de Lanifícios, *Contrato Colectivo de Trabalho (...)*.

⁷⁰ Indústria de Lanifícios, *Contrato Colectivo de Trabalho (...)*.

⁷¹ Os salários mínimos em 1936 são os seguintes: operário especializados – 10\$; operárias especializadas – 6\$50; operários não especializados – 9\$; operárias não especializadas – 5\$50. Só nos mínimos relativos a aprendizes e menores é que se observam algumas diferenças. Ver: circular nº. 5, da FNIL, sobre salários mínimos, de 24 de Novembro de 1936, in Parecer do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre ao Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7.

⁷² “Considerando que de há muito é intenção dos industriais rever os actuais salários, por não estarem de acordo com as necessidades da vida dos trabalhadores; Considerando a demora havida na resolução do problema dos salários tinha a sua justificação na necessidade de criar as empresas possibilidade de adaptação às realizações de natureza social, que a FNIL iniciou em 1937.”, in SGPCM, proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7.

⁷³ A opinião do Presidente do Conselho de Ministros sobre a presença das mulheres no mundo do trabalho pode ser ilustrada, sinteticamente, com a seguinte passagem: “nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem – nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas profissões liberais – a instituição da família pela qual nos batemos como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada ameaça ruína...Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua...E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa...”: Oliveira Salazar citado em Pimentel, Irene Flunster, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2001, p. 35.

CAPÍTULO SEGUNDO - AS CONSEQUÊNCIAS DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL EM PORTUGAL

“Nos serviços públicos ou privados, em casa e na rua, na vida individual e familiar, aquela divisa se traduzia em restrições voluntárias no aproveitamento das coisas inúteis, na disciplina dos consumos. - Produzir! Produzir e poupar!”⁷⁴

Com a viragem para o século XX, assiste-se a uma modificação nos conflitos armados. As guerras passaram a ser consideradas como «totais», na medida em que atingiam a totalidade da sociedade e não se restringiram apenas aos seus aspectos militares. Neste sentido, a Segunda Guerra Mundial vai dar ao regime a possibilidade de intervir profundamente no âmbito económico do país, organizando a produção, tabelando os preços, dirigindo o comércio externo e limitando os lucros. A política e economia não são, assim, duas realidades distintas no cenário de guerra que assolou a Europa a partir de Setembro de 1939. É através da estrutura burocrática dos organismos de coordenação económica, decorrentes da organização corporativa da sociedade, que o Estado Novo vai pôr em prática a sua política económica durante a guerra.

1. O impacto da economia e da política de guerra

O impacto dos efeitos económicos em Portugal está ligado, a par dos condicionantes externos, às debilidades estruturais do país, isto é, ao grau de desenvolvimento económico na altura do conflito mundial. Portugal, como país maioritariamente rural, com uma indústria pouco desenvolvida, com a necessidade de importar bens essenciais para a prossecução de uma normalizada vida económica, irá sofrer, de modo indelével, os resultados da economia de guerra, principalmente a partir de Junho de 1941⁷⁵, quando a guerra se torna efectivamente próxima do Ocidente Europeu. O Portugal de então estava dependente de combustíveis, matérias-primas industriais e bens alimentares, e os países que os forneciam estavam, na altura,

⁷⁴Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 327.

⁷⁵No período anterior, Portugal tinha sido relativamente poupado aos nefastos efeitos económicos da guerra. Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 167.

totalmente imbricados na Guerra, como era o caso da Inglaterra, da Alemanha ou dos Estados Unidos.

O país tinha de lidar, além disso, com condicionantes de carácter externo, como era o caso do condicionamento dos bens, através do sistema de quotas⁷⁶. Mas, se as importações eram limitadas, condicionadas e encarecidas devido à conjuntura, as exportações aumentaram exponencialmente o seu valor, atingindo quatro vezes o valor dos produtos importados⁷⁷. Isto fez que a exportação de produtos agrícolas, matérias-primas e produtos semi-facturados enfrentasse uma conjuntura favorável: Portugal aparecia com um conjunto de produtos de importância estratégica para os beligerantes⁷⁸, como o volfrâmio, o estanho, as conservas de sardinha, as peles, os produtos de lã, etc., Aliás, este período tornar-se-á num momento de prosperidade global para alguns sectores da economia portuguesa, os quais recorrem a meios lícitos ou ilícitos. A indústria de lanifícios (depois de um período inicial complexo), beneficia da valorização das exportações e de um mercado nacional protegido:

“Outra condição favorável deriva de que Portugal, tornado em porto de abrigo do dinheiro e beneficiando dos preços sobrelevados que atingiram alguns dos principais artigos da sua exportação – possui hoje recursos monetários apreciáveis”⁷⁹.

O país enfrentava uma maciça inflação e os primeiros a senti-lo foram as classes economicamente mais baixas, que, além da desvalorização drástica do valor real dos salários⁸⁰, sofreram com o retardar do racionamento e tabelamento dos produtos, o mercado negro, a especulação, etc.⁸¹. Esta desvalorização do salário real dos operários ficou também a dever-se à política económica do Governo, a qual era sustentada pela máxima – que marcou todo este período – da estabilização económica, que se iria traduzir no congelamento dos salários durante o conflito mundial: “à máxima normalidade da produção e do comércio” acrescentava-se a “máxima estabilidade possível para os preços e custos da produção”⁸², ao mesmo tempo que era pedido aos

⁷⁶Os bens importados vinham em quantidades abaixo do mínimo essencial para impedir que os países do Eixo se abastecessem no país. Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 75.

⁷⁷Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. II, Lisboa, Vega, 1991, p. 36.

⁷⁸Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. I, Lisboa, Vega, 1991, p. 187.

⁷⁹Diário das Sessões, III Legislatura, Sessão nº 7 da Assembleia Nacional, 22 de Fevereiro de 1945, parecer referente à proposta de lei relativa à nacionalização de capitais de diversas empresas, p. 79.

⁸⁰Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, pp. 337-339.

⁸¹Sobre esta questão, ver: Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, pp. 167-323.

⁸²Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Vol. p. 188.

portugueses que, iluminados e abençoados pelo patriotismo, produzissem e trabalhassem mais e com maior rendimento⁸³. Em Setembro de 1941, Trigo de Negreiros, o Subsecretário de Estado das Corporações à época, reafirmava o mesmo pedido ao trabalhador português: “aumentar o rendimento do trabalho, de forma a garantir o pão da sua mesa e o futuro dos seus lares” e que cada um “fosse perfeito e útil dentro da sua profissão e obediente e disciplinado dentro do seu escritório ou oficina”⁸⁴.

Essa máxima de estabilidade económica e de manutenção da «paz social» não se repercutiria no nível de vida da maioria da população, que se veio a deteriorar à medida que o conflito bélico se prolongava. Alguns patrões quiseram aumentar os salários, mas também estes foram impedidos pela política económica do Estado Novo durante a guerra. Paralelamente, como já referido, o conflito bélico traz a bonança para alguns sectores económicos, como traduz a seguinte frase do Embaixador britânico em Lisboa: “Portugal apresenta o deprimente espectáculo de um homem com os bolsos cheios e o estômago vazio”⁸⁵.

É devido a esta inflação sem correspondência salarial, à demora no tabelamento dos preços de bens de primeira necessidade, ao racionamento e à constatação de desigualdades sociais que a agitação operária e camponesa começará a pontuar um pouco por todo o país, ainda que nem sempre em forma de greve.

2. Os relatórios das autoridades locais e policiais

A Polícia de Segurança Pública (PSP) enviava mensalmente um relatório, para o Ministério do Interior, de todos os distritos do país, relatando a actual situação política, económica, revolucionária e ainda os boatos que circulavam e que se podiam tornar potencialmente perigosos para o Estado Novo. No início de 1940, há notícias de alguns motins rurais, principalmente no Alentejo⁸⁶. No distrito do Porto, os salários são considerados “ínfimos” pelas autoridades da PSP, apesar das fábricas “estarem a

⁸³ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, p. 207.

⁸⁴ Trigo de Negreiros citado em: Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, p. 569.

⁸⁵ Embaixador britânico em Lisboa citado em: Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 167.

⁸⁶ Relatório de carácter político-social do continente, 1 de Janeiro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

trabalhar em pleno”, o que provoca “mau ambiente” naquela região, agravando-se à medida que as populações rurais afluíam à cidade na procura de trabalho e pão⁸⁷.

Algumas fábricas vão, no entanto, começar a diminuir o trabalho e a fechar alguns dias por semana, deteriorando ainda mais a situação económica das classes económicas mais baixas: a prostituição, o roubo e a mendicância proliferavam pela capital do distrito⁸⁸. Para isto contribuía a perda do mercado do vinho em virtude da guerra⁸⁹. Em Valongo, na circunstância de terem encerrado uma pedreira, os desempregados faziam marchas de fome, paralisando o trânsito naquela localidade. Manifestos comunistas começavam a aparecer⁹⁰. Este fenómeno rapidamente se alastrava a outras localidades, com os manifestantes a bradar pelas ruas, “temos fome, temos direito à vida”⁹¹. Na Guarda, a população estava a viver em “extrema dificuldade”⁹² e, em Braga, a crise do trabalho braçal e também das classes médias vinha a aumentar de dia para dia. Paralelamente a isto, as classes abastadas, que se resumiam “a meia dúzia de fortunas”, contribuía cada vez menos para a beneficência local⁹³.

Em Évora, os trabalhadores estavam a “ser tratados como autênticos animais de carga”⁹⁴. Segundo a PSP, os proprietários ao receberem os camponeses eborenses esfomeados, que todos os dias lhes batiam à porta à procura de trabalho, respondiam-lhes que enquanto houvesse erva nos campos estes não se poderiam queixar. Os albergues para receber os mendigos estavam a ser construídos um pouco por todo o país. Não eram só as autoridades civis e policiais que temiam a situação potencialmente explosiva, como consequência da conjuntura de guerra: na Assembleia Nacional, há deputados e até “ministros, como os da Economia, que percebem que a situação se está a tornar socialmente explosiva”⁹⁵.

A situação económica no distrito de Castelo Branco, depois dos primeiros meses de guerra e de alguma desorientação dos sectores produtivos, parecia mais desafogada, segundo o relata o Governador Civil, num relatório enviado ao Ministério do Interior

⁸⁷ Relatório de carácter (...), 1 de Fevereiro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁸⁸ Relatório de carácter (...), 1 de Agosto de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁸⁹ Relatório de carácter (...), 1 de Junho de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹⁰ Relatório de carácter (...), 1 de Setembro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹¹ Relatório de carácter (...), 1 de Setembro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹² Relatório de carácter (...), 1 de Novembro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹³ Relatório de carácter (...), 1 de Novembro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹⁴ Relatório de carácter (...), 1 de Novembro de 1940, ANTT, Núc. Mi, Gab. MI, maço 517.

⁹⁵ Madeira, João (coord.), *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 339.

sobre os primeiros meses de 1940. O único sector onde parecia ainda subsistir alguns problemas era o do pequeno comércio. Tanto a agricultura como a indústria davam a impressão de estar a trabalhar em pleno. Refere o Governador Civil que a indústria tem “até ao presente trabalho cheio, tanto nos seus productos habituaes, como nas mantas para França que por intermédio da sua Federação foram encomendadas ao nosso paiz. Tem-se assim sentido um ambiente de abundância (...) trabalho (...) não tem faltado”⁹⁶. Quanto à situação social, alguns elementos “comunistas e reviralhistas”⁹⁷, que apoiavam os aliados e atacavam os germanófilos, preocupavam o governador civil, embora este pouco se tenha alargado no assunto.

A situação pioraria naquele distrito, contudo, à medida que decorre o ano de 1940, segundo os relatórios mensais enviados pela PSP ao Ministério do Interior: havia notícia de muitos desempregados e a Sopa dos Pobres, uma instituição privada, com o auxílio do Comissariado de Desemprego, estaria a distribuir cerca de 300 refeições diárias aos mais necessitados, auxiliando-os também no pagamento da renda da casa. O “péssimo ano agrícola” no distrito vinha contribuir para o encarecimento gradual do custo de vida⁹⁸. A mendicidade continuava a aumentar. Algumas obras relacionadas com as comemorações do centenário interrompiam temporariamente o desemprego (provocado pela diminuição da laboração em vários sectores económicos), que continuava a pontuar um pouco por todo o país. Elementos da oposição comunista espanhola, exilados no norte de Portugal, provocavam a intensificação da agitação social verificada em diversas regiões nortenhas, segundo as autoridades policiais⁹⁹.

3. Censura e Propaganda durante o conflito

“Na correspondência de Coimbra, depois de referir o preço por que se vendem certos géneros alimentícios, foi cortado o seguinte:

- Que só pode ser servido em casa de pessoa endinheirada, daquelas que nunca conheceram o que é a luta pela vida e olham para os trabalhadores com um determinado desprezo, apesar de a todo o momento o explorarem e de à custa do seu suor encherem os cofres. Que os géneros aumentem, porque a situação que a guerra criou obriga o grande comércio ao pagamento de encargos que até há pouco não tinha, admite-se. Mas

⁹⁶ Relatório dos primeiros quatro meses do ano de 1940. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 516.

⁹⁷ Relatório dos primeiros (...). ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 516

⁹⁸ Relatório de carácter (...), 1 de Setembro de 1940, ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 517.

⁹⁹ Relatório de carácter (...), 1 de Setembro de 1940, ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 517.

o que não se admite é que os que lutam pela vida de dia para dia, continuem a receber um parco ordenado, que para nada chega, vivendo por isso na maior das misérias.”¹⁰⁰

A censura do Estado Novo rapidamente intervinha para repor a normalidade nas notícias que chegavam ao conjunto da população portuguesa¹⁰¹. Qualquer notícia que apresentasse um carácter desviante da normalidade não apareceria, habitualmente, nos jornais de circulação legal: roubos, mendicidade, protestos, prostituição, agressões e homicídios eram cortados e substituídos por outras – habitualmente distribuídas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) aos jornais. Era também comum, para além da substituição de notícias previamente elaboradas pelo SPN, recomendações por parte da direcção dos serviços de censura de divulgação de notícias úteis ao regime e a proibição de outras, prejudiciais ao mesmo.

Em 1941 algumas das recomendações dos boletins da Direcção dos Serviços de Censura, passavam pela exaltação ao chefe do governo, Oliveira Salazar, nas manifestações que se realizariam, um pouco por todo o país, em seu favor no mês de Abril daquele ano. Nessa ocasião, os Serviços de Censura, na altura sob a direcção de Álvaro Salvação Barreto, não aceitariam que a imprensa, “seja qual fôr o pretexto alegado, se dispense do dever pátrio que se lhe impõe (...) de colaborar na exaltação dessa política e no movimento em torno do Chefe de Governo”¹⁰². No mesmo sentido, os jornais deveriam “criar um sentimento elevado de dignidade nacional (...), publicando artigos de exaltação patriótica”, devendo “coibir-se de fazer estendal das misérias ou deficiências da Nação”¹⁰³.

A censura cortava também notícias sobre ajudas particulares aos mais desfavorecidos, que pareciam multiplicar-se de dia para dia. Segundo o boletim de registo e justificação dos cortes, esta atitude era justificada pela pressão do Governo de que toda e qualquer ajuda fosse enquadrada pela assistência pública¹⁰⁴. A partir de 1939,

¹⁰⁰ Notícia a sair em *República*, de 21 de Novembro de 1941, in Boletim de Registo e Justificação de Cortes, da Direcção dos Serviços de Censura, de 22 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

¹⁰¹ Sobre a imprensa durante a II Guerra Mundial, ver: Barros, Júlia, *O Fenómeno da Opinião Pública em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX), Lisboa, UNL-FCSH, 1993 [policopiado].

¹⁰² Boletim Diário da Direcção dos Serviços de Censura, de 23 de Abril de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

¹⁰³ Boletim Diário (...), de 23 de Abril de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

¹⁰⁴ Notícia a sair em *Diário de Notícias*, de 10 de Dezembro de 1941, in Boletim de Registo (...), de 11 de Dezembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

justificado pela necessidade de defender a neutralidade que Portugal assumira desde o início do conflito mundial, as reportagens sobre a guerra eram igualmente filtradas pela censura. A maioria das notícias sobre o esforço bélico da União Soviética ou, nesta altura do conflito, propaganda explícita contra ou a favor dos beligerantes, era censurada.

Mesmo antes de estalarem as greves na indústria da Covilhã no Inverno de 1941, alguns sinais de alarme social começavam a ser dados por todo o país. A imprensa não perde tempo a noticiar os efeitos nefastos do conflito bélico na economia portuguesa, com a degradação do nível de vida de parte da população e as consequências que daí advinham, como a fome e a proliferação de doenças, que vieram exponenciar a situação já de si difícil. Embora o sinal fosse dado, a censura rapidamente intervinha para repor a “normalidade” na imprensa, impedindo, desta forma, o alarme social:

“Na correspondência de Odemira foi eliminado que a miséria e a fome campeiam infrenes. A carestia de vida aumenta constantemente e doenças graves desenvolvem-se rapidamente como a malária e doenças intestinais. Por isso, pedíamos urgentes providências para abertura de trabalhos públicos, que venham suavizar a triste situação dos trabalhadores desta terra.”¹⁰⁵

Ou:

“Foram eliminados protestos contra a falta de géneros alimentícios e o seu elevado preço, nas seguintes localidades: Vila Real, Penela, Santarém, Amarante, Penafiel, Montemor-o-Velho, Porto de Moz, Tábua e Leiria”¹⁰⁶

Tentavam também pôr cobro a notícias de indignação:

“Num artigo em que se ocupa de problemas sociais, foi eliminado o seguinte, por inconveniente:

Sabemos bem que, ainda em muitos casos, os salários são mesquinhos, risíveis, de fome. Não ignoramos que o sangue do pobre trabalhador é, frequentemente, sugado pela vampiragem sem escrúpulos, e que este mesmo trabalhador, por vezes, alheio de toda a consciência profissional, faz o menos e o pior que pode. O abastado, depositário indigno dos bens da providência, passa insensível à beira da miséria a que a justiça nem sempre é capaz de acudir. Para uns há direitos e para outros só deveres. Eis a razão profunda da

¹⁰⁵ Notícia a sair em *Novidades*, de 7 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim de Registo (...), de 8 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

¹⁰⁶ Boletim de Registo (...), de 8 de Outubro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

desordem que se atíça e da guerra que alastra.”¹⁰⁷

Em Agosto de 1941, no Distrito de Castelo Branco, pedia-se que “todos sejam apenas e somente Portugueses”. O uso de emblemas e insígnias representativos ou alusivos a países beligerantes passava a ser proibido e, em caso de reincidência, os indivíduos seriam capturados pela polícia. Estas insígnias e emblemas estavam conotados com os países aliados¹⁰⁸.

Em 1942, ao continuar a “verificar-se em diversas localidades audições públicas de emissões radiofónicas de propaganda dos países beligerantes, de que resultam inconvenientes para o País”, a PVDE vai endurecer a sua vigilância e sancionar rigorosamente estas situações¹⁰⁹. Não era de admitir, também, “opiniões dos portugueses especialmente em público, e muito menos ainda dos funcionários do Estado, corpo administrativo ou organismos corporativos e económicos” que fossem contra a posição de estrita neutralidade que Portugal havia tomado no início do conflito, pois a mesma correspondia à cada vez maior “consideração e prestígio por parte das outras nações”¹¹⁰.

Vemos, deste modo, como funcionando na base de uma repressão preventiva, controlando os meios de comunicação, a polícia política não desejava que se desse ênfase à verdadeira situação social e económica da população, evitando, desta maneira, qualquer tipo de alarme social.

Começam, igualmente, as reclamações ao sistema corporativo, o pedido de aumento salarial e melhores condições de trabalho, assim como as greves operárias. Algumas antecedem mesmo as greves da Covilhã, embora pouco se conheça sobre esses episódios grevistas. Alguns sinais alarmantes começavam a ser dados por todo o país¹¹¹. Um dos sinais mais preocupantes terá sido inclusive a paralisação do trabalho de mineiros das Minas da Panasqueira, em 1939, uma região não muito longe do centro industrial de lanifícios da Covilhã: foram cerca de 3 mil operários em greve. Em Junho

¹⁰⁷ Notícia a sair em *A Defesa da Beira*, de 21 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in *Boletim de Registo* (...), de 22 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

¹⁰⁸ Circular do GCCB, de 6 de Agosto de 1941. ADCB, GCCB, maço 339.

¹⁰⁹ Ofício do GCCB, de 27 de Novembro de 1942. ADCB, GCCB, maço 337.

¹¹⁰ Circular do GCCB, de 23 de Abril de 1942. ADCB, GCCB, maço 337.

¹¹¹ Durante o ano de 1941 operários de vários pontos do país fazem chegar exposições ao Subsecretário de Estado e das Corporações, pedindo eleições, medidas de protecção aos sem trabalho, insurgindo-se contra os salários em atraso, exigindo melhores remunerações e direitos no trabalho, entre outras reivindicações. Ver: Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, pp. 567-571.

de 1939 serão os salineiros de Alhos Vedros e do Lavradio a entrar em greve, exigindo melhores salários para a profissão. Em Braga, no sector têxtil, sucede-se o mesmo¹¹². Um mês depois serão os operários da Indústria de Lanifícios da Covilhã que se começam a movimentar, fazendo chegar ao SN as primeiras reivindicações de igualdade e melhoria salarial.

4. A situação da indústria dos lanifícios

A indústria sofria, porém, constantes oscilações. Ora fabricava sem descanso, ora, por escassez de matéria-prima ou parco consumo, diminuía os dias de trabalho. Então, homens e mulheres, que à lã haviam entregue a sua vida, defrontavam-se com uma miséria mais descarnada ainda do que a normal. Com seu fabrico reduzido, a Covilhã, em vez de exportar pessoas, passara a exportar raparigas para o meretrício de Lisboa.”¹¹³

A situação dos lanifícios à época é caracterizada como complexa. Este sector encontrava-se, no início do conflito mundial, muito dependente dos fornecimentos de lã estrangeira (ver gráfico I), malogrados os esforços de substituição das importações pela exploração das lãs nacionais, na óptica do princípio governativo de autarcia económica. Porém, as lãs nacionais eram consideradas de menor qualidade e a indústria nacional habitualmente não as transformava em tecido, já que não havia um mercado de procura desses artigos.

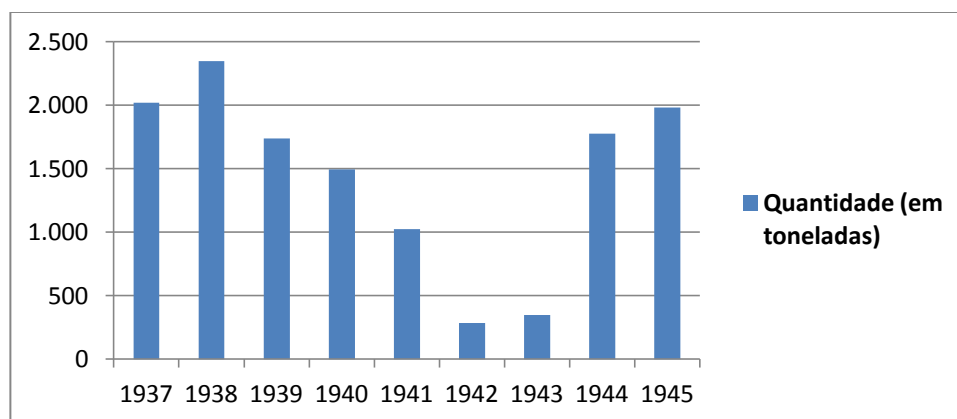


Gráfico I: quantidade (em toneladas) de lã em bruto importada entre 1937 e 1945¹¹⁴.

¹¹² Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, p. 571.

¹¹³ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, Círculo de Leitores, 1985, póstico.

¹¹⁴ Estatísticas do INE sobre o comércio externo entre 1937 e 1945. Ver: Fontes e Bibliografia para as referências das diversas recolhas estatísticas.

Para além desta questão, à altura do início da conflagração europeia, o *stock* de lãs, quer nacional quer estrangeiro, era residual, o que causou sérias apreensões aos industriais de lanifícios. A desorganização no sector estava instalada, com os produtores e os comerciantes a não querer vender a lã pelo preço habitual¹¹⁵. Em Setembro de 1939 chovem denúncias dos industriais de lanifícios da Covilhã ao Ministro do Comércio e Indústria sobre os comerciantes que se recusavam a vender a lã ou a vendiam a preços mais caros que o habitual: existia “muita lã em vários pontos em poder de diversos intermediários e segundo consta, pensam exportá-la, o que se deverá evitar, especialmente numa situação anormal em que a indústria vai lutar com enormes dificuldades por motivo de falta de matéria prima estrangeira. Muitos negociantes de lan pedem preços tão exorbitantes e sem compromisso, com o fim de evitar a venda da lan”¹¹⁶. O objectivo dos intermediários era manter a lã na sua posse e direccioná-la para a exportação, através de meios lícitos ou do mercado paralelo, onde o seu preço seria, sem dúvida, mais apelativo. As demoras no tabelamento das lãs, “contra o aviltamento vertiginoso dos preços”¹¹⁷ vai exponenciar o problema.

Em 1938, o país importara cerca de 2300 toneladas de lã em bruto. A partir de 1939, esse valor irá decrescer sucessivamente, atingindo o pior ano em 1942, com uma diminuição de 88% na quantidade de lã importada (cerca de 280 toneladas). Este fenómeno é explicado através do encerramento de quotas de importação de lã por parte da Grã-Bretanha, através do Ministry of Economic Welfare (MEW), que desejava impedir que a Alemanha se abastecesse no país, principalmente depois do início do combate na frente Leste, em Junho de 1941¹¹⁸. O Governo também impedia as importações, pois trariam como consequência o gasto de divisas e o encarecimento dos preços no mercado interno.

As importações preocupavam também os industriais da Covilhã, com estes a darem preferência à lã estrangeira, de melhor qualidade, e a serem mais das vezes frustrados nos seus inúmeros pedidos às autoridades competentes¹¹⁹. A diminuição na

¹¹⁵ Ver: Carta da ETL para o Ministro do Comércio e Indústria, de 19 de Setembro de 1939. CDAH/ML-UBI, Correspondência trocada entre a ETL e a FNIL.

¹¹⁶ Carta da ETL para o Ministro do Comércio e Indústria, de 29 de Setembro de 1939. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.

¹¹⁷ Carta da ETL para o ME, de 14 de Outubro de 1940. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e o ME.

¹¹⁸ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 126.

¹¹⁹ Carta da FNIL para a ETL, de 4 de Julho de 1940. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.

importação de lã em bruto é visível principalmente a partir de 1941, e irá prolongar-se até 1944, altura em que os valores da importação voltam a subir. Por outro lado, a quantidade de lã nacional teve valores mais ou menos estáveis antes e durante o conflito mundial, com um sensível aumento durante os anos críticos no sector da importação: entre 1941 e 1944. Portanto, a indústria terá de substituir a matéria-prima estrangeira, principalmente entre 1941 e 1943, pela lã nacional, de menor qualidade mas que, não obstante, terá um mercado altamente valorizado.

Para além das limitações nas importações, também houve sérias limitações à exportação de lã em bruto. De facto, se em 1939 se havia exportado cerca de 1800 toneladas, em 1941 esse valor decresce em 35%, embora o valor da tonelada compensasse em muito a diminuição da quantidade (ver gráfico II e III). Não sabemos, contudo, quais foram as percentagens de venda que coube aos produtores / intermediários e à indústria. A partir do final desse ano, o Governo impede a exportação de lãs nacionais, devido às dúvidas quanto ao reabastecimento do mercado interno e por pressão do MEW. Podemos ver que, até ao final do conflito, nem uma tonelada de lã em bruto passa pelas alfândegas portuguesas em direcção ao estrangeiro (ver gráfico II). No entanto o contrabando manter-se-ia activo¹²⁰.

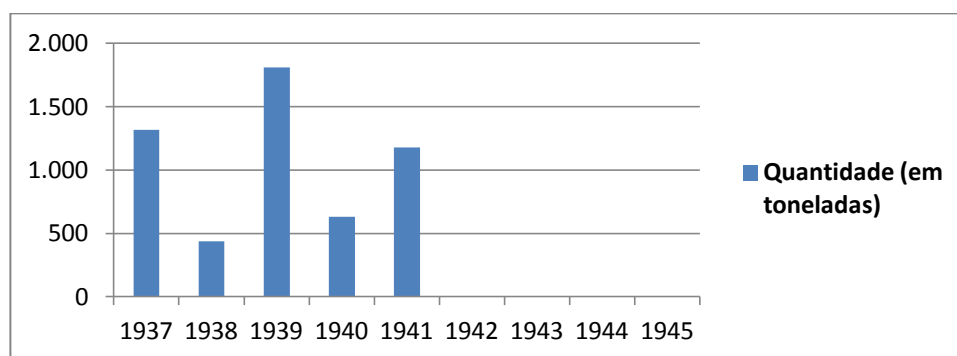


Gráfico II: quantidade (em toneladas) de lã em bruto exportada durante 1937 e 1945¹²¹.

¹²⁰ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 126.

¹²¹ Estatísticas do INE sobre o comércio externo entre 1937 e 1945. Ver: Fontes e Bibliografia para as referências das diversas recolhas estatísticas.

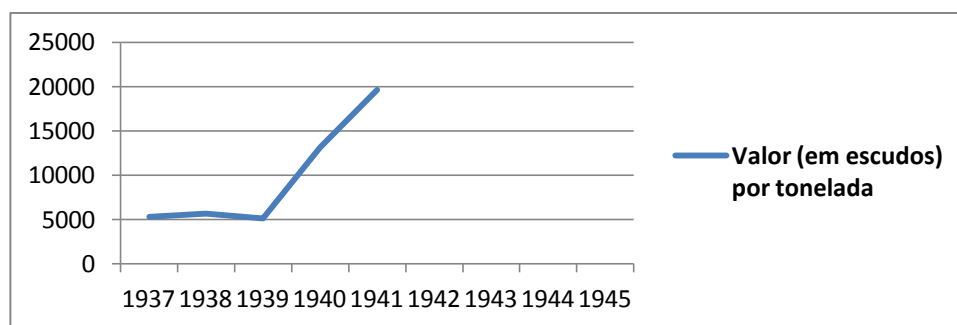


Gráfico III: valor (em escudos) por tonelada de lã em bruto (nacional e nacionalizada) exportada entre 1937 e 1945¹²².

Em 1940 as fábricas de lanifícios da Covilhã enviavam constantes pedidos ao Ministro da Economia na tentativa de convencer este Ministério a autorizar a exportação de tecidos e fios de lã¹²³. O objectivo das fábricas passava pelo “descongestionar os enormes stocks”, que entretanto já havia sido restabelecido, e “assegurar a laboração intensiva das fabricas e a garantia do trabalho aos operarios que, com 4 dias, estão passando muitas dificuldades”¹²⁴, pois tinham muitas encomendas do estrangeiro. O excesso de produção observa-se sobretudo no fio de lã, que não seguia para a tecelagem, visto não haver mercado interno que absorvesse esses produtos, devido à fraca procura de tecidos de lã nacional e à especulação inflacionista dos preços nos tecidos¹²⁵. Por fim, para os industriais era essencial assegurar “a entrada de oiro para o Paiz em beneficio da economia nacional e garantia aos grandes capitais imobilizados nas fabricas (...) e a introdução e propaganda dos nossos productos fabris no estrangeiro

¹²² Estatísticas do INE sobre o comércio externo entre 1937 e 1945. Ver: Fontes e Bibliografia para as referências das diversas recolhas estatísticas.

¹²³ Segundo vários industriais de lanifícios na Covilhã, o fio de lã nacional não era totalmente absorvido pelas fábricas de tecelagem: sendo lã de menor qualidade, não interessava às indústrias de fiação enviar a lã penteada para a tecelagem “por não possuir as características próprias para produzir, sequer, tecidos de regular perfeição”. Nesse sentido, só restava a opção da exportação, mercado que adquiria o fio de lã de menor qualidade a custos elevados. O governo retorquia, mais das vezes, que as fábricas não podiam ficar sem matéria-prima com prejuízo de se reduzir a laboração. Por vezes, a autorização do MEW britânico era concedida, através dos *Navicerts*, mas o Governo português dificultava a exportação. Ver, por exemplo: Cartas da ETL para a FNIL, de 23 de Abril e 21 de Julho de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL a FNIL.

¹²⁴ Carta da ETL para o ME, de 3 de Dezembro de 1940. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e o ME.

¹²⁵ “Trata-se, como é do conhecimento de V. Ex^a. de uma qualidade baixa que à industria de lanifícios não interessa, por não possuir as características próprias para produzir, sequer, tecidos de regular perfeição (...) a indústria não consomo, pela sua inferior qualidade, como está verificado pela sua grande e actual existência, ao ponto de se permitir a sua exportação”, in Carta da ETL para a FNIL, de 21 de Junho de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.

que, no futuro, poderá constituir um bom mercado para a colocação do excesso da nossa produção”¹²⁶.

De facto, se se veio a assistir à limitação da exportação de lã em bruto, o mesmo não aconteceu com os fios e tecidos de lã (sobretudo esta última, transformados em peças como cobertores, mantas e tapetes) nacional ou nacionalizada (ver gráfico IV). Na exportação destes artigos vamos assistir a uma total remodelação no sector em comparação ao que acontecia nos anos anteriores ao conflito mundial. A quantidade de fio e tecidos de lã exportada até 1940 é baixa. A partir de 1941 vemos como esse valor sobe, atingindo já valores impressionantes em 1942 (com um aumento de 470% em relação ao ano base de 1937). Em 1943 há novamente uma diminuição, mas quando nos aproximamos do final da guerra, entre 1944 e 1945, as toneladas de fio e tecidos de lã exportadas aumentam em 760%.

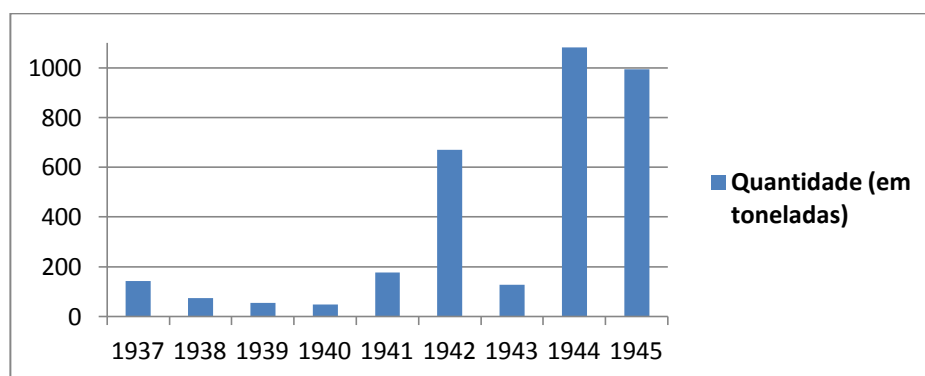


Gráfico IV: quantidade (em toneladas) de fio / tecido / obra de lã exportada entre 1937 e 1945¹²⁷.

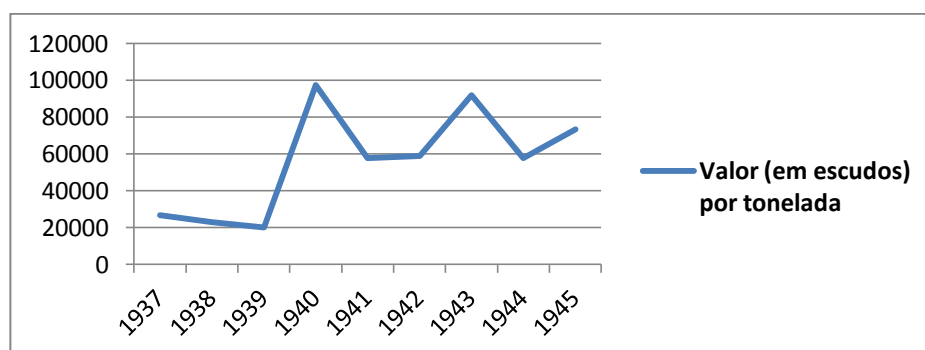


Gráfico V: valor (em escudos) por tonelada de fio / tecido / obra de lã exportada entre 1937 e 1945¹²⁸.

¹²⁶ Carta da ETL para o ME, de 3 de Dezembro de 1940. CDAH/ML-UBI, Corresp. troca entre a ETL e o ME.

¹²⁷ Estatísticas do INE sobre o comércio externo entre 1937 e 1945. Ver: Fontes e Bibliografia para as referências das diversas recolhas estatísticas.

Quanto aos parceiros comerciais, o quadro desenhado antes e durante a guerra contém diferenças significativas. Se em 1937 e 1938 se exportava fio e tecidos de lã sobretudo para as Colónias, para o Brasil e para a Espanha, a partir de 1939 e até ao final do conflito novos mercados abrir-se-ão para receber os artigos da indústria de lanifícios portuguesa: a Suíça, que antes não constava como parceiro privilegiado, a partir de 1940 é dos países que mais se abastece em Portugal, a par da Inglaterra e das Colónias. A predominância da Suíça como porto de exportação dos produtos têxteis tem que ver com facto de este país ser a porta de entrada das mercadorias para a Alemanha, durante o conflito mundial: muitas das encomendas eram para a Suíça e a “preços compensadores”¹²⁹.

Paralelamente, as fábricas eram acusadas de elevarem “exageradamente os preços dos fios de lã penteada nacional”, como consequência dos preços praticados na exportação¹³⁰. Naturalmente, compensava mais à indústria nacional exportar para a Suíça, que tentava adquirir tecidos de lã a qualquer custo, do que os colocar no mercado nacional, onde a procura era certamente menor e o poder de compra havia decrescido. De facto, para além da exportação de fio e tecido de lã ter aumentado, sobretudo aquele que correspondia ao tecido em obra, que designava um conjunto de artigos, como cobertores, tapetes e malhas, o preço por tonelada exportada sobe também substancialmente: em 1940 o valor havia aumentado 363% em relação ao preço praticado em 1937 (ver gráfico V). Em 1941, segundo algumas empresas de lanifícios da Covilhã, “se não fosse a circunstancia das encomendas para a Suíça”, teriam reduzido o trabalho a três dias semanais, com prejuízo dos “grandes capitais imobilizados” e dos operários “que vivem n’uma situação muito difícil, atendendo ao agravamento da vida”¹³¹.

¹²⁸ Estatísticas do INE sobre o comércio externo entre 1937 e 1945. Ver: Fontes e Bibliografia para as referências das diversas recolhas estatísticas.

¹²⁹ Ver, por exemplo: Cartas da ETL para o ME, a 16 de Novembro e a 3 de Dezembro de 1940. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e o ME; carta da ETL para a FNIL, de 4 de Outubro de 1940, CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e o ME.

¹³⁰ Os industriais retorquiam que os preços praticados eram mais do que justos e que os mesmos “não cobrem sequer o custo da lã e da mão de obra porque tal não permite a desordem que n’este sector da indústria continua imperando, já por motivo da crise que toda a indústria atravessa, já pelo excesso de produção e diminuição de consumo por parte da tecelagem”, in Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Maio de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e a FNIL.

¹³¹ Carta da ETL para a FNIL, de 23 de Abril de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.

Porém, a partir de 1944 a Suíça perde o seu lugar de destaque como parceiro comercial da indústria de lanifícios, depois de um intensificar das pressões britânicas ao governo português. Depois de a Alemanha (através da Suíça) adquirir grandes quantidades de artigos produzidos com a lã portuguesa de menor qualidade e a preços compensadores, dará o mote para que a Grã-Bretanha inicie as compras preemptivas e intensifique o bloqueio económico a Portugal. A partir desta altura, Portugal passa a exportar essencialmente para as Colónias, Inglaterra, EUA e França (esta última na fase final da guerra). O país passa a ter “margem de manobra para negociar a compra de lã sul-africana em troca da reserva de uma parte do mercado de lanifícios e peles para os Aliados”¹³². Sintetizando:

- I) O conflito mundial surpreende as indústrias com um *stock* residual de lãs. Estas encontravam-se na posse dos intermediários que aproveitam a ocasião para elevar excessivamente os preços ou a direccionam para o mercado externo;
- II) A lã nacional era de menor qualidade e por esta razão a indústria necessitava de importar lã estrangeira. No início do conflito, a situação altera-se e as importações diminuem entre 1939 e 1943, voltando a subir só a partir do ano seguinte;
- III) Por esta razão, a matéria-prima diminuiu e foi utilizada uma maior percentagem de lã nacional durante o conflito do que antes dele. Em consequência disto, algumas fábricas têm de diminuir os seus dias de laboração, devido não só à escassez da lã mas também à falta de combustível;
- IV) Por outro lado, a exportação de lã em bruto nacional é suspensa a partir de 1942 (até esta data o valor da tonelada não havia parado de subir): ao Governo preocupava o reabastecimento interno e à Grã-Bretanha a saída de lã para a Alemanha;
- V) No entanto, a exportação de fio e, sobretudo, de tecido em obra (cobertores, mantas, tapetes) vai aumentar significativamente durante o conflito. Em vez de direccionar os artigos de lã para o mercado nacional (com pouco poder de compra para os artigos de lã inflacionados), a indústria vai exportá-los. Os

¹³² Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, Vol. II, p. 27.

principais parceiros comerciais de Portugal são as Colónias, a Suíça (a porta de entrada de mercadorias na Alemanha) e a Inglaterra, que se abastecem de tecidos de menor qualidade, produzidos com lã nacional, a preços elevados. De facto, o valor da tonelada vai subir bastante a partir de 1939;

Como vimos, apesar da menor disponibilidade de lãs, os industriais vão, ao longo do conflito, exportar mais do que no período anterior a 1939, sem contar com os valores do contrabando. A conjuntura de guerra assim o permitiu: a Alemanha, a combater na frente Leste a partir de 1941, abastece-se, a preços elevados, de artigos de lã nacional de fraca qualidade¹³³. Por sua vez, a Inglaterra despoleta as compras preemptivas, tentando retirar os artigos de lã do mercado. O volume de exportações aumenta, assim como o valor unitário da tonelada. A conjuntura em 1941 era a seguinte:

- I) A quantidade de artigos de lã exportada aumentou 124%, comparativamente a 1937. O valor unitário da tonelada aumentou 214%;
- II) O país pôde exportar lã em bruto até Dezembro de 1941, altura em que “o Governo português acede em suspender a exportação de lãs nacionais”¹³⁴: em 1941 exportara-se menos do que em 1937 mas a lã exportada havia valido mais 329%, sendo que o valor unitário da tonelada aumentara em 367%. Não sabemos contudo que percentagens de venda de lã em bruto coube aos produtores / intermediários e à indústria de lanifícios;
- III) A importação de lã em bruto, por sua vez, tinha diminuído cerca de 50%, fazendo rarear a matéria-prima;
- IV) Utilizava-se uma maior percentagem de lã nacional mas não sabemos, contudo, quais os valores que estavam a ser aplicados na venda da lã nacional à indústria de lanifícios. Os industriais, em 1941, queixam-se que os preços praticados nos fios de lã que vendem não cobriam sequer “o custo da lã e da mão-de-obra porque tal não o permite a desordem que

¹³³ “Tendo nós comunicado às casas suíças que nos compraram fio penteado produzido com lã fina «Australia», que não lh’o podíamos fornecer, mas somente em qualidade portuguesa, algumas vão substituir as suas encomendas por fio nacional”, in Carta da ETL para a FNIL, de 19 de Fevereiro de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.; “Depois de tenazes e porfiados esforços junto de Londres e do Consul Britânico, em Lisboa, esta entidade oficial foi autorizada a conceder-nos os Navicerts para todas as encomendas de fio efectuadas para a Suíça”, in Carta da ETL para a FNIL, de 23 de Abril de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL

¹³⁴ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 126

n'este sector da industria continua imperando".¹³⁵ Não tivemos acesso, contudo, ao preço de compra aos produtores / intermediários da lã em bruto nacional.

- V) Os industriais queixam-se ainda de aumentos nos preços dos combustíveis e diversos acessórios industriais: o carvão tinha aumentado 100%, a lenha 138%, o amoníaco 410% e o azeite 130%, entre outros¹³⁶. A Empresa Transformadora de Lãs, em 1941, diz que em encargos com força motriz, energia eléctrica, acessórios, ordenados, transportes, taras e contribuições e encargos sociais agravaram-se em cerca de 31%.

Contudo, após uma fase inicial mais sensível para a indústria de lanifícios, com a desorganização no sector a imperar, esta irá beneficiar, como vimos, de um mercado de exportação altamente valorizado.

De forma a pressionar o INTP, o Ministério da Economia e outros organismos económicos dos quais se encontravam dependentes, o patronato fazia várias alusões ao facto de se poder entrar numa fase de produção reduzida, caso não fossem satisfeitas as condições ideais de matéria-prima disponível. Por outro lado, os pedidos de horas extraordinárias chegavam com grande regularidade ao INTP, devido às constantes oscilações da oferta de lã no país e da rarefacção de combustíveis: se existiam alturas em que os operários trabalhavam mais horas do que o estipulado no CCT, outros períodos havia em que se reduzia substancialmente o seu salário, pela razão de as fábricas trabalharem apenas três ou quatro dias por semana.

¹³⁵ Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL

¹³⁶ Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL; "Em consequência do elevado agravamento de preços dos acessórios industriais, carvão, lenha, oleos, produtos químicos, etc., necessários e indispensáveis a penteação e fiação de lã, bem como outros encargos, levamos ao conhecimento de V. Ex^a. que, em conformidade com a resolução, oficialmente aprovada, de outras secções fabris, os signatários resolveram: aumentar em 30% os preços de mão d'obra", in Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a FNIL.

CAPÍTULO TERCEIRO – A AGITAÇÃO OPERÁRIA NA COVILHÃ DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

“A greve entende-se à face da lei como um facto perturbador da ordem, da tranquilidade pública e da vida económica e como tal é reprimida.”¹³⁷

O capítulo que se segue é dedicado à análise dos principais momentos de conflito aberto, de afronta pública ao poder instituído, na região da Beira Interior durante a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de greves que assumem um carácter político (embora com um conteúdo reivindicativo formalmente económico), pela sua ocorrência num regime em que as greves eram proibidas, severamente punidas e encaradas como um desvio moral e político.

Os conflitos mais importantes no tempo e no lugar que nos propusemos estudar foram, notoriamente, as greves de Novembro e Dezembro de 1941, que paralisaram a quase totalidade, ou mesmo a totalidade, da indústria de lanifícios da Covilhã. Estes conflitos são os primeiros sinais da emergência da letargia em que o operariado havia mergulhado durante os anos que antecederam o conflito mundial. São também um dos primeiros indícios das insuficiências e falhas do sistema corporativo na resposta, ou na falta dela, às reivindicações do operariado e ao conflito aberto propriamente dito.

Na tentativa de compreender este clima de agitação social, começamos pelos antecedentes destas duas greves do Inverno de 1941. Indicamos os motivos das reivindicações, a sua cristalização como um movimento colectivo espontâneo e as consequências desta paralisação do trabalho para o numeroso operariado da Covilhã. Após o Inverno de 41 a acalmia social domina, aparentemente, a cidade. Veremos como é que o Estado Novo e os seus organismos corporativos colocaram em prática algumas das medidas que este tomou para superar este momento de agitação social, que pontuará um pouco por todo o país ao longo dos anos da Segunda Guerra Mundial.

Para além do Estado Novo, através das suas instituições, iremos também perceber como é que as reivindicações e as greves operárias foram percebidas pelo patronato covilhanense e o que significaram para o partido da oposição, o PCP.

¹³⁷ Comunicado do Governador Civil de Castelo Branco, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

1. Questões prévias

“Durante o Inverno, como o sol desaparecia logo no começo do trabalho, essas horas nocturnas tornavam-se infundáveis. O rumor das máquinas volvia-se mais nítido e, também, mais monótono, propício a um sono que não podia consumir-se. Mesmo onde a luz era forte, havia algo fúnebre, uma claridade de vigília, de atmosfera doente. Dir-se-ia que as máquinas produziam porque tinham de produzir; que a mecha corria porque tinha de correr; que as canelas se enchiam porque tinham de encher-se; que tudo trabalhava sob uma fatalidade inexorável, alheia ao próprio objectivo da produção. Mais do que noutras horas, os homens pareciam autómatos, simples peças das máquinas, movimentando-se sob aquela mesma vontade fria que movimenta a fábrica.”¹³⁸

A greve é entendida conceptualmente como uma forma de luta por parte de um grupo que exige transformações económicas, sociais e/ou políticas, paralisando o seu trabalho¹³⁹. Assim sendo, presume um conflito entre diferentes interesses, em que um dos grupos exerce pressão sobre o outro. Nas greves do Inverno de 1941 na Beira Interior, assistimos a uma paralisação de mais de 4 mil operários¹⁴⁰, reivindicando uma subida dos salários. O nível de vida da população operária era já de si precário no período anterior à guerra. Quando as consequências do conflito se começam a fazer sentir, os salários tornam-se insuficientes para fazer face às despesas quotidianas. Poderíamos, aparentemente, classificar as greves de Novembro e de Dezembro, como greves de cariz económico e/ou social. Segundo James Scott, as exigências dos operários podem ser enquadradas na ordem, espaço e tempo pré-existente¹⁴¹, em que estes não questionam a legitimidade do poder instituído: a massa operária não possuiria “as ferramentas ideológicas que as teorias marxistas acentuam, existindo uma *décalage* importante entre as classes no papel e as classes na vida real”¹⁴². Contudo, sendo uma greve realizada num sistema não-democrático, como era o Estado Novo, onde a proibição da greve se encontrava legislada e as penas (pecuniárias, de prisão e de desterro) hierarquizadas e efectivamente aplicadas, a greve, aparentemente económica,

¹³⁸ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 135.

¹³⁹ Liden, Marcel Van den, *Workers of the World – Essays toward a Global Labor History*, *Studies on Global Social History*, Volume I, Leiden – Boston, Brill, 2008, pp. 182-183.

¹⁴⁰ Quem o diz é o relatório da força policial que interveio neste caso: Cópia do relatório do comandante da GNR da Covilhã, António Ramos Paulo, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

¹⁴¹ James Scott citado em Ferreira, Sónia, *A Fábrica e a Rua: Resistência Operária em Almada*, Castro Verde, 100Luz, 2010, p. 298.

¹⁴² James Scott citado em Ferreira, Sónia, *A Fábrica e a Rua: Resistência Operária em Almada*, p. 298.

não deixa de ser uma greve política¹⁴³. Como ressalva Fernando Rosas, “qualquer abaixo-assinado, qualquer protesto, qualquer greve, qualquer manifestação, assume de imediato uma natureza abertamente política. Daí o enorme impacto e o alcance especificamente político que têm as greves de 42-44 na conformação da crise do regime durante a guerra”¹⁴⁴. Embora o discurso público produzido pelos operários tivesse como alvo uma subida salarial ou a anulação de descontos recentemente implementados, este acaba também por pôr em causa o sistema político onde está inserido. Em suma, as greves da Covilhã visam, pela pressão sobre o patronato e pela paralisação da produção, não só a esfera económica e social, mas também o Governo. Aliás, estas greves ocorrem, como veremos adiante, sem a mediação do SN, característica, aliás, das greves deste período, o que constitui, por si, um conflito aberto entre operários e o Governo. Trata-se de um dos primeiros sinais dados pela classe trabalhadora que revela os defeitos e insuficiências do sistema corporativo. A greve torna-se, em si mesma, um gesto político de desafio à ordem estabelecida: assim, a acção destes indivíduos e do sujeito colectivo, é imediatamente política no momento em que havia partido para a greve.

Mais do que membros de um certo movimento colectivo, os operários são participantes, “pois existem diversos graus de participação e envolvimento na acção colectiva, nem todos partilham a mesma percepção, entendimento ou vontade, apesar da existência de uma moldura de enquadramento geral que confere homogeneidade (identidade, valores, interesses) ao todo colectivo.”¹⁴⁵ Essa homogeneidade, conferida pela partilha de uma série de valores e interesses em comum, foi pensada por E.P. Thompson, que conferiu dimensão ao sujeito colectivo¹⁴⁶.

Embora tenhamos acesso ao conjunto de discursos dos operários, aquando do seu interrogatório pela polícia política, existem, nas relações de poder e subalternidade, uma constante dramatização onde são ensaiadas formas de agir e de dizer. É desta forma útil pensar nas categorias de James Scott quando este se reporta ao *registro público* e ao

¹⁴³ Liden, Marcel Van den, *Workers of the World – Essays toward a Global Labor History*, *Studies on Global Social History*, p. 184; Patriarca, Fátima, “greves”, in *Dicionário de História de Portugal*, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), Vol. VIII, Suplemento F/O, Lisboa, Figueirinhas, 1999, p. 136.

¹⁴⁴ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 361.

¹⁴⁵ Ferreira, Sónia, *A Fábrica e a Rua: Resistência Operária em Almada*, p. 87.

¹⁴⁶ Ver, por exemplo: Thompson, E. P., *The Making of the English Working Class*, New York, Vintage Books, 1968; Thompson, E. P., *Costumes em Comum*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998; Thompson, E. P., *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do século XVIII*, Antígona, 1998.

*registo escondido*¹⁴⁷. A primeira designa a interacção pública entre aquele que domina e o que é dominado e, a segunda, tem que ver com os discursos produzidos fora desse palco público, isto é, longe da observação de quem domina. Esses discursos, que representariam os registos informais, *escondidos*, não são automaticamente apreendidos através das fontes, nomeadamente institucionais, a que tivemos acesso. “Como captar aquilo que se manifesta momentaneamente (...) e que depois se dissolve em inúmeros indivíduos durante um interrogatório policial e judicial?”¹⁴⁸

Às fontes policiais, obtidas um clima de forte coacção policial, deve-se-lhe dedicar uma interpretação cuidada, tendo em conta o ambiente em que são produzidas. Como resume Fátima Patriarca, estamos perante “um interrogatório forçado, feito sob cocção, em que o inquiridor e inquirido se apresentam e se encontram em posições totalmente assimétricas.”¹⁴⁹. Nas palavras de Irene Pimentel, estes interrogatórios apresentam-se como “um mundo aos bocados”, onde a “maioria dos interrogatórios policiais são feitos de perguntas e respostas imprecisas, frequentemente com lacunas, de parcelas, de frases e pedaços de vida, cujo fio condutor é, na maior parte do tempo, pouco visível”¹⁵⁰. Por outro lado, os indivíduos que se encontram perante um interrogatório forçado representam como que a dissolução da multidão que havia invadido as fábricas e tomado conta das ruas: “os membros de uma multidão sentem-se frequentemente autorizados ou legitimados na sua acção precisamente porque outros estão envolvidos em simultâneo no mesmo acto”¹⁵¹. Embora seja interessante pensar as diferentes, infinitas talvez, motivações que levaram cada indivíduo a participar na greve, “a própria natureza do agenciamento colectivo”¹⁵², esfuma-se perante o espartilhamento dos interrogatórios policiais.

Quanto ao desenrolar da greve, a paralisação dos operários covilhanenses segue o ritmo que caracteriza as greves de uma forma geral, segundo a descrição que delas faz Marcel van der Liden: primeiro surgem os problemas, segue-se o que acciona

¹⁴⁷ Ver: Scott, James C., *Domination and the Arts of Resistance, Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press, 1990.

¹⁴⁸ Chakrabarty, Dipesh “História subalterna como pensamento político”, in Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão*, Lisboa, Fundação EDP e Tinta da China, 2010, p. 282.

¹⁴⁹ Patriarca, Fátima, “Sobre a leitura das fontes policiais”, in *Análise Social*, Vol. XXXII (4.º-5.º), 1997 (n.º 143-144), p. 927.

¹⁵⁰ Pimentel, Irene Flunster, *A História da PIDE*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 13.

¹⁵¹ Chakrabarty, Dipesh “História subalterna como pensamento político”, in Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão*, p. 298.

¹⁵² Chakrabarty, Dipesh “História subalterna como pensamento político”, in Bruno Peixe Dias e José Neves (coord.), *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão*, p. 300.

de facto a greve (habitualmente um incidente que cristaliza os sentimentos de descontentamento) e, por fim, as exigências. Podemos acrescentar a sua expressão pública, que na Covilhã será central, com a apropriação do espaço privado (as fábricas) e do espaço público. De forma bastante abreviada, porque trataremos convenientemente esse assunto mais adiante, os problemas que vieram dar corpo às reivindicações seriam os fracos salários e a percepção de desigualdades sociais. O que a acciona e cristaliza é a falta de resposta do sistema corporativo à resolução do problema. As exigências retomam os problemas, isto é, exigem-se aumentos salariais mas outras reivindicações juntar-se-ão após o iniciar da greve.

Para que esses problemas se articulem na acção prática de uma greve, é necessário que o conjunto de trabalhadores conclua que tem interesses comuns a defender através de uma greve, e que os riscos são menores do que os benefícios (imediatos ou futuros). Como veremos, se inicialmente a exigência de melhoria salarial estava restrita a um sector da indústria de lanifícios, quando os operários partem para a greve, esta engloba a totalidade do operariado, o que se pode explicar pela união da classe operária covilhanense que, desde o início do século XX, se encontrava representada através de uma única AC. A espontaneidade deste movimento grevista, sem aparente organização partidária por detrás é conduzida por esta cultura enraizada de organização, de solidariedade e de luta reivindicativa da comunidade operária covilhanense. A greve teria de significar para os trabalhadores uma forma de acção colectiva que os fizesse pertencer e identificar-se com ela, merecendo a sua atenção e apoio para que, no final, os pudesse beneficiar a curto ou a longo prazo.

Quando se é impulsionado para a acção pública e colectiva de uma greve, os problemas que a motivam são apenas uma das razões para explicar a sua ocorrência e manutenção. Outras estruturas, para além do local de trabalho, tornam-se igualmente pertinentes para explicar a ocorrência de uma greve: as estruturas comunitárias, onde podemos englobar os laços de vizinhança, as colectividades de educação e recreio, as tabernas, entre outros locais de sociabilidade operária, que podem ser relativamente recentes ou então constituírem estruturais mais tradicionais, em que as suas origens remontem a outros sistemas políticos, de maior liberdade associativa e sindical. Se o ambiente da fábrica é pesado, monótono e, até, frio e fúnebre, como assinala Ferreira de Castro, é através das estruturas exteriores à fábrica que o operário se expande e afirma e onde aspira ao futuro: “a presença do futuro no próprio presente, tal como este é vivido

e interpretado pelos operários”¹⁵³:

“Fugindo ao ambiente de suas casas, ao ruído e movimento da filharada, os homens vinham para ali, naquele período de Inverno, jogar a bisca e cavaquear. A ausência de mulheres, de crianças e dos problemas domésticos dava-lhes uma efémera sensação de evasão. (...) Muitas vezes Horácio ouvia-o referir-se a um mundo que viria, um dia, um mundo onde não existiriam nem pobres, nem ricos, nem grandes, nem pequenos – e onde todos teriam tudo quanto carecessem para viver sem apoquentações.”¹⁵⁴

Encontramo-nos, em 1941, sob regime do Estado Novo, onde as greves, como já foi sublinhado várias vezes, são proibidas. A greve constitui, desde logo, o risco óbvio de prisão ou deportação para os milhares de operários que aderem à mesma. O problema toma ainda outras proporções quando o operário tem uma família, pois o seu rendimento é indispensável à economia caseira. Mas, para além desta pesada consequência que advém da participação numa greve em 1941, no seio do Estado Novo, outros problemas se colocam aos operários antes de aderirem à mesma. Com um salário já de si insuficiente para fazer face à inflação fulminante, o qual se torna cada vez mais precário para aceder aos bens de primeira necessidade, os dias em que decide não trabalhar, fazendo greve, são um abalo tremendo na economia familiar: cada dia que passa é menos um dia sem receber, tornando a sua vida e a dos que dele dependem ainda mais difícil. A motivação para que o operário se mantenha em greve precisa de assumir um carácter excepcional, e tal pode ser efectivado pela agudização dos problemas que o colocaram naquela situação e/ou, ter uma estrutura que o apoia e o motiva ao longo da greve. Neste trabalho identificamos as potenciais estruturas de apoio e solidariedade que os grevistas e as suas famílias na Covilhã tiveram acesso e que, como consequência, poderão ter minimizado os problemas descritos anteriormente.

A experiência operária é cristalizada nos momentos de erupção pública colectiva, embora o antes e depois seja igualmente importante para entender os momentos que marcam a história dos movimentos colectivos. Para além dos momentos excepcionais, onde há uma interrupção do tempo monótono, que caracteriza o horário rígido, dominado pelas sentinelas das fábricas, há uma reprodução e perpetuação de experiências que marcam um colectivo. “A fraca capacidade para inverter a tendência

¹⁵³ Cabral, Manuel Villaverde, *Proletariado: o nome e a coisa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1983, p. 50.

¹⁵⁴ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 126.

para a perpetuação da estratificação social”¹⁵⁵, transmitida de geração em geração, vai dotar o meio operário de um nível razoável de endogamia social. Os bairros operários, os longos horários que retiravam tempo de lazer, os baixos salários e o vestuário semelhante, entre outros, são factores de endogamia e reproduzem-na, criando uma solidariedade demonstrativa na greve, fazendo cessar a concorrência operária. A união operária traduzida em movimentos grevistas é também a reprodução dessa endogamia que auxilia a excepcionalidade disruptiva da greve.

“Há muito tempo que os cabeços e encostas dos subúrbios da Covilhã viam, de manhã, aquelas filas negras de cardadores, penteadores, fiandeiros, urdideiras e tecelões avançarem nos caminhos. Todos os mestres da indústria têxtil tinham ali, a servi-los, dinastias de operários, os pais metendo, em casa geração, os filhos nas fábricas, mal estes iniciavam o trânsito da infância para a adolescência. E os novos pareciam herdar dos velhos, por via do próprio sangue, a arte de transformar os tecidos e os velos das lãs”.¹⁵⁶

2. Ferreira de Castro e *A Lã e a Neve*

“As colectividades da Covilhã, representando a população da cidade, essa massa trabalhadora que V. Ex.^a, dando-a a conhecer ao mundo através das páginas de «A Lã e a Neve», eternizou, têm a honra de vir felicitar, na passagem do 65º aniversário natalício, o ilustre escritor a quem os covilhanenses tanto devem e jamais poderão olvidar.”¹⁵⁷

A Lã e a Neve foi publicado em 1947. Não sabemos que leitura fez o governo de um romance sobre as greves da Covilhã: conflitos que inauguram uma grave crise do Regime e onde a crítica à situação económica, social e política naquela década de 40 está bastante patente. Mas, principalmente, a partir da década de 60, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PIDE) vai congrega, em diversos processos de investigação, informação relativa ao autor. Este não se escusava em apresentar, na imprensa e em sessões evocativas para que era convidado, as suas fortes opiniões sobre o regime. Em 1966 fará parte de um grupo de indivíduos que subscreveram um “requerimento entregue a Sua Excelência, Presidente da República, em 6 de Novembro

¹⁵⁵ Cabral, Manuel Villaverde, *Proletariado: o nome e a coisa*, p. 70.

¹⁵⁶ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 106.

¹⁵⁷ “Homenagem da Covilhã a Ferreira de Castro”, in *Diário de Lisboa*, a 21 de Novembro de 1963, in ANTT, PIDE / DGS, SC NT 7354 – 4408 CI 2, Ferreira de Castro.

de 1966, através da qual se faz uma extensa análise dos supostos malefícios que a instauração do actual regime político trouxe para o país, lamentando quanto é doloroso verificar como todo o destino colectivo de um povo pode estar sujeito ao capricho ensimesmado dum homem, enredado numa teia sinistra e colossal de ambições, de interesses, de situações adquiridas”¹⁵⁸. Em 1968, a propósito de uma visita de Ferreira de Castro à Covilhã, a cidade é posta sob vigilância da PIDE. Em Maio de 1971 vai fazer parte da Comissão Nacional de Defesa da Liberdade de Imprensa. O autor focava-se essencialmente na censura e no golpe profunda à vida intelectual que era a política cultural do governo:

“Uma das perguntas formuladas ao grande escritor foi a seguinte: - «Quais são, em seu entender, as características do Regime que mais o divorciam do povo português e dos seus intelectuais?» Ferreira de Castro respondeu: - «São tantas, tantas. Como não divorciar-se do povo um regime que impõe a servidão sem o direito de protestos, o silêncio espesso que não permite qualquer discordância pública, o medo segregado pelas várias ameaças pairantes, que se sabe poderem tornar-se efectivas, como tantas vezes tem sucedido? Fenómeno curioso. Todos nós temos medo: a população tem medo da ditadura, e a ditadura tem medo da população. E, mesmo alguns que apoiam o regime têm medo uns dos outros. Mas talvez a mais grave característica do regime, pois que ela comanda tudo – acrescentou mais adiante Ferreira de Castro – foi a sua guerra contra a inteligência nacional, a sua guerra contra a liberdade. Ele sabia que a inteligência nacional não estava a seu lado – como poderia estar? – e procurou por vários meios, sufocá-la. Não há nenhum escritor português, mesmo entre os poucos que não alinham na oposição, como não há jornalista algum, que desconheça os assuntos limites que foram impostos à Imprensa, ao romance, ao ensaio, ao teatro, ao cinema, e até às pobres canções populares. Na própria arte, essa agressão se manifestou vezes sem conta, bem ridiculamente.»¹⁵⁹

Ferreira de Castro havia-se deslocado à cidade da Covilhã logo em 1942. Guilhermino Beato, um operário de lanifícios da Fábrica Nova Penteação terá sido posto em contacto com o escritor, através de militantes do PCP na Covilhã. Este chega e encontrar-se com o escritor por três vezes no jardim central da cidade. O objectivo de Ferreira de Castro “era arranjar elementos para escrever um livro sobre as greves e a

¹⁵⁸ “Ferreira de Castro contra a censura”, in ANTT, PIDE / DGS, SC NT 7354 – 4408 CI 2, Ferreira de Castro.

¹⁵⁹ “Ferreira de Castro contra a censura”, de 3 de Novembro de 1969, in ANTT, PIDE / DGS, SC NT 7354 – 4408 CI 2, Ferreira de Castro.

vida da classe operária da Covilhã”, então escritor e operário falam “das greves, da vida do povo da Covilhã, dos operários que se destacam nas greves, no modo como elas foram preparadas”¹⁶⁰.

O romance inicia-se com o regresso de Horácio a Manteigas depois de uma temporada a servir no Exército, em Lisboa. Da capital trouxera a ideia firme de ter “aquela casita que trazia nos olhos, o seu desejo de começar a vida de casado num lugar airoso e limpo, para eles e para os filhos”¹⁶¹. As grandes casas brancas, asseadas e airosas eram aquelas que ele tinha visto no Estoril. Quando chega a Manteigas a sua ideia torna-se ainda mais firme ao vislumbrar a negritude e o ínfimo espaço dos casebres da aldeia. Adia o casamento e anseia em arranjar trabalho nas fábricas, primeiro em Manteigas, depois na Covilhã, mas com a sua idade e sem um «empenho» era difícil encontrar um lugar como aprendiz. Mantém-se como pastor, a sua profissão de sempre, passando longas temporadas nas rotas da transumância.

“Olha lá – voltou Barradas, como se houvesse tido um súbito pensamento – por que queres deixar a vida de pastor? Uma vida tão bonita, que até os santos gostam dela e os poetas antigos a cantavam! – A voz do padre tornara-se mais doce, evocativa, como se ele próprio sonhasse: - O céu por cima, o ar livre, o nascer do Sol visto lá do alto... À noite, as estrelas... Não tens visto figuras de pastorinhos, com suas flautas, nos altares e nos presépios? Não há dúvida que os poetas antigos tinham razão!”¹⁶²

Consegue finalmente arranjar trabalho numa fábrica da Covilhã, como aprendiz de pegador de fios. Muda-se para a Aldeia do Carvalho, que distava cerca de 4 km a pé da cidade: a neve gelava os operários nas longas caminhadas de e para a fábrica e as casas na Covilhã e Aldeia do Carvalho eram tão negras e frias como as de Manteigas e nelas habitavam famílias com inúmera prole. Recebia 9\$ diários e pagava uma renda semanal de 45\$. Casas sem latrinas e com poucas divisões que acentuavam a promiscuidade familiar.

“Horácio viera para ali na véspera de entrar na fábrica e logo nessa primeira noite o molestara a permeabilidade que o soalho oferecia ao som. Fora, primeiro a voz de Júlia,

¹⁶⁰ “Ferreira de Castro – escritor”, de 28 de Novembro de 1966, in ANTT, PIDE / DGS, DP NP 3661 – 13120 – SR, Ferreira de Castro.

¹⁶¹ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 30.

¹⁶² Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 30.

berrando aos filhos que tardavam a aquietar-se; fora, depois, o ressonar da velha, ora pesado, ora estrídulo; fora, por fim, quando o silêncio se fizera longo, aquele leve ranger de cama, aqueles movimentos que ele adivinha cautelosos, aqueles sussurros mal sufocados que o seu ouvido captava, trazidos pela noite, envoltos em imagens lúbricas”¹⁶³.

Na fábrica, Horácio conhecera Marreta e “o velho tecelão havia-se tornado o seu melhor amigo na Aldeia do Carvalho”¹⁶⁴. Vegetariano e Esperantista, “na quadrazita que habitava” congregava todas as noites um grupo de operários, “fugindo do ambiente de suas casas”¹⁶⁵. Nessas alturas distribuía literatura aos seus colegas de trabalho. Quando chegou a vez de Horácio recomendou-lhe que “não se pode andar por aí a falar dos livros que nós lemos ou a mostrá-los a torto e a direito. Eles não têm mal nenhum, mas se soubesse que nós os tínhamos...Tu compreendes? Já uma vez fui preso por menos...”¹⁶⁶. Horácio interrogara-se, na altura, por que razão tendo sido preso várias vezes não mudara entretanto de atitude e se Marreta acreditava mesmo nas coisas que apregoavam por aí, pois a ele custava-lhe a acreditar. O velho tecelão retorquiu que sempre havia acreditado: “Que outra esperança podemos nós ter? Não nasceste em casa de operários e só agora comesas a trabalhar nas fábricas. Eras pastor e isso é muito diferente. Os pastores parecem que vivem no fim do mundo. Depois [Marreta] demorou-se na catequese, sempre com aquelas palavras de justiça, de bem-estar comum, de igualdade entre os homens, que tomariam os homens mais felizes”¹⁶⁷.

Outras atitudes do ex-pastor surpreendiam os seus colegas. Numa visita do industrial à fábrica em que trabalhavam, Horácio, submisso, “afastou-se rapidamente, em sucessivas curvaturas de tronco e cabeça”, enquanto, que de entre os seus companheiros, “nenhum mostrava expressão ou fazia movimento que denunciase desejos de lisonja”¹⁶⁸. Entretanto, com o eclodir da Segunda Guerra Mundial, a vida do

¹⁶³ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, pp. 103-104.

¹⁶⁴ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 125.

¹⁶⁵ “Na Aldeia do Carvalho poucos adeptos arrebanhara para a língua internacional e para o vegetarianismo não conquistara um só. Debalde ele jurava que, seria maior a saúde, mais longa a vida e menor a escravidão do ser humano às necessidades de casa dia. As mulheres, sobretudo, contrariavam-lhe a propaganda. Mais realistas do que os homens, afirmavam, desdenhosas, que fartas de batatas estavam elas desde que haviam nascido e que pena tinham de não poder comer carne todos os dias. Um bife! Uma perna de carneiro assada! Quem lhos dera!”, in Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 126.

¹⁶⁶ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 128.

¹⁶⁷ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p.129.

¹⁶⁸ Marreta alertou-o mais tarde: “ Bem...Antigamente, quando o patrão entrava na fábrica, todos se punham como tu te puseste. E as descomposturas eram o pão de cada dia. Pela coisa mais insignificante ameaçavam-nos de nos pôr na rua. Eles e até nós próprios pensávamos que tínhamos nascido para

operariado, já difícil antes da guerra agravara-se, com a escassez dos produtos, com a inflação, com a penhora dos únicos bens que os operários detinham. Ao pedido de aumento salarial os patrões respondem negativamente e Horácio começa a ouvir “murmurar, na fábrica, que estava em organização uma greve”¹⁶⁹.

3. Na véspera das greves

Apesar da longa tradição de luta operária da população da Covilhã e regiões próximas, nos anos que antecederam o conflito mundial, a cidade encontrava-se como que em estado de resignação, em consonância com o que se passava no resto do país.

Para as autoridades civis e policiais, o grande problema que subsistia naquela região, e que se agravava durante o conflito mundial, era o das Minas da Panasqueira, onde se encontra uma das mais ricas e extensas áreas de exploração de volfrâmio¹⁷⁰ em Portugal, e onde o nível de agitação social parecia ser elevado. O problema do volfrâmio, matéria-prima altamente valorizada em períodos de conflito militar, devido à sua importância para a fabricação de armamento, foi especialmente agudo durante os anos do conflito mundial. Essencial para a prossecução do esforço de guerra dos beligerantes, e existindo em quantidades assinaláveis em solo português, foi uma das armas da política económica de guerra neste período. O volfrâmio foi uma das causas de tensão entre Portugal e a Inglaterra, como consequência da venda deste minério à Alemanha.

Este «ouro negro» ou «ouro nazi», como alguns lhe chamavam, foi a causa de muitas tensões sociais em solo português – o seu preço era bastante alto e, como tal, muitos camponeses substituíram a lida das terras pela prospecção do minério. Diversas directrizes saíam dos Governos Cívicos impedindo, em certas alturas do ano, a saída dos camponeses das terras para irem à procura do dinheiro fácil que lhes era prometido pelo negócio do volfrâmio, o que levava ao despovoamento e à falta de pessoal na

trabalhar para eles e que ainda era um grande favor eles darem-nos trabalho. Mas, um dia, nós vimos que também éramos homens e, pouco a pouco, fomos adquirindo a nossa dignidade. Ainda há alguns que andam sempre a lamber-lhes as botas, mas esses são cada vez mais ratos. Por isso, hoje em dia os patrões não gostam não de entrar nas fábricas. Hoje, eles e nós não nos entenderemos.”, in Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, pp. 155-161.

¹⁶⁹ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 198.

¹⁷⁰ Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, *Actividade Mineira*, «Grande Depressão» e *Segunda Guerra Mundial*, p. 68.

agricultura¹⁷¹. No Distrito de Castelo Branco este problema era bem notório, devido à grande quantidade desse minério que existia na região e ao contrabando que lhe era característico. As autoridades policiais andavam atentas ao assunto.

Em 1941, seriam cerca de 4 mil mineiros na região, assim como “compradores, concessionários, companhias e até nações, que numa descabida luta de preços e de processos, levam centenas, milhares de homens e de mulheres a abandonarem os campos e as aldeias. Da falta de crise de trabalho e de dinheiro, passou-se como por encanto à falta de braços para a agricultura”¹⁷². Não seria assim de estranhar que, aquando das movimentações operárias na Covilhã, a PVDE averiguasse as ligações dos operários com o contrabando daquele minério através da raia. O enriquecimento através do mercado do volfrâmio também contribuiu para aumentar a visibilidade das desigualdades sociais.

Em Janeiro de 1939, cerca de três mil operários dessas minas entraram em greve, como consequência das más condições de trabalho e dos salários baixos. Em Maio de 1940, repete-se o mesmo cenário¹⁷³.

Em Novembro de 1940, um ano antes de estalarem as greves operárias na Covilhã, o Governador Civil de Castelo Branco entra em contacto com o Ministro do Interior, no sentido de o informar de um “incidente com características comunistas”¹⁷⁴, que tinha ocorrido na freguesia de Teixoso, Concelho da Covilhã. Nesta correspondência reservada mantida com o Ministro do Interior, António Maria Pinto relata a situação de alarme social que se tinha vindo a assistir de algum tempo àquela parte. No entanto, acrescenta, nada que se comparasse com o clima vivido anos antes no meio operariado. Relata o representante civil que, “cinco indivíduos, servindo-se duma grande bandeira da Fundação (...) pintaram a foice e o martelo cobrindo depois com a

¹⁷¹ Por exemplo, em 1943 na Covilhã, é afixado um edital que suspende durante 10 de Setembro a 10 de Outubro os trabalhos mineiros de superfície, devido à falta de braços na agricultura, havendo severas sanções a quem desrespeitasse a ordem, ver: Edital de 6 de Setembro de 1943, in Arquivo Municipal da Covilhã.

¹⁷² ANTT, MAI, pasta 521, relatório do GCCB ao MI, em 15 de Abril de 1941 citado em Telo, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Vol. II, p. 29.

¹⁷³ Existiam cerca de 3500 operários na Mina da Panasqueira que, a 2 e 3 de Janeiro de 1939, “apresentaram exigências de natureza imediata (pagamento do «carboneto», aumentos salariais, etc.) e propostas de âmbito estrutural (criação de Sindicato Nacional e da Caixa de Previdência). Mesmo à revelia da estratégia da Companhia, as autoridades destacaram a «intervenção de agitadores com experiência adquirida em Espanha» e ameaçaram despedir administrativamente todos os grevistas”, Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947)*, *Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, pp. 208-209.

¹⁷⁴ Ver: Carta do GCCB para o MI / PVDE. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 515.

mesma, o padrão dos Centenários que naquela localidade foi erguido”¹⁷⁵. Estes operários das fábricas de lanifícios da Covilhã foram considerados, inicialmente, como pertencendo à juventude comunista.

O episódio é ainda contado no *Tear de Tomates*, de Gabriel Raimundo, que reúne testemunhos de personagens ligadas à oposição ao Estado Novo. Os jovens, enviados para a esquadra da P.S.P. na Covilhã, antes de seguirem caminho para António Maria Cardoso, onde se situava a sede da PVDE, sofreriam variadas torturas¹⁷⁶, a mando do tenente Amaro, que continuará a ser a figura máxima da P.S.P. da Covilhã nas greves de 1941. Conhecido por “Quarto do Gelo”, por se situar no subterrâneo do Pelourinho, e por “Ferro de Engomar”¹⁷⁷, devido às torturas que lá se passavam, os calabouços da P.S.P. da Covilhã eram um símbolo da iniquidade do Regime e que, por isso, todos procuravam evitar. O conjunto de jovens a quem foi apontada a pertença à juventude comunista não tinha qualquer ligação ao partido comunista, embora, depois de passarem vários meses em Caxias, as ligações ao PCP surgissem naturalmente, segundo relatam os intervenientes, por ali existir “uma grande força do Partido, no recreio [em Caxias] não escondiam nada”¹⁷⁸.

Os operários chegam a ser julgados pelo Tribunal Militar Especial (TME). Criado logo em 1927, os TME julgavam os crimes de orientação política, onde a acção de defesa se constituía, apenas, como mera formalidade¹⁷⁹. Segundo o relatório que acompanha o processo do TME, os jovens operários do Teixoso imitaram aquilo a que tinham assistido na cidade da Covilhã: várias paredes pintadas com motivos e frases comunistas. Estes jovens são submetidos a uma pena de prisão correcional de seis meses e, ainda, ao pagamento de uma multa. Apesar de descartada a hipótese da pertença às juventudes comunistas, depois das investigações levadas a cabo pela P.S.P.

¹⁷⁵ Ver: Carta do GCCB para o MI / PVDE. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 515.

¹⁷⁶ “Mal entrava um dos presos, o tenente de pingalim em punho com esferas na ponta malhava nele até cair, ao Valério tirou-lhe um pedaço de orelha, deu-nos ali porrada desalmadamente. Eles pensavam que havia uma força organizada do Partido no Teixoso (...) aí colocavam-nos em fila indiana, de braços no ar, o da frente estava em cima de um caixote de sabão e tinha uma lâmpada pendente do tecto a bater-lhe na testa. Os guardas rendidos de 2 em 2 horas, sentados a olhar para a gente. O preso que se encontrava em cima da caixa passava para a retaguarda, ao sabor do capricho do polícia. Chegámos a um ponto que tivemos de nos lançar ao chão.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, Almada, Edições Anes, 1984, p. 107.

¹⁷⁷ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 106.

¹⁷⁸ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 110.

¹⁷⁹ “Isto é, para punir as actividades políticas, sindicais, militares, culturais, associativas, reivindicativas, de opinião ou outras que as autoridades em geral e a polícia política em especial considerassem atentatórias da ordem estabelecida e como tal criminalizadas e perseguidas”, in Rosas, Fernando (coord.), *Tribunais Políticos – Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2009, p. 15.

da Covilhã e pela PVDE, é decretada a ordem de prisão, para servir de exemplo à restante população daquela região, considerada subversiva:

“Verifica-se pelos interrogatórios a que os submeti que são uns imbecis, estúpidos e ignorantes mas com tendência para a asneira. Reflectem eles o ambiente que, infelizmente, ainda existe neste meio industrial e vem-nos provar que o operariado desta cidade, na sua maioria, professa ainda as ideias subversivas que há anos lhe foram incutidas, pelos *meneurs* que aqui havia com abundancia. Como V. Ex.^a sabe, aparecem periodicamente nesta cidade e arredores, estas manifestações comunistas e para que isso desapareça, para exemplo dos outros, envio a V. Ex.^a estes idiotas que merecem ser punidos com rigor embora no fundo sejam inconscientes. Não lhes dá, porem, para dar vivas ao Estado Novo e ao Salazar e tiveram a habilidade de ir a uma propriedade particular roubar a bandeira da Restauração para a ir colocar no cimo do cruzeiro, depois de lhe pintarem varias garatujas. Para exemplo, pois, de muitos que ainda por cá ficam, e que preparam o ambiente para estes garotos se manifestarem, rogo a V. Ex.^a que fiquem por ahi alguns mezes de castigo.”¹⁸⁰

Por este comentário da PSP, vemos como o clima de insatisfação começava a ser notório para as autoridades que, alarmadas com a situação tentam, a todo o custo, reprimi-lo. É de assinalar, ainda, que qualquer indivíduo considerado «subversivo» aos olhos do Estado Novo era imediatamente conectado com o Partido Comunista. São algumas as queixas do Governador Civil de Castelo Branco e também anónimas que chegam ao Ministério do Interior dando conta de episódios semelhantes – todos eles, infractores sociais e/ou políticos, habitualmente, considerados comunistas pelos redactores das cartas.

Outros sinais começavam a ser dados, sobretudo quando falamos em resistência quotidiana e informal. Começam a chegar à PSP várias queixas de roubos e práticas de ludismo, isto é, de sabotagem das máquinas industriais. Alguns meses antes de estalarem as greves dos operários de lanifícios, o proprietário da Empresa Transformadora de Lã, uma das maiores e mais completas da Covilhã, e que era das que mais operários empregava, enviou uma queixa à PSP, dando conta de um pedaço de

¹⁸⁰ AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5; Uma vez na sede da PVDE, em Lisboa: “recomeçaram os interrogatórios, muita alusão à organização do Partido, ameaçavam-nos com instrumentos de borracha tipo mocas e outro semelhante a um máquina de agramar com entrada para os dedos (...) a técnica refinada dos mestres nazis, porque é que vocês querem estar presos? Vocês são umas crianças...(...) presos a dia 10 de Novembro, estivemos no Aljube até 31 de Dezembro e daí para Caxias, respondemos a 15 de Março de 1941 no Tribunal Militar de Santa Clara e saímos a 17 desse mês, em liberdade”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, pp. 108-109.

ferro que fora introduzido no motor de uma máquina e que a havia danificado. Desta queixa de 3 de Maio de 1941, fica também claro que os actos de sabotagem nesta empresa estar-se-iam a tornar frequentes, segundo relatam dirigentes da empresa¹⁸¹.

Noutra altura, são os roubos a questão principal da correspondência entre a mesma Fábrica e a PSP: a Empresa Transformadora de Lãs faz saber que a importância de 217\$00 corresponderia a uma “gratificação à corporação da Polícia da Covilhã, pelos serviços prestados a esta Empresa, nomeadamente pela descoberta de um roubo ultimamente feito em nossa fábrica”¹⁸². Esta empresa de lanifícios da Covilhã será aquela onde se iniciarão os preparativos para as greves de Novembro e Dezembro de 1941. Este tipo de discurso menos público de contestação, ou formas de *registro escondido*, como o designaria James Scott, mostram, por um lado, as dificuldades vividas neste sector da população covilhanense e, por outro, que alguns dos operários a percepcionavam como injustas.

A Covilhã era, no início dos anos 40, o mais importante centro têxtil de lanifícios do país: nesta altura existiam 404 fábricas em todo o país e a cidade da Covilhã albergava 132 delas. Nesse grande conjunto fabril, sem comparação com outros centros de lanifícios do país, estavam também as maiores e mais completas fábricas: 10 fábricas tinham para cima de 100 operários. Constituíam-se, também, como o único concelho do país que congregava todas as etapas na produção de tecidos de lã. Em 12716 operários de lanifícios no conjunto do país, as indústrias da Covilhã davam emprego a 5029 deles, dos quais 3684 eram homens e 1345 mulheres. Não sabemos, contudo, se os inquéritos industriais deste período consideraram o trabalho doméstico para as fábricas, habitualmente realizado pelas mulheres¹⁸³.

Em finais de 1940, “com o fundamento do actual estado de crise industrial, que além de originar grande número de desempregados, [a indústria de lanifícios] reduziu a 4 dias de trabalho por semana a quasi totalidade dos que se empregam nas oficinas de lanifícios”: nos lares dos operários não entravam “50% dos proventos colhidos no ano

¹⁸¹ “no dito motor criminosamente fôra introduzido em dois pontos um pedaço de ferro, portanto acto de sabotagem que danificou o motor e que por completo o inutilisaria se tão rapidamente se não se dá pelo facto. Porque já não é este o primeiro caso de identico successo, isso nos obriga à necessidade imperiosa de se descobrir o seu autor ou autores no intuito de se evitarem possíveis e mais graves prejuizos”, in Carta da ETL para a PSP, de 3 de Maio de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a PSP.

¹⁸² Carta da ETL para a PSP, de 10 de Fevereiro de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a PSP.

¹⁸³ Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Industrial, 1943*, Sociedade Astória, Limitada, 1945, p. 294.

anterior”, onde o custo de vida era “mais elevado que em Lisboa e Porto”¹⁸⁴. Paralelamente, a mendicidade da cidade da Covilhã, estava a “aumentar assustadoramente”, devido à crise na indústria¹⁸⁵.

O trabalho nas fábricas de lanifícios da Covilhã era dividido em dois ou três turnos, dependendo da quantidade de encomendas e da altura do ano. Os operários viviam, mais das vezes, em localidades vizinhas à Covilhã e, se trabalhassem no segundo turno, demoravam “uma hora e mais a regressarem aos seus lares, onde chegam pela meia-noite, e a passar”¹⁸⁶. Mesmo vivendo em aldeias próximas à Covilhã, a maioria não tinha capacidade para ter campos de cultivo, com o sentido de sustentar as necessidades mais básicas¹⁸⁷. O turno da noite (entre as 16-24h), numa altura de racionamento, esgotava “ao duplo as energias físicas” e era composto por muitas mulheres e jovens operárias. Estas tinham, por sua vez, “patrões e empregados menos respeitadores”. Ganhavam menos que os homens e, por isso, encontravam trabalho mais facilmente, o que veio a ser uma das razões apontadas para as diversas correntes que desejavam retirar as mulheres das fábricas. O terceiro turno, que se estendia entre a meia-noite e a oito horas da manhã era, pelo menos legalmente, composto exclusivamente por homens. As crianças com menos de dez, doze anos, passavam “dias inteiros na rua sem a vigilância dos pais” e as restantes entravam para as fábricas com tenra idade. Havia pouco asseio nos locais de trabalho e a fiscalização aos horários de trabalho nem sempre era eficaz.

A Covilhã, sendo um meio industrial, correspondia a “todas as vantagens e todos os seus defeitos”¹⁸⁸. Os defeitos passavam pelo altíssimo custo de vida e “considerando que os proletários da Covilhã são dos trabalhadores mais inquietos do país, sendo

¹⁸⁴ Cópia da exposição entregue ao Subsecretário de Estado das Finanças pelo SNPILC, em 6 de Novembro de 1940. ADCB, GCCB, Corresp. recebida, caixa 15.

¹⁸⁵ A mendicidade na cidade era proibida e os pobres eram internados no Albergue dos Inválidos de Trabalho, que existia na Covilhã. Carta da PSP para o Governador Civil, de 11 de Dezembro de 1941. ADCB, GCCB, Corresp. recebida, caixa 15.

¹⁸⁶ A breve descrição da vida do operariado da Covilhã que aqui se faz está presente na exposição, dirigida ao delegado do INTP, da secção daquela cidade da LOC, a 17 de Outubro de 1946. Vivia-se ainda o racionamento, como consequências das condições económicas adversas da Segunda Guerra Mundial. AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

¹⁸⁷ “Poucos tinham terras para amanhar, um ou outro esfalfava-se de roda de um chãozito, era tudo a comprar. O salário de miséria não dava para viver decentemente.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates – Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 76; o Governador Civil de Castelo Branco também faz referência ao facto de os operários não terem terra ao seu dispor, em comparação com o trabalhador rural, ver: Carta do GCCB para o ME, de 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

¹⁸⁸ Carta do delegado do INTP na Covilhã ao Governador Civil, de 23 de Agosto de 1946. AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

certo que é entre eles que as ideias subversivas melhor éco encontravam, tomando em consideração que o seu nível cultural é defecientíssimo”¹⁸⁹. A irregularidade da distribuição, a carência, o alto preço e a inexistência de bens de primeira necessidade causavam um grande transtorno: por um lado, de ordem política, pois os operários da Covilhã culpavam o “Governo da Nação, pelo facto de na mercearia não lhe fornecerem azeite” e, por outro lado, de ordem social, na medida em que “pretendem um aumento de salários para adquirir os géneros que pelo seu preço lhe são inacessíveis”, o que o delegado do INTP considerava que não era “manifestamente solução aceitável, pelo círculo vicioso que determina”¹⁹⁰.

4. O início das reivindicações

“Então as greves não são proibidas? – perguntou.
No grupo em que eles se encontravam houve um súbito silêncio.
Também havia de ser proibido deixar-nos morrer de fome, e não é – exclamou por fim, Tramagal.”¹⁹¹

Os operários de lanifícios da Covilhã haviam iniciado as suas *démarches* tendo em vista as reivindicações por melhorias salariais em Junho de 1941. De facto, é sensivelmente a partir do ano anterior, em Julho de 1940, que os efeitos da guerra se começam a fazer sentir de forma mais intensa na vida económica e social de Portugal, país que, a partir daquele momento, passou a ser considerado como «neutro adjacente». Naquele mês de 1940, dá-se o momento-chave que inaugura uma nova fase da guerra. A retirada do exército anglo-francês de Dunquerque, bem como a queda da França, foram um rude golpe nas pretensões dos Aliados. A 13 de Julho de 1940, no contexto do bloqueio económico britânico, havia sido aplicado o racionamento aos países ibéricos e, em Agosto, decretado o sistema de *navicerts*, implementando-se, desta forma, um rígido controlo sobre a actividade comercial. Em Junho de 1941 dá-se o ataque alemão à União Soviética, e Portugal tornar-se-á o principal abastecedor de volfrâmio à beligerante alemã, como consequência do corte das vias de abastecimento oriental, o qual a impedia de ter acesso ao volfrâmio chinês. Como vimos, é neste particular

¹⁸⁹ Carta do delegado do INTP na Covilhã ao Governador Civil, de 23 de Agosto de 1946. AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

¹⁹⁰ Carta do delegado do INTP na Covilhã ao Governador Civil, de 23 de Agosto de 1946. AMSSS, Pasta INTP – Covilhã.

¹⁹¹ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 198.

contexto que a política económica de guerra e o bloqueio económico acentuam a sua pressão sobre os países neutrais. O atraso no estabelecimento do tabelamento de géneros, o racionamento das importações através de quotas em níveis inferiores aos das necessidades habituais, os maus anos agrícolas de 1940 e 1941, a exportação legal ou de contrabando de bens para a Alemanha, o açambarcamento e o mercado negro, vão fazer que, no Outono de 41, se dê a rarefacção dos produtos e dispare a inflação no país¹⁹².

Na Beira Interior havia ainda outro problema, que tinha que ver com as dificuldades de comunicação. A geografia desta região dificulta, por si só, as comunicações – a região encontra-se ladeada pelas Serras da Estrela, da Gardunha e da Malcata. Devido à escassez de combustíveis e ao consequente impacto nos transportes, o problema da comunicação foi agudizado, afectando profundamente a chegada das mercadorias abastecedoras da população. Esta dificuldade e o problema do volfrâmio fizeram da Covilhã uma das cidades do país onde os preços dos bens essenciais – daqueles bens de que dependiam as famílias operárias – mais aumentaram.

Os salários dos operários não chegavam para satisfazer os requisitos mínimos. Um trabalhador de Estambre¹⁹³ – secção onde se iniciou a greve e que congregava cerca de mil e duzentos operários, constituindo uma maioria no sector fabril – ganhava à volta de oito escudos diários, a maioria com família constituída, com dois, três e quatro filhos¹⁹⁴. Para que se tenha ideia da discrepância entre os rendimentos e os preços dos bens, o bacalhau era vendido a 10\$ e o azeite, produto essencial da dieta portuguesa, a 8\$¹⁹⁵. A sardinha pequena que, no período anterior ao conflito mundial, custava entre 1\$ e 1\$50, em 1941, tinha aumentado em mais de 100%, ficando o seu valor em 3\$50. Em termos de vestuário, a situação era ainda mais flagrante: umas botas de trabalho que custavam 40\$, em finais de 41 eram vendidas por 100\$, o que constituía um aumento de 150%. O mesmo acontecia com os sapatos e, inclusive, com as fazendas que saíam directamente das fábricas para os operários: “nas Fabricas saíam por 40\$00 e agora

¹⁹² Sobre esta fase da guerra ver: Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939 – 1945*, pp. 49-75.

¹⁹³ “Estambrador ou estambreiro é o homem encarregue do trabalho da passagem dos velos de lã pelos pentes”, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, p. 50.

¹⁹⁴ “Verificámos ainda que a greve foi iniciada pelos operarios da especialidade de fiação e cardação (cerca de 1.200), os quais ganham 7, 8 e 9\$00 diários, quasi todos êles com família constituída e muitos com 3, 4 e 5 filhos”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

¹⁹⁵ Os restantes alimentos presentes no documento a que temos vindo a fazer referência eram: “Assucar: 4\$75; Batatas: 1\$00; Arroz: 2\$70; Feijão: 3\$00; Ovos: 8\$00”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

saiem a 100\$00. Consta, dito pelo proprietário duma das Fabricas, que em principios do proximo ano as mesma serão aumentadas mais 25%.”¹⁹⁶.

Para uma suficiente alimentação calórica de um agregado familiar, em 1943, era necessário um salário diário de 28\$85. Na indústria da Covilhã, a maioria dos operários, estaria a receber entre 7\$ e a 9\$ diários. Mesmo prevendo que a inflação entre 1941 e 1943 tenha aumentado, podemos supor que o salário médio diário destes operários estivesse muito aquém de satisfazer as necessidades alimentares mais básicas – “neste contexto é de subalimentação crónica e de fome que falamos”¹⁹⁷. Como vimos anteriormente, o governo respondia a este crise alimentar com a Sopa dos Pobres, que no ano de 1940 na Covilhã, estaria a distribuir 300 refeições diárias.

As desigualdades nos salários das diferentes secções de trabalho na indústria dos lanifícios começavam a ser questionadas. Para Alberto Borges¹⁹⁸, um dos operários de Estambre que veio a ser interrogado pela PVDE aquando da primeira greve, em Novembro de 41, a questão passava pela “preparação do fio, que pode produzir boa ou má obra, o que depende do seu trabalho, o qual é efectuado em máquinas de grande preço, que exigem muita atenção. Estes operários têm um soldo pequeno em comparação com os outros, cuja responsabilidade pode ser tanta, mas não maior”¹⁹⁹. Os “outros” a que Alberto Borges se refere, são os da secção de tecelagem e de acabamentos, os quais, trabalhando por empreitada, acabavam por terminar o dia com um soldo superior aos operários de estambre – mais quatro escudos²⁰⁰. Os tecelões, talvez devido à sua importância e estatuto profissional que detinham no seio da Indústria, tinham, desde há muito, uma tabela salarial distinta e não trabalhavam em

¹⁹⁶ Ver: Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...)

¹⁹⁷ Sobre os estudos em torno da alimentação operária e rural em 1943, ver: Madeira, João (coord.), *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p. 340.

¹⁹⁸ Este operário foi dos que mais se destacou na greve dos operários em Novembro, embora não tenha sido preso: “O Borges, na critica que faz dos acontecimentos, deixa-nos a suspeita, senão a certeza, de ter sido o principal, ou pelo menos um dos principais elementos, que levaram os operários da Covilhã, à greve.”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

; Colaborou ainda no jornal da extinta AC de esquerda, *O Trabalho*. Existe um processo na PIDE sobre este mesmo indivíduo que o liga, anos mais tarde, ao PCP – Em 1967, com 62 anos de idade, Alberto Borges é surpreendido, por um agente da PIDE, a ler o jornal “Amanhã”, sendo chamado para prestar declarações, ver: PIDE/DGS, Delegação de Coimbra, PI 28380 NT 4764.

¹⁹⁹ Ver: Auto de Declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, “O Boga” e outros.

²⁰⁰ Ver: Auto de Declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

regime de assalariado, mas sim em regime de empreitada²⁰¹.

Os diferentes salários para operários com níveis de trabalho e responsabilidade semelhantes era uma das insuficiências que os operários apontavam ao primeiro CCT, realizado entre a FNIL e a FNSPIL, o qual foi aprovado pelo Subsecretário de Estado e das Corporações e Previdência Social, Manuel Rebelo de Andrade, no dia 24 de Junho de 1939.

É então que, a partir de Julho, começam os pedidos de aumentos salariais. Como resposta, o SN, por parte do INTP, fará chegar ao conhecimento dos operários da indústria de lanifícios, no mês de Setembro, a existência de “umas fichas que deviam ser preenchidas pelos operários e onde deveria constar as condições da vida de cada um deles”²⁰². De modo a minimizar a contestação social, a proposta do INTP passava por conceder um aumento pontual para suprir as necessidades daqueles operários que mais dificuldades apresentavam, chamado de subsídio familiar. A concessão deste benefício salarial seria realizado “não arbitrariamente, mas sim sobre uma base de justiça em que se atenda ao grau de necessidade do beneficiário, determinado pelo maior ou menor salário, encargos de família, etc.”²⁰³, como refere a circular de 1 de Setembro de 1941 do GILC. Um aumento global para o conjunto do operariado era, nesta altura, incompatível com a política económica do Governo:

“sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente, e isso importava na vida económica o emprego dos máximos esforços no sentido da estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários. (...) as razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem

²⁰¹ Foram os tecelões os primeiros a avançar para a constituição de uma associação de classe autónoma na Covilhã, no século XIX: “A manualidade, fazendo depender do operário, da sua força e arte, processo produtivo, colocava nas suas mãos o controlo desse mesmo processo. A máquina veio retirar-lho e, deste modo, veio também desqualificá-lo. Vimos que no caso da tecelagem esse processo de desapossamento do poder operário foi muito mais demorado, devido à própria lentidão da introdução de maquinismos neste sector. Este processo lento e demorado explica, em grande medida, a grande força dos tecelões quer no plano associativo quer no plano reivindicativo.”, in Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1890 – 1907*, Vol. I, 2006, p. 7.

²⁰² “As entidades competentes, tanto da parte dos operários, como do Governo, conhecedoras em absoluto do meio -, iniciariam imediatamente as duas démarches”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁰³ O fundo utilizado para o suplemento de salário a distribuir pelos operários seria aquele da Caixa Sindical de Previdência, para a qual os industriais tinham passado a contribuir a 17 de Julho desse mesmo ano, com 8% sobre os salários do operariado. Ver: Circular do GILC, de 1 de Setembro de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e o GILC.

inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do poder ou magia da liberdade.”²⁰⁴

Num período em que o “custo de vida aumentou consideravelmente”, para além da “falta que se nota nos generos de 1ª necessidade”²⁰⁵, o conjunto do operariado passaria por sérias dificuldades económicas. A demonstrar a difícil situação dos operários de lanifícios, “foram inuteis todos os avisos, comunicados e pedidos de comparencia no Sindicato, onde nem um operário compareceu para preencher as fichas”²⁰⁶ do INTP, com as quais este instituto estudaria o aumento pontual do salário a alguns operários. A reivindicação tornara-se comum a todos os trabalhadores da lã: desejava-se um aumento para todos e não para alguns.

Em Outubro, o operariado voltaria a pressionar as estruturas corporativas para que estas reavaliassem a sua situação, através da constituição de uma comissão de operários. Seria composto por dois operários de cada uma das três maiores fábricas de lanifícios da cidade da Covilhã: a Fábrica Alçada, a Empresa Transformadora de Lãs e a Nova Penteação²⁰⁷. Estas três fábricas distinguiam-se “pela perfeição na preparação dos fios de lã penteada” e pela “aparelhagem de máquinas modernas”²⁰⁸. Canalizando as suas reivindicações através do sistema legal e corporativo do Estado Novo, este conjunto de seis operários fez chegar ao SN um manifesto sobre a situação do operariado têxtil e o aumento do custo de vida causado pela Segunda Guerra Mundial. Neste relatório, entregue à direcção do SN, no qual se pedia “o interesse do Estado as suas reivindicações”²⁰⁹, estariam os preços dos bens de primeira necessidade e explícito o problema do salário que auferiam ser insuficiente para suprir as necessidades mais

²⁰⁴ Salazar, António de, *Discursos e notas políticas, 1938 – 1943*, p. 323.

²⁰⁵ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁰⁶ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁰⁷ “Em princípios de Outubro do corrente ano, um operário de nome Giraldo, lembrou a organização duma comissão dos operarios das secções de estambre das Fabricas Empreza Velha [Empresa Transformadora de Lãs], onde trabalha, Nova Penteação, onde trabalha o arguido e Fabrica Alçada, para junto da direcção do Sindicato pedirem um aumento de salario, atendendo ao custo de vida. A idade do Giraldo foi bem aceite entre o meio operário e foi imediatamente constituída a comissão.”, in Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, “O Boga” e outros.

²⁰⁸ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²⁰⁹ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

básicas de uma família operária²¹⁰.

Nesta altura, embora o pedido tivesse sido considerado “modesto e justo”²¹¹ por parte da direcção do SN, foi respondido aos operários que os assuntos referentes aos aumentos salariais demorariam o seu tempo, e que não era de um dia para o outro que se decidiam matérias desta importância. Faziam ainda referência à oportunidade perdida de aumento salarial para os mais necessitados, em forma de subsídio familiar, na recusa do preenchimento das fichas do INTP. Duas semanas depois, a 4 de Novembro de 1941, os operários, esperançosos numa resposta rápida às suas reivindicações, mas que tardava a chegar, agendaram uma reunião com o SN para saber a resposta dos órgãos corporativos ao pedido de aumento salarial. Esta reunião, no dia 4 de Novembro, e que deveria pôr face a face a comissão de operários e a direcção do SN, contou com a presença de toda a secção de estambre a qual, largando o trabalho com a autorização dos industriais, compareceu na sede do sindicato²¹². O número de pessoas era para “para cima de mil”²¹³ fazendo que muitos dos operários que até lá se deslocaram não conseguissem entrar. Surgindo rumores de que o pedido de aumento salarial ainda não havia sido enviado ao INTP, o operariado começou a perder a esperança depositada na direcção do SN, que acusavam de ter metido o manifesto dos trabalhadores “no arquivo”²¹⁴. O comandante da PSP “convidou os operários a saírem”²¹⁵ e a irem para casa mas, antes disso, tinha ficado decidido que, no dia seguinte, se iniciaria a greve dos operários de lanifícios da Covilhã²¹⁶. Alberto Borges, operário de lanifícios, foi dos que mais se

²¹⁰ Sobre a constituição de uma comissão de trabalhadores que, juntaria dois operários por cada uma das três fábricas mais importantes da Covilhã, ver os vários Autos de Perguntas, pela PVDE, aos indivíduos presos na greve de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹¹ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹² “Deste facto foi do conhecimento ao senhor Giria, pela comissão, que o mesmo informou de que o presidente do sindicato não receberia os operários todos, mas somente a comissão, motivo porque entendia que não tinham necessidade de ir ali todos. Esta informação foi transmitida pela comissão aos seus camaradas, os quais não atenderam o que fôra imposto pela direcção, pelo que solicitando autorização aos respectivos patrões, saíram das fabricas, no dia citado pelas vinte e uma horas, e foram ao Sindicato cujas salas encheram.”, in Auto de Perguntas da PVDE a José Pereira, em 25 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹³ Auto de Perguntas da PVDE a Pedro Baltazar, em 25 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹⁴ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹⁵ Auto de Perguntas da PVDE a José Pereira, em 25 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹⁶ Ver: Auto de Declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

destacou, incitando os trabalhadores à greve²¹⁷.

A ineficiência do sistema corporativo (simbolizado pelo SN, a estrutura de maior proximidade aos trabalhadores), ao não dar resposta às reivindicações do operariado, seria mais tarde criticada, aquando da redacção do parecer da PVDE, enviada àquela cidade após a greve. Segundo esse parecer, se da parte dos “proprietários das fábricas e da Direcção do Sindicato tivesse havido mais previdência e atenção, a greve não se teria talvez realizado, ou então teria ficado (...), circunscrita às Secções de Estambre.”²¹⁸. O SN era ainda acusado de ter dado legitimidade a uma comissão de operários e de ter marcado uma data para a resolução do assunto sem, no entanto, a cumprir. Quanto aos proprietários das fábricas, constou aos inspectores da PVDE que nenhum deles havia “chamado à razão os operários: muitos primaram pela ausência; outros foi preciso obriga-los quasi a terem as caldeiras acesas e as fabricas abertas, aptas a receberem os operários”²¹⁹.

Numa região essencialmente mineira “e donde qualquer curioso pode extrair em meia duzia de horas e com uma simples enxada toneladas de minério de facil e remuneradora venda, ela viu de um momento para o outro aparecem individuos que sem olhar a preço compram tudo quanto no mercado aparece. Daí uma baixa de compra no numerário e em desequilíbrio no orçamento do operário e daí ainda o pedido de aumento de salário dos operários da Secção de Estambre”²²⁰. Porém, apesar da falta de previdência, tanto do SN como do patronato, os operários não estavam ilibados de culpa: “O caso não era para isso; os interesses não eram gerais, a situação europea é grave e o País só não sente os resultados da guerra em todos os campos da vida económica, devido às milagrosas medidas do incomparável Homem de Estado que Deus nos deu. Infringiram a Lei e nada os pode nem deve desculpar, nem sequer o meio em que vivem: a Covilhã”²²¹.

²¹⁷ “O que se passou deve ter transpirado cá para fora, para onde estavam os restantes operários, o que deu margem a que Alberto Borges, operário da fabrica Alçada, segundo o arguido mais tarde veio a saber, tivesse subido para um estrado que existe na Sala das Sessões – no Sindicato, e falasse aos operários que ali estavam, verberando o procedimento da direcção do Sindicato ao mesmo tempo que dizia que os operários não deveriam voltar ao trabalho sem que o aumento do seu pedido fosse devidamente tratado”, in Auto de Perguntas da PVDE a José Pereira, em 25 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹⁸ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²¹⁹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²²⁰ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²²¹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

5. A greve de Novembro de 1941

“(…) no Largo do Pelourinho, ponto mais central desta cidade (…) uma grande multidão de operários de ambos os sexos vinha, pela Rua Direita que liga o jardim público àquele largo, em grande algazarra e em atitude hostil”²²²

Quinze operários covilhanenses e um soldado foram presos entre o dia cinco e o dia seis de Novembro de 1941²²³. Terão sofrido diversas torturas durante o curto período em que se encontraram na esquadra da PSP da Covilhã²²⁴. São posteriormente enviados para a prisão do Forte de Caxias. O motivo da prisão foi o facto de “terem tomado parte na greve que eclodiu na Covilhã no dia 5 de Novembro”²²⁵. Em Dezembro, cerca de cinquenta operários e operárias juntaram-se aos seus colegas em Caxias. Após esta data, e depois de uma enérgica repressão por parte das forças policiais e da PVDE, veio a assistir-se a um interregno na agitação social e política no Concelho da Covilhã, apesar das condições se deteriorarem à medida que as consequências da Segunda Guerra Mundial se alastravam.

No dia 5 de Novembro de 1941, os operários “da Fabrica Penteação e Fiação da Covilhã, Lda. ao receberem os seus salários, e verificando que não lhes foi concedido qualquer aumento, preveniram os patrões de que não voltariam a trabalhar, enquanto não vissem satisfeitos os seus desejos”²²⁶, surpreendendo, deste modo, as autoridades. Pouco depois, às 14 horas, uma multidão de operários e operárias invadia a Fábrica Alçada, com o intuito de dispersar os colegas que nela se mantinham a trabalhar²²⁷. O conjunto dos grevistas, de “quási todas as fábricas” da Covilhã, já tinha estado em duas

²²² Cópia do relatório do comandante da GNR da Covilhã in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²²³ João Carrilho; Aníbal Caetano Rato; António Casimiro; José Pereira; António Ribeiro; Camilo Feliciano; José dos Santos Correia, Manuel Pereira Saraiva; Joaquim Marques; José Videira; João Canário; António Fernandes Beato; Felisberto Fernandes Berto; Pedro Baltazar; António Mendes Alçada e Gilberto Duarte. Ver: ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²²⁴ “no interesse de todos, têm de acabar, na Covilhã, de uma vez para sempre, as frequentes paralizações de trabalho, utilizadas como meio de agir, sob pena de, por irreflexão de alguns, tóda a indústria vir a sofrer (...), na memória de todos deve estar ainda bem presente o que se passou nesta cidade, em Dezembro de 1941. Que meditem bem nisto os interessados”, in Aviso da PSP da Covilhã, de 13 de Dezembro de 1946. CDAH/ML-UB, Corresp. entre a FA e a PSP; “a alusão ao que se passou em 1941 é respeitante às muitas prisões então feitas, aos espancamentos que o seu antecessor fez e aos tiros de metralhadora que feriram e inutilizaram alguns operários grevistas. Não chegou a haver greve.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 53.

²²⁵ ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²²⁶ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

²²⁷ Cópia do relatório do comandante da GNR da Covilhã, de 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

outras fábricas, antes de ser surpreendido por alguns soldados, aquando do fecho dos portões da fábrica, que os levariam sob prisão até à esquadra da PSP²²⁸. Se, inicialmente, a exigência de melhoria salarial estava restrita a um sector da indústria de lanifícios – o sector de estambres –, quando os operários partem para a greve, esta engloba a totalidade do operariado. Dez operários foram presos à saída da Fábrica Alçada. Os restantes serão presos como consequência de denúncias e um outro, nas manifestações de rua. Várias mulheres são inquiridas, mas, na greve de Novembro, nenhuma é detida²²⁹. É chamado um investigador da PVDE à cidade, José Maria Branquinho, que dará início aos interrogatórios.

Na invasão da Fábrica Alçada destacam-se dois indivíduos, de acordo com o relatório da PVDE: um deles, de nome Gilberto Duarte, era um soldado que pertencia ao batalhão número dois daquela cidade. Será o único a ser levado ao TME e só será libertado muito depois dos outros grevistas o serem²³⁰. O outro, Felisberto Fernandes Berto, alcunhado de “O Boga”, de 28 anos e operário de lanifícios, morreria a 20 de Dezembro de 1941, no Hospital do Desterro, em Lisboa, poucos dias antes dos seus colegas serem soltos²³¹. Este operário foi dos que mais se havia destacado na greve,

²²⁸ “Um grupo de operários da Fábrica Alçada dirigiu-se em Comissão à gerência para apresentar as reivindicações achadas justas. Como interlocutor depararam com o João Garcia, o antigo chefe da Polícia de 1922, que fez a aprendizagem de perseguidor dos operários durante a Greve das Oito Semanas. O facínora com a pele de gerente, em resposta à Comissão que se lhe dirigiu, mandou fechar os portões da fábrica não deixando sair ninguém, ao mesmo tempo que pelo telefone chamava a Polícia, que fez muitas prisões.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 47.

²²⁹ Várias testemunhas chamadas a depor, na sua maioria mulheres operárias, acusaram algumas colegas de tomar parte na greve de Novembro. Por sua vez, estas são chamadas pela PVDE para serem sujeitas a um auto de perguntas. Nenhuma delas é no entanto detida, ao contrário do que vai acontecer na greve de Dezembro. Ver: ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º 2448/941, (...).

²³⁰ O soldado n.º 143/41 da 1.ª Companhia do Batalhão de Caçadores n.º 2 foi preso a 5 de Novembro de 1941, acusado do crime de ter tomado parte activa numa greve na cidade da Covilhã. O caso terá suscitado tanto alarme que será o próprio subdirector da PVDE, Rui Pessoa Amorim, a interrogar o arguido. Será o único dos grevistas a ir a TME, em Junho de 1942, condenado a “18 meses de prisão correccional que depois da prisão sofrida fica reduzida a 285 dias, e multa de cinco mil escudos”. 6250 escudos (acrescidos os juros) serão entregues pelo pai de Gilberto Duarte, Manuel Duarte, ao Batalhão de Caçadores n.º 2, a 13 de Maio de 1943. Segundo diversas testemunhas chamadas a depor, na maioria mulheres operárias, apesar de a dado momento da greve ter ajudado o guarda-portão da fábrica Nova Penteação a manter os operários longe da fábrica, Gilberto Duarte terá entrado na Fábrica Alçada, juntamente com um conjunto de operários e tomado parte activa no esforço conjunto de paralisação do trabalho. É acusado de se esquecer da “sua qualidade de soldado, para se lembrar unicamente de que também é operário, e que as reivindicações que os mesmos apresentam, o vão implicitamente abranger, uma vez que as consigam; é isto sem dúvida e incontestavelmente que o fez tomar partido dos grevistas”. Ver: AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

²³¹ Felisberto Fernandes Berto aparece como uma das vítimas do Regime aqui: *Presos no Regime Fascista 1940-1945*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1984, p. 133; Este operário, detido aquando a greve de Novembro, morreu com uma úlcera, segundo o diagnóstico médico: “entrada no Hospital do Desterro no dia 1 de Dezembro e falecimento no dia 20 de Dezembro de 1941; Felisberto Fernandes Berto, filho de António Fernandes Berto e de Maria dos Santos da Piedade, idade 28 anos, casado com Maria José Moraes, operário de lanifícios, natural de São Martinho, concelho da Covilhã,

destruindo uma máquina na tentativa de a paralisar, aquando da invasão da Fábrica Alçada²³².

A cidade foi colocada sob alerta, e deu-se início ao policiamento apesar de, nas ruas, se manter uma certa acalmia. Na noite de 5 de Novembro, os operários reuniram-se na sede do SN, onde estava presente o delegado do INTP na Covilhã, Antão Santos Cunha e o Comandante da PSP. O delegado do INTP “enumerou os benefícios que os operários teem recebido e ainda não era tudo, o Governo continuava a trabalhar para que aos operários fossem dadas novas regalias e não era assim que se faziam as reclamações”. Os operários exigiam a libertação dos detidos, visto ter sido “um acto de exaltação”, ao que o delegado do INTP retorquiu que, “embora inconscientemente, fizeram-no e têm que receber castigo”²³³. Posto isto, “foi deliberado pelos operários que ninguém retomaria o trabalho, sem que fôssem restituídos à liberdade os operários presos e lhes fôsse dado o aumento pedido”. Todas as fábricas de lanifícios da Covilhã, Tortozendo e Aldeia do Carvalho suspenderam o trabalho²³⁴.

No dia seguinte, a 6 de Novembro, pela manhã, diversas patrulhas policiais encontravam-se nos portões das fábricas da cidade para permitir o normal funcionamento das mesmas. Mas os operários não compareceram às oito horas, como habitualmente, para dar início a mais um dia de trabalho. A ordem tinha sido interrompida e os operários tinham decididamente levado a greve avante: estes não se haviam deslocado até aos seus locais de trabalho mas seguido até ao largo central da cidade – local simbólico pela sua centralidade e por lá albergar a sede da administração do Concelho e o comando e esquadra da PSP, onde os guardas mantinham os operários presos no dia anterior.

A “grande multidão de ambos os sexos” que se dirigira em grande “algazarra e atitude hostil”²³⁵ até ao Largo do Pelourinho, era encabeçada por mulheres e crianças,

distrito de Castelo Branco, residente no Bairro do Castelo, freguesia de Santa Maria Maior, concelho da Covilhã; diagnóstico, úlcera.”, in Hospital de São José, NT 8890, registo de entrada nº 153; na greve de 1946, na Covilhã, também se deram outros casos de úlcera diagnosticada aos detidos: “Estive lá cerca de 8 meses [Caxias], o trato era péssimo, foi lá que criei uma úlcera no estômago, tive que se operado.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 84.

²³² Ver: Auto de Perguntas de Felisberto Fernandes Berto, “O Boga”, em 18 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²³³ Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941, in ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²³⁴ Auto de Perguntas de Amélia Pereira, “a Priora”, em 12 de Novembro de 1941, in ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²³⁵ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, tenente António Ramos Paulo, 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

surpreendendo a PSP e a GNR, que tinha um diminuto contingente disponível para fazer face aos milhares de operários que até lá se deslocaram²³⁶. O protagonismo das mulheres e crianças nesta greve assume um carácter que não pode ser desprezado: por um lado, o papel da mulher na gestão da economia familiar é central e, por outro, também elas estavam substancialmente envolvidas no trabalho fabril ou no trabalho doméstico feito para fábricas, sendo os seus salários francamente inferiores aos dos homens²³⁷. A seguinte passagem de *A Lã e a Neve* ilustra bem a importância da mulher no lar covilhanense:

“Ao contrário dos filhos, à Júlia e a outras mães esses sombrios dias inverniais pareciam curtíssimos. Elas constituíam como que o centro de cada lar, o eixo de cada família e o tempo corria-lhes mais rápido do que a chuva sobre os telhados. Elas tinham de forçar a imaginação para obter alimentos baratos, de forma a que todos comessem dentro da exiguidade dos salários – e, no Inverno, isso era-lhes mais difícil. Elas tinham de vestir os filhos, cortando, adaptando, remendando velhas roupas: e à faina doméstica, todos os dias iguais, juntavam, muitas vezes, trabalhos para as fábricas.”²³⁸

De facto, ao que parece, muitas operárias terão feito greve em Novembro de 41. Nas actas da secção feminina do SN, a direcção reprovava as “atitudes de afrontos e desordens a que grande parte se lançou e muito mais o sentimos quanto é certo que dele tomou parte grande número das nossas associadas”²³⁹. Quanto aos menores, entravam para as fábricas, habitualmente, a partir dos dez ou doze anos de idade, de forma a contribuir para a reduzida economia familiar²⁴⁰.

²³⁶ “Apenas com 3 soldados (...) que me acompanhavam, e com o Chefe e 5 guardas da polícia, que ali compareceram, foi estabelecido um cordão, para não deixar avançar mais a multidão, a qual aconselhei e intimei a não avançar mais e a debandar, pois que com aquela atitude nada poderiam conseguir que a beneficiasse, podendo até ser bastante prejudicada”, in Cópia do Relatório do Comandante da GNR, tenente Ramos Paulo, 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²³⁷ Em 1943, dos 5029 operários na indústria de lanifícios da Covilhã, 1273 eram mulheres. Não sabemos, contudo, se este número inclui o trabalho feito em casa para as fábricas. Sobre o número de operários da indústria de lanifícios, ver: Portugal, Instituto Nacional de Estatística, *Estatística Industrial, 1943*, Sociedade Astória, Limitada, 1945, pp. 294-295.

²³⁸ Castro, Ferreira, *A Lã e a Neve*, pp. 120-121.

²³⁹ Acta da Secção Feminina do SNPILC, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

²⁴⁰ São os pais os primeiros a não prescindir do trabalho dos menores nas fábricas, para ajudar na economia caseira. Em 1923, as crianças entravam para as fábricas a partir dos 9 anos de idade, ver: Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, p. 301; Segundo os censos de 1940, para o Distrito de Castelo Branco, a idade activa situava-se a partir dos 10 anos de idade, ver: Portugal, Instituto Nacional de Estatísticas, *VIII Recenseamento Geral da População, no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Volume VI, Distrito de Castelo Branco, Sociedade Astória, Limitada, 1944.

Eram cerca de “4 ou 5 mil amotinados que pretendiam assaltar a esquadra de Polícia e dar fuga aos operários que lá estavam presos²⁴¹”, segundo o tenente António Ramos Paulo, que redigiu o relatório da GNR sobre o movimento grevista. Os guardas da P.S.P. e os soldados do Batalhão nº. 2 da GNR, sediado na Covilhã, tentaram estancar o avanço da multidão, fazendo um cordão à frente do Comando da P.S.P.. Depois de ver as agressões às mulheres que continuavam à frente dos homens nos avanços até à esquadra, António Mendes Alçada, “um operário dos mais exaltados”, lançou as mãos à espingarda de um dos guardas²⁴². Após ter sido atingido com a coronha da espingarda, foi enviado para os calabouços da Polícia e de lá seguiria, juntamente com os seus colegas e sob a tutela da PVDE, para a prisão de Caxias. Ao verem que mais um dos seus tinha sido detido, os operários, as operárias e as suas famílias exaltaram-se, “redobrou a vozeria” e, como o Largo do Pelourinho se encontrava em obras, lançaram mãos às pedras da calçada e arremessaram-nas contra as forças policiais. O Chefe da Polícia é atingido e foram também disparados tiros de lado a lado, o que levou a que alguns guardas e operários ficassem feridos²⁴³. Um dos operários chegaria mesmo a perder a perna nos confrontos²⁴⁴. Uma descrição destes acontecimentos é dada em *A Lã e a Neve*. Embora longa, merece a pena ser aqui referida:

²⁴¹ Cópia do Relatório do Comandante da GNR, tenente António Ramos Paulo, de 8 de Novembro de 1941. in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁴² “porquanto na ocasião em que a ordem publica ali estava alterada, este ter-se-á agarrado à arma do declarante, com a intenção de o desarmar, vindo agarrada a ela até à esquadra, para onde o declarante o obrigou a ir, só aqui a largando”, in declaração do guarda da PSP, Joaquim Martins, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, “O Boga” e outros. Ver ainda Auto de Perguntas de António Mendes Alçada, a 27 de Novembro de 1941 in ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²⁴³ Das forças policiais foram feridos o Chefe da PSP que “ficou contuso”, um guarda da PSP atingido com um tiro “junto ao olho direito” e um soldado da GNR, atingido no lábio. Ficaram ainda “feridos 5 civis, que foram internados no Hospital da Covilhã”, in Cópia do Relatório do Comandante da GNR, tenente António Ramos Paulo, a 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁴⁴ A causa da amputação da perna deste operário não é totalmente clara. O relatório da GNR explica o sucedido com a explosão de um petardo mandado pelos operários às forças policiais, mas que explodiu, inadvertidamente, junto da vítima. Contudo, os operários falam de um tiro de espingarda que atingiu o operário na perna, fazendo que os danos fossem muito graves, ao ponto de ter de ser amputada. Na memória local da Covilhã, a história que prevalece é a última. Como demonstrativo da dúvida que se instalara sobre a proveniência das lesões do operário, é enviado um pedido de esclarecimento ao Hospital da Covilhã, para dar entrada no processo colectivo, realizado pela PVDE, sobre a greve operária de 1941. Não tivemos, contudo, acesso ao respectivo relatório médico. Sobre o pedido de esclarecimento ao Hospital, ver: Carta do Inspector da PVDE ao Provedor do Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã in ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...); o jornal *Avante!*, faz igualmente referência a esta situação: “Foi a altura da intervenção das forças armadas. Polícia, Guarda e Forças do Exército abriram fogo. Os trabalhadores ainda tentaram resistir, defendendo-se com pedras. Mas as metralhadoras crepitaram. Um operário caiu com uma perna esfacelada que posteriormente foi amputada.”, in “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º4, Novembro de 1941.

“Mal os presos haviam sido aferrolhados na cadeia, instalada, como a esquadra da polícia, no rés-do-chão do velho edifício filipino que a Câmara Municipal ocupava, já a multidão surgia ali em frente, no Pelourinho, enchendo de gritos toda a praça. E cada vez engrossava mais, mulheres atrás de mulheres, sempre mais mulheres. - Queremos os presos! E queremos pão para os nossos filhos! (...) As mulheres berravam sempre mais alto e incitavam, com palavras e gestos, os homens mais tímidos. (...) O Pelourinho andava em obras, para alargamento da sua área e as pedras do calcetamento amontoavam-se aos cantos da praça. Enfurecidas, mãos femininas agarravam-nas e arremessavam-nas sobre a polícia. (...) Batido por certa pedra, mesmo à porta da esquadra, um dos polícias apontara, em desforço, a sua carabina – e um rapaz caíra com uma perna trespassada pela bala. Ao seu grito sucedeu em uníssono um grito de ódio da multidão inteira.”²⁴⁵

Ao som dos tiros e com a chegada dos reforços policiais, “o largo foi limpo de insurrectos, começando então a dispersar das embocaduras das ruas aqueles que para ali tinham ido.” Os soldados “que mais se distinguiram no conflito” foram posteriormente recompensados.

Depois desta agitação inicial, foram pedidos mais reforços para a cidade: contactados os postos do Fundão e de Belmonte, localidades próximas da Covilhã, juntar-se-iam a estes os guardas de Castelo Branco e da Guarda, perfazendo ao todo um conjunto de 91 elementos da GNR, sem contar com as forças policiais da PSP, que também foram reforçadas com elementos exteriores à cidade, que dividiram a cidade em duas zonas e procederam ao patrulhamento das fábricas e edifícios públicos.

Com a cidade sob forte policiamento, a agitação operária foi controlada e a ordem nas ruas restabelecida. No entanto, embora mais resguardados e em suas casas, o operariado não voltaria imediatamente às fábricas²⁴⁶. Nessa noite, os operários reuniram-se no Teatro Covilhanense, onde mais uma vez se proclamou que a greve se ia manter enquanto as suas reivindicações não fossem atendidas. Alberto Borges, o operário de estambres que já havia incitado à greve aquando da primeira reunião dos operários com a direcção do SN na véspera do início da paralisação do trabalho, considerado um “elemento pernicioso” pela PVDE, estava presente e destacou-se dos

²⁴⁵ Castro, Ferreira, *A Lã e a Neve*, p. 127.

²⁴⁶ “Eles olhavam para os portões cerrados e, ante a quietação e abandono dos edificios, sentiam uma confusa volúpia em passar ali, em passar ali lentamente, como se tudo aquilo pela primeira vez, dependesse deles, como se tudo aquilo, sem eles, tivesse de estar assim parado, assim morto, como naquele dia.”, in Castro, Ferreira, *A Lã e a Neve*, p. 225.

restantes colegas pelas mesmas razões²⁴⁷. Curiosamente, embora tenha sido chamado a depor junto dos agentes da PVDE, não chegou a ser detido. A reunião foi interrompida pelos agentes da PSP, que fizeram evacuar a sala e dispersar a multidão que lá se encontrava.

As autoridades administrativas e policiais, vendo que os seus esforços para acabar com a greve não surtiam efeito, mandaram chamar um “grupo de operários, dos mais preponderantes, que resolveram redigir um manifesto aos trabalhadores das Fabricas”²⁴⁸. Este manifesto foi escrito por diversos elementos que se sabiam ligados ao anarco-sindicalismo e que, segundo os agentes da PVDE, embora “aparentem estar fora de qualquer actividade revolucionaria, alcançaram essa preponderancia em virtude de quasi todos êles terem tido actividade politica”²⁴⁹. Alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estado em tempos presentes nas direcções da extinta AC. Outros haviam contribuído activamente para o jornal desta associação, *O Trabalho*, até 1933, altura em que foi extinto, como consequência da implementação da nova ordem corporativa. O manifesto terá tido o apoio de grande parte da população e, especialmente, do director do *Notícias da Covilhã*, Mário Quintela, supostamente o principal impulsionador da ideia deste conjunto de trabalhadores²⁵⁰.

O mais proeminente daqueles que assinam o manifesto, José Caetano, e “bem conhecido”²⁵¹ da PVDE, tinha sido dirigente da AC de esquerda e director desse mesmo jornal. Militante anarco-sindicalista havia ainda fundado, poucos meses antes, um Grupo de Educação e Recreio, na zona norte da cidade, que desenvolvia acções de solidariedade no meio operário: para além de várias actividades lúdicas, o grupo promovia a educação para os filhos do operariado. Encontramos ainda outra colectividade do género, na parte sul da cidade, o Grupo de Instrução e Recreio do

²⁴⁷ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁴⁸ “Um grupo de operários da indústria de lanifícios, chamados à presença das autoridades competentes e ponderadas as razões apresentadas por Sua Ex^a., resolveu retomar o trabalho, assim como aconselhar todos os trabalhadores a seguir-lhe o exemplo, pois o seu intuito é prestar-lhe a sua exportânea colaboração. Foi também confiados na certeza absoluta que temos de que as autoridades competentes nos ajudarão da melhor bôa-vontade, prestando toda a atenção e carinho às reclamações que já vêm sido tratadas pelo Sindicato e estudadas pelos Organismos de Estado a que êstes assuntos estão confiados. Um gesto esperamos: que todos retomem o trabalho amanhã, as 8 horas, demonstrando assim vontade em ajudar a solucionar uma situação que todos deploram”, in Manifesto de um grupo de operários, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁴⁹ “Pelos restantes assinam: José Caetano; Joaquim Duarte; José Maria Alves; António Maranhas; João Lopes Bolas; José Geraldês; Filipe Nave; Júlio Plácido; João Rodrigues Taborda e Manuel Cristovão”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

²⁵⁰ É Bernardo Gíria quem o diz, ver: “Os meus crimes”, in NC de 30 de Novembro de 1941.

²⁵¹ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

Rodrigo. Estes dois grupos desenvolviam as suas actividades em pontos geográficos distintos da cidade, cobrindo assim uma zona significativa do meio operário. José Caetano, na sequência da paralisação do trabalho em Novembro, viria ainda a proferir diversas conferências nos Sindicatos e Casas do Povo, da Covilhã, Tortozendo e Aldeia do Carvalho²⁵².

O manifesto de 7 de Novembro incitava os operários a regressar às suas oficinas no dia seguinte, pelas oito horas da manhã, com a promessa de que essa comissão tudo faria para resolver o problema dos trabalhadores, intercedendo junto de quem tinha o poder de decisão²⁵³. Segundo a PVDE, foi esta medida que fez que os operários regressassem às fábricas a 10 de Novembro, e cessassem a greve deixando, no entanto, a promessa de voltarem a recorrer à paralisação do trabalho, no prazo de quinze dias, caso as suas reivindicações não fossem atendidas²⁵⁴. Posto isto, os trabalhadores avisavam que seria bom “de futuro que tanto os da direcção como todos aqueles que ocupam cargos de responsabilidade estudem a forma de criar a paz nas ruas e nos lares e nos espíritos”²⁵⁵.

Este manifesto demonstra, contudo, a marginalização da corrente anarco-sindicalista, sendo que a atitude ambígua assumida por este conjunto de indivíduos corresponde mais a uma tentativa de contenção (e talvez de apropriação) do que propriamente da organização e condução do movimento grevista.

Recorremos mais uma vez a uma passagem de *A Lã e Neve* que simboliza o momento em que os trabalhadores regressaram aos seus postos de trabalho:

“Foi numa segunda-feira. Os homens começaram a descer da Covilhã, uns ao lado dos outros, uns atrás dos outros, em negras filas. Ninguém dizia nada. A manhã estava áspera e eles marchavam de cabeça baixa, contra o vento cortante. Pela estrada da

²⁵² Um dos panfletos a anunciar essas reuniões «de esclarecimento» foi anexado ao Processo da PVDE sobre estas greves: “Uma Comissão de Operários que tem o maior empenho em que todos os seus camaradas sejam esclarecidos convenientemente sobre a situação e esforços dispendidos na solução do instante problema das suas reivindicações, avisa por êste meio todos os interessados a comparecerem amanhã DOMINGO, pelas 10 horas (da manhã), na Séde do Sindicato Nacional. Covilhã, 8 de Novembro de 1941. Pela Comissão, José Caetano”, in ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...). A tipografia encarregada de imprimir os panfletos foi a do jornal *Notícias da Covilhã*, o que pode vir a confirmar o papel de «impulsionador» desta acção de José Caetano, o director desse jornal, Mário Quintela.

²⁵³ Manifesto de um grupo de operários, de 7 de Novembro in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁵⁴ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁵⁵ Exposição de Alberto Borges à PVDE, de 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

Aldeia do Carvalho chegavam outros operários – homens e mulheres, elas embrulhadas em esfarrapados xales, eles de golas levantadas. Também vinham em silêncio e, à medida que se aproximavam, iam caminhando mais lentamente, esmoendo a sua humilhação de vencidos. Todas as fábricas estavam abertas, como nos dias normais, antes da greve. A única diferença é que nos portões e sobre a própria estrada se viam numerosas forças da guarda republicana, umas a cavalo e outras a pé.”²⁵⁶

O facto de as autoridades terem recorrido, em desespero de causa, devido à incapacidade de resolverem o problema da agitação social, aos membros da extinta AC – que tinha ligações aos anarco-sindicalistas, dos mais proeminentes e ligados à actividade política –, será criticado aquando da redacção do relatório da PVDE²⁵⁷. Quando se trata de problemas relativos ao operariado, os mediadores por excelência no Estado Novo deveriam passar pelo SN ou pelo INTP. Ora, isso não sucede, uma vez que estas instituições se colocam à margem, voluntária ou involuntariamente, dos acontecimentos²⁵⁸. É natural, assim, o que se encontra no parecer do relatório da PVDE, segundo o qual “teria sido mais natural que tivesse tratado do caso uma entidade oficial”²⁵⁹.

De facto, a preferência recaiu sobre os membros de uma AC de esquerda, extinta, ligada à oposição e não aos membros da direcção do então SN. O conjunto dos trabalhadores estava desiludido com a direcção do Sindicato, acusando Bernardo Gíria, um dos dirigentes, de não salvaguardar os seus interesses. Deste modo, esta greve, desprovida da mediação do SN, constituiu um conflito aberto entre os operários e o Governo, num dos primeiros sinais dados pela classe trabalhadora dos defeitos e insuficiências do sistema corporativo.

²⁵⁶ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 235.

²⁵⁷ “E como todas as ocasiões são boas para interferência e processos mais ou menos velados, constata-se o facto de ter sido o ex-operário José Caetano, presidente da última Direcção da Associação de Classes dos Operários da Indústria de Lanifícios, militante anarquista e com cadastro nesta Polícia, que extra-oficialmente serve de mediano no regresso dos operários ao trabalho”, in Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941, (...).

²⁵⁸ Encontrando-se o Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa em muito mau estado de conservação e organização, o único documento relativo ao SN do Pessoal da Indústria de Lanifícios sobre as greves a que tivemos acesso foi uma acta de 10 de Novembro da secção feminina, que de seguida se transcreve: “Com a Presidente, toda a Direcção lamenta o triste acontecimento da greve geral de todo o operariado da Covilhã e Tortozendo da Indústria de Lanifícios, levado a efeito no dia 7 e ainda em parte no dia 8. Embora a vida esteja caríssima e o operário a custo se pode manter (a não ser que os preços recuassem aos do ano passado) louvamos pedir auxílio, mas reprovamos as atitudes de afrontos e desordens a que grande parte se lançou e muito mais o sentimos quanto é certo que dele tomou parte grande número das nossas associadas. E agora tudo normalizado, esperemos que em breve acuda a precisa e rápida solução.”, in Acta da Secção Feminina do SNPILC, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

²⁵⁹ Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941, (...).

Os industriais, por seu lado, sentindo-se lesados devido à baixa produtividade – pois a paralisação das fábricas originara uma “grande perturbação no movimento industrial”²⁶⁰ –, vão solicitar ao INTP, nas semanas seguintes, que autorize trabalho suplementar, realizado ao domingo e pago apenas a 50%, a centenas dos seus operários²⁶¹.

6. A greve de Dezembro de 1941

Os operários dos lanifícios voltariam, no entanto, a recorrer à greve poucas semanas após os incidentes de Novembro, depois de verificarem que a reivindicação de aumento salarial não havia surtido efeito. A 5 de Dezembro de 1941, exactamente um mês depois do início da primeira greve, os “operarios ao receberem a sua feria”²⁶² avisaram os patrões de que estava passado um mês das promessas que lhes haviam sido feitas, e como até à data nada obtivessem, resolveram fazer novamente greve”²⁶³.

Nesta segunda greve de 1941 não existe, porém, notícia de «amarelos», “tendo os operarios de todas as outras Fabricas aderido à greve”²⁶⁴. A 8 de Dezembro, uma segunda-feira, os operários juntar-se-iam mais uma vez no Largo do Pelourinho, mas desta vez “em atitude passiva”. Nesse mesmo dia, o Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, enviava um comunicado aos grevistas da Covilhã, o qual se encontrava espalhado pelas ruas da cidade. Neste comunicado, o Governador Civil começava por alertar que a greve era entendida como “um facto perturbador da ordem, da tranquilidade pública e da vida económica e como tal é reprimida”²⁶⁵, ordenando aos operários que regressassem ao trabalho no dia seguinte. Caso tal não acontecesse, o Governador Civil não se eximiria de ordenar a detenção dos “criminosos” e a fazer

²⁶⁰ Cópia da carta expedida pela ETL, de 16 de Novembro de 1941. CDAH/ML-UBI, Copiador da corresp. expedida da ETL.

²⁶¹ Ver, por exemplo: folhas de serviço da ETL, de 22 e 29 de Novembro de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e o INTP.

²⁶² A “feria” correspondia ao salário semanal, a forma comum de pagamento ao operariado industrial. Os operários das indústrias eram designados como assalariados. Para uma caracterização do termo assalariado, presente no Censos de 1940: “assalariado: entendendo-se como tal o recenseamento por conta de uma entidade pública ou particular, recebendo a sua remuneração à semana ou ao dia.”, in Instituto Nacional de Estatísticas, *VIII Recenseamento Geral da População. No Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, Volume VI, Distrito de Castelo Branco, Sociedade Astória, Limitada, 1944, pp. 8-9.

²⁶³ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁶⁴ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁶⁵ Comunicado do Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, em 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...)

aplicar a lei que, para estes casos, determinava uma pena “de destêrro de 4 a 10 anos, com prisão no lugar de destêrro de 2 a 4 anos”²⁶⁶.

Na noite de 8 de Dezembro, realizou-se uma reunião no cinema da cidade, presidida por António Maria Pinto, o Governador Civil, por Ubach Chaves, o Representante do Estado na Indústria de Lanifícios e por Antão dos Santos Cunha, delegado do INTP na Covilhã. Nesta reunião, Ubach Chaves aconselhou os operários a cumprirem o que havia sido ordenado pelo Governador Civil, “afirmando que, tanto os que ficassem em casa como aqueles que viessem para a Rua, sofreriam as mesmas sanções”²⁶⁷. A reunião contou com pouca afluência do meio operário, para desânimo dos seus organizadores. Nessa noite, houve um “certo apaziguamento, desaparecendo pouco a pouco a multidão que desde manhã se encontrava no Largo”²⁶⁸. Uma reunião semelhante, com os mesmos indivíduos, havia sido realizada aquando da greve de Novembro, encontro que tentou ser noticiado na imprensa legal, mas que não passou pelo filtro da censura²⁶⁹. Nesta greve não se recorreu aos operários mais destacados para mediar o conflito entre os operários e o Estado, provavelmente devido às duras críticas a que as autoridades covilhanenses foram sujeitas após terem seguido esse caminho, um mês antes.

No dia 9 de Dezembro, após a afixação do comunicado do Governador Civil e da reunião que teve lugar no dia anterior, no cinema, a maioria dos operários voltaria ao trabalho. Os mais destemidos, no entanto, mantiveram-se em greve. Ao darem conta do incumprimento da ordem de regresso às fábricas por parte de alguns operários, as autoridades do concelho vão intimar os proprietários das fábricas a entregar a lista daqueles que haviam faltado, sendo realizadas, nessa altura, várias prisões²⁷⁰. Serão mais de 50 os operários e operárias presos nesta segunda greve da Covilhã²⁷¹. Alguns seriam trabalhadores que ganhavam acima da média, o que espanta e coloca a polícia política sob alerta, pois as condições económicas não seriam as únicas razões para se

²⁶⁶ Comunicado do Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, em 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁶⁷ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁶⁸ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁶⁹ Ver subcapítulo, na presente dissertação, referente à censura na imprensa legal, pp. 88-93.

²⁷⁰ Lista de operários que não compareceram ao trabalho na ETL enviada para a PSP, a 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a PSP.

²⁷¹ Ver processo da PVDE relativo à greve de Dezembro. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

terem mantido em greve²⁷². Estava “inteiramente vedado” aos industriais de lanifícios, por ordem superior do Governador Civil, “readmitir ao seu serviço qualquer dos operários ou operárias que não compareceram ao trabalho”, a partir de dia 9 de Dezembro²⁷³. Se tinha havido alguma complacência com as mulheres operárias aquando da primeira greve de Novembro, em Dezembro as autoridades enviavam um sinal claro de que de tudo fariam para pôr fim à agitação operária naquela cidade e noutras que lhes queriam seguir as pisadas.

Apesar das sucessivas detenções realizadas nesses agitados meses de inverno na Covilhã, o operariado fez constar que partiria para uma terceira greve caso as suas reivindicações não fossem atendidas, “mas desta vez mais violentamente e secundados pelos seus camaradas da Guarda, Tortozendo e Concelhos limítrofes”²⁷⁴.

Coincidência ou não, ainda não havia terminado a greve de Dezembro, e o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, enviará ao Ministro do Interior a redacção de um projecto de decreto²⁷⁵ que, dois anos mais tarde, em 1943²⁷⁶, será uma das armas do Estado Novo na luta contra o movimento operário durante este período: a mobilização industrial. O projecto tinha sido elaborado por Trigo de Negreiros, depois das sugestões feitas por Rafael Duque, o Ministro da Economia e de conversas tidas com o Ministro do Interior²⁷⁷. Desejava-se complementar o decreto-lei de 1934, no qual constava a proibição da coligação operária e/ou patronal, de modo a punir-se a greve e o *lock out* mas que, agora, no clima de

²⁷² “embora com menos responsabilidade, podemos apontar: Francisco Cunha, José Rodrigues Bernardo e José da Cruz Serra, todos operários da Fabrica, Quintino Maria da Costa, que sendo considerada a que melhor paga, não se apresentaram ao serviço no dia seguinte ao do comunicado do Governador Civil.”, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

²⁷³ Circular do GILC, de 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e o GILC.

²⁷⁴ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521; ver também: Auto de Declarações de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, (...).

²⁷⁵ Ver projecto de decreto e cartão de Trigo de Negreiros, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941(...).

²⁷⁶ Ver subcapítulo da presente dissertação: Entre o Inverno de 1941 e o Final da Segunda Guerra Mundial, pp. 86-94.

²⁷⁷ “De harmonia com a nossa conversa, escrevi a V. Ex^a. o projecto de decreto relativo à mobilização das empresas e operários que abandonarem voluntariamente o trabalho. Trata-se de dar forma, ainda que em 1^a redacção, por sugestão feita pelo Sr. Ministro da Economia, e, por isso, em caso de se entender que a solução pode ser adoptada, o projecto será revisto para se introduzirem as alterações que se reportarem necessárias. Não podemos, [...], deixar perturbar ou destruir a economia, admitir processos há muito condenados ou enfraquecer a disciplina e a autoridade. As coisas apresentam-se com melhor aspecto.”, in Cartão de Trigo de Negreiros para o MI, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE (...).

agitação social a que se vinha a assistir, parecia ser insuficiente²⁷⁸. Neste projecto de decreto, os indivíduos que suspendessem o seu trabalho, por deliberação patronal ou coligação de empregados ou operários, para além de ficarem sujeitos à mobilização industrial, seriam convenientemente condenados como grevistas e poderiam vir ainda a ser julgados como desertores incorrendo numa pena de 4 a 10 anos de desterro, ou de prisão, entre 2 a 4 anos. Ao Estado incumbia o superior papel de “defesa da produção, abastecimento do país, (...) e regularidade da vida económica e social”²⁷⁹ e, como tal, ficava autorizado, através do Ministério da Economia, a implementar o sistema de mobilização industrial para as empresas afectadas.

É importante ressaltar que são os próprios agentes da polícia política, enviados àquela cidade ainda a segunda greve não havia terminado, que reconhecem a precariedade das famílias do operariado industrial. Foram ainda investigadas as ligações com o “pessoal mineiro”, mas a PVDE não se chega a aprofundar o assunto. Os agentes da PVDE alertam ainda para o facto de a Covilhã ter no seu meio indivíduos com “ideias avançadas”, aos quais seria necessário dar redobrada atenção. Outro dos problemas era o facto de a Aldeia do Carvalho, situada a 4 quilómetros da Covilhã, e que albergava cerca de 800 operários, não ter qualquer policiamento e de ser daí que provieram muitos dos operários que participaram nas greves de Novembro e Dezembro de 1941²⁸⁰. Acrescenta o relatório da PVDE que não era igualmente “raro aparecerem pintadas pelas paredes distintivos comunistas, tendo já estado alguns habitantes presos nesta polícia, implicados em manejos desta natureza”²⁸¹. Vimos anteriormente que, exactamente um ano antes, um grupo de jovens operários tinha sido detido, por ter desenhado os mesmos distintivos em diversos locais públicos e de propriedade privada na Vila do Tortozendo. Por fim, a polícia política conclui o relatório, assinalando:

“que a cidade da Covilhã, é um meio, talvez devido a influências do passado, os operários «querem conquistar» e não que lhes «ofereçam», parecendo-nos que só com uma repressão energética, como a que se está fazendo, mas contínua, será possível normalizar a situação naquela cidade, embora

²⁷⁸ “as disposições do decreto-lei nº 23.870, de 18 de Maio de 1934, devem ser complementadas com outras que permitam ao Governo mobilizar de forma efectiva as forças produtivas em que se tenha verificado suspensão ou quebra irregular de actividade”, in Projecto de decreto de Trigo de Negreiros, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Fevereiro de 1941 (...).

²⁷⁹ Ver projecto de decreto e cartão de Trigo de Negreiros, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁸⁰ A Aldeia do Carvalho é um dos locais que se destaca no romance de Ferreira de Castro, *A Lã e a Neve*.

²⁸¹ Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

convencidos que parte dos operários têm direito a que se olhe pela sua situação”²⁸².

Sem chegarem a ir julgamento no TME, os operários detidos nas duas greves foram soltos na véspera de Natal, por ordem do Ministro do Interior, à excepção de dois: Gilberto Duarte, que “se havia esquecido da sua qualidade de soldado, para se lembrar unicamente de que também é operário”²⁸³ e Felisberto Fernandes Berto, que havia morrido quatro dias antes, no Hospital do Desterro. Porém, é de assinalar que os elementos que, durante as investigações, se ficou a saber que estavam conotados com o PCP e o anarco-sindicalismo, não foram presos. A PVDE andava, contudo, atenta a esses “orientadores extremistas”²⁸⁴.

Durante este período, a comissão de operários que havia redigido o manifesto aos trabalhadores, em Novembro, dirige um grupo de solidariedade para apoiar as vítimas da greve: aqueles que tinham ficado feridos nos confrontos com as forças policiais no Largo do Pelourinho e as famílias dos operários e operárias presas²⁸⁵.

Por despacho ministerial, de 17 de Março de 1942, os operários de lanifícios viram os seus salários serem aumentados em 20%. Esta medida abrangia ainda todos os operários ligados de alguma forma ao trabalho nas fábricas de lanifícios, como o sector da construção civil, serralheiros e “outro pessoal subsidiário que, regular e permanentemente, trabalha nas fábricas”²⁸⁶. O despacho de alteração dos salários mínimos vinha com a seguinte nota do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social: “Espera-se que todos – empresas e trabalhadores – compreendam os altos objectivos que levaram o Governo à publicação deste despacho e colaborem com êle no seu exacto cumprimento. Na hora conturbada que o mundo atravessa, o espírito de disciplina representa a melhor salvaguarda da paz social e a mais valiosa garantia do futuro da Nação”²⁸⁷.

²⁸² Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 (...).

²⁸³ AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

²⁸⁴ “Se, porém, se quizer aprofundar a questão, já há elementos que provam que entre a massa operária existem orientadores extremistas, como prova o facto de o papel, que estava nas mãos do operário Duarte, apresentar o emblema da foice e do martelo”, in Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941, (...).

²⁸⁵ Exposição de Alberto Borges à PVDE, em 15 de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941(...).

²⁸⁶ Circular do INTP, de Maio de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e o INTP.

²⁸⁷ Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social citado in Circular do GILC sobre os salários mínimos, de 18 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre ETL e GILC.

7. As tensões entre o patronato e o governo: “um nítido acto de indisciplina”

“O Governo entendia que, se cedesse, cair-se-ia num círculo vicioso, pois o aumento de salários provocaria, fatalmente, um aumento do custo de vida, prejudicial para todos. Assim, a única promessa que podiam fazer era não despedir quem houvesse tomado parte na greve – e isto se não se desse de novo incidente.”²⁸⁸

À margem da política económica do Governo, alguns sectores do patronato da indústria de lanifícios estariam dispostos a conceder um aumento salarial aos operários. Para além dos industriais, a nível individual, também as organizações patronais, a nível colectivo, estavam empenhadas nesse aumento: é o caso do Grémio da Covilhã e do Grémio do Sul, as associações de industriais mais importantes no que tocava ao sector têxtil de lanifícios a nível nacional²⁸⁹. Esta posição por parte dos Grémios da Covilhã e do Sul foi a consequência de um conturbado período nas relações entre dois eixos: por um lado, estes dois Grémios e a FNIL (que congregava os interesses dos diferentes Grémios regionais), e por outro, os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra²⁹⁰.

Após uma tentativa de cartelização em 1931, abarcando os industriais de lanifícios da Covilhã (congregados em torno da Associação Industrial e Comercial da Covilhã) estes irão organizar-se na Secção de Lanifícios da Associação Industrial Portuguesa (AIP) que, através da revista que publica será um dos órgãos fundamentais para a difusão da ideologia modernizante da indústria. Em 1936 é fundada a FNIL, que, constituído através do *lobby* industrial, vai promover a grande concentração industrial. Neste sentido, vai estabelecer uma linha divisória entre os pequenos industriais e os grandes. Uma vez que a presidência da direcção da FNIL era eleita era provável que a mesma coubesse àquele que fosse mais sensível aos grandes interesses na indústria de lanifícios, ao qual correspondia o Grémio da Covilhã e o Grémio do Sul. Logo após a sua criação, ficava patente que a FNIL não conseguia congrega os diferentes interesses na indústria de lanifícios do país: primeiro porque veio “separar os grandes dos pequenos” (a inscrição nos grémios obrigava a ter pelo menos três teares mecânicos) e, depois de aumentados os seus poderes na regulação da actividade laneira, estabelecendo

²⁸⁸ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, p. 230.

²⁸⁹ A informação presente neste capítulo foi, fundamentalmente, construída a partir da consulta de uma pasta sobre o processo da FNIL sobre o aumento de salários em 1941/1942. ANTT, Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7.

²⁹⁰ Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008, p. 298.

“os salários, as matérias-primas e a sua própria organização económica”²⁹¹, as tensões entre o Grémio da Covilhã e os outros viriam a aumentar. Este Grémio representava os industriais da Covilhã, que detinham uma produção de grande escala, onde “pontuavam já as modernas fiações de penteado”²⁹². Nos Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, por seu lado, persistia uma indústria pouco desenvolvida e a lã empregada nos trabalhos era de menor qualidade (lã para cardar)²⁹³. Estes dois grémios, juntamente com o Grémio do Norte, tinham pouco peso económico, representando cerca de 30% dos interesses industriais do país. Aos industriais da Covilhã e do Sul corresponderiam os outros 70%²⁹⁴.

A 7 de Julho de 1941, a Direcção da FNIL aprova o imposto patronal para a Caixa Sindical de Previdência, que corresponderia ao equivalente a 8% do salário pago aos operários, com aprovação do então Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros. Imposto esse que já havia sido previsto no CCT de 1939 mas que ainda não tinha entrado em vigor. A razão apontada para que o imposto, previsto em 39, ainda não estivesse a ser cobrado tinha que ver com a situação anormal que estaria a viver a indústria no início do conflito mundial²⁹⁵.

Nessa altura, ao imposto adicional devido ao patronato, os Grémios da Covilhã e do Sul interpuseram a sua discordância, sugerindo que, “em vez de se pôr em vigor a taxa de 8%, com destino à previdência, se devia antes proceder a uma revisão dos mínimos”²⁹⁶, propondo um aumento salarial ao operariado em 10%²⁹⁷.

²⁹¹ Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. I, p. 298.

²⁹² Pinheiro, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. I, p. 298; Apenas a melhor matéria-prima é seleccionada para penteação. Nesta secção da indústria de lanifícios, o “objectivo consiste em subtrair as fibras mais curtas e eliminar impurezas, de modo a apurar mechas compridas de aspecto sedoso com as quais é possível produzir fios de reduzida grossura”, in Madureira, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, p. 49.

²⁹³ Este mal-estar entre pequenos e grandes produtores, onde se distinguia a lã para penteação e a lã para cardação, será alvo mais tarde, em 1947, de um discurso na Assembleia Nacional: “A crise da cardação começou no dia em que foi construída a primeira penteadeira. E para a explicar basta ter em conta que um quilograma de lã sendo cardada produz 12:000 metros de fio áspero e sendo penteada produz o dobro de fio fino.”, in Diário das Sessões, IV Legislatura, Sessão nº 96 da Assembleia Nacional, 5 de Março de 1947, p. 101.

²⁹⁴ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7.

²⁹⁵ “Em virtude da situação anormal que está vivendo a indústria de lanifícios, esta Comissão representou junto de Sua Excelência o Sub-Secretário de Estados das Corporações no sentido de não ser cobrada por enquanto a percentagem de 8% estabelecida no artigo 3º. da Cláusula 86ª, havendo sido deferido o pedido”, in Circular da Comissão Permanente da Revisão do Contrato Colectivo para a ETL, CDAH/ML-UBI, Corresp. Trocada entre a ETL e a FNIL.

²⁹⁶ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM (...).

A troca do imposto patronal por um aumento salarial beneficiaria os industriais, de acordo com a argumentação dos respectivos Grémios da Covilhã e do Sul: trocavam os 8% de imposto patronal devido à Caixa Sindical de Previdência por um aumento de 10% nos mínimos dos operários mas, apesar de terem um encargo de 2% com a respectiva troca, esse valor era dirigido a um operariado em risco de ruptura com o patronato e o governo. Desta forma, a produtividade aumentaria, as sabotagens diminuiriam e os ânimos e tensões presentes no seio operário acalmar-se-iam²⁹⁸.

Recordamos que foi no mês de Julho que os operários dirigiram um manifesto ao SN no sentido de lhes ser aumentado o salário, devido à alta do custo de vida e ao encarecimento dos bens de primeira necessidade. No mesmo sentido, os industriais da Covilhã recebiam inúmeros pedidos de ajuda dos seus operários. A Empresa Transformadora de Lãs, na correspondência que mantém com a FNIL, refere o facto de os operários, repetidamente e em comissão, fazerem chegar pedidos de melhoria de salários por forma “a atenuarem um pouco o insuportável agravamento do custo de vida”²⁹⁹. A empresa, que estava “continuamente a abonar-lhes dinheiro para acudirem a necessidades urgentes, como renda da casa, etc.”³⁰⁰, reconhecia a justiça do pedido de aumento salarial do operariado, e solicitava ao Presidente da FNIL que estudasse o caso atempadamente.

O patronato não estava, no entanto, completamente de acordo relativamente à questão do aumento salarial. Os industriais representados pelo Grémio de Gouveia e de Castanheira de Pêra retorquiam que o aumento do salário mínimo deveria estar fora de

²⁹⁷ No CCT de 1939 já tinha sido acordado o pagamento patronal de 5% para a Caixa Sindical de Previdência e outros 5% devidos ao operariado. Segundo Fátima Patriarca “os operários trocam, em 1939, o aumento de salários pela sua comparticipação para a Caixa que ficaria a cargo dos patrões.” Mas, a Caixa não chega a ser criada nesta altura e o patronato vai economizar os 10% e não procede, contudo, a nenhum aumento de salário. Ver: Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo*, 1930-1947, Vol. II, p. 575. Sobre o despacho dos 8% cobrados à entidade patronal ver: Carta do delegado do Governo na FNIL, João Ubach Chaves às empresas de lanifícios, de 7 de Julho de 1941. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e a FNIL.

²⁹⁸ “Considerando que já em Julho de 1941 era intenção dos representantes e dirigentes da indústria efectuar uma revisão de salários, por se considerarem definitivamente asseguradas as possibilidades de adaptação das emprêsas; considerando que só devido à oposição dos Grémios de Gouveia e Castanheira de Pêra, não foi aceite pela Direcção da FNIL a proposta dos dirigentes da Federação dos Sindicatos para que os industriais aumentassem os salários e ordenados em 10% o que afinal só representaria um encargo de 2%, visto já estarem obrigados ao pagamento para a Caixa de Previdência da percentagem de 8%, percentagem que deixaria de ser paga com o fim de beneficiar directamente o pessoal da indústria, muito embora retardasse a realização dos fins de previdência da Caixa.”, in Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

²⁹⁹ Carta da ETL para a FNIL, de 14 de Fevereiro de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e a FNIL.

³⁰⁰ Carta da ETL para a FNIL, de 14 de Fevereiro de 1942. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e a FNIL.

questão. A solução, para estes industriais, deveria passar por uma de duas alternativas: ou a diferenciação salarial (para os diferentes grémios) ou implementação do subsídio pontual às famílias mais necessitadas – uma medida mais conforme aos interesses da política económica do governo. Nem uma nem outra medida foram aceites pelos Grémios da Covilhã e do Sul. A diferenciação salarial traria, como consequência, a concorrência desleal, e a questão do subsídio estava igualmente fora de questão, uma vez que era necessário encontrar uma solução que fosse total e que englobasse o conjunto dos trabalhadores de lanifícios³⁰¹.

Posto isto, a Direcção da FNIL decidiu seguir em frente com o imposto de 8%, devido ao patronato, “num intuito conciliador”³⁰² entre os diferentes Grémios. Mais tarde, a FNIL assume, em comunicado ao INTP, que “foi um êrro essa transigência da Direcção da Federação, pois está averiguado, por declaração posterior da Direcção do Sindicato da Covilhã que, tendo-se feito, então, a revisão preconizada, a qual se traduzia num aumento de 10% sôbre os mínimos do Contrato, se teria evitado a eclosão do movimento operário da Covilhã, em Novembro seguinte”³⁰³.

Após o movimento grevista de Novembro, a Direcção da FNIL foi, com a autorização do INTP, incumbida de estudar a revisão do CCT, marcado para os dias 27 e 29 de Novembro, com a presença dos respectivos grémios regionais³⁰⁴. Nesta altura, todos os Grémios deram a sua autorização para que se estudasse o aumento salarial, satisfazendo “as reivindicações operárias, que uma greve havia posto em equação”³⁰⁵.

A 4 de Dezembro, a Direcção da FNIL, autorizada pelos Grémios que representava, e a FNSPIL propuseram-se a assinar a revisão do CCT, o qual estabelecia

³⁰¹ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, (...).

³⁰² Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM(...).

³⁰³ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, (...).

³⁰⁴ “Recordando os antecedentes das referidas alterações, tenho presente, que, ao declarar-se o primeiro movimento operário da Covilhã, fui por V. Ex^a. incumbido de estudar as possibilidades de melhoria dos salários na indústria”, in Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 15 de Janeiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³⁰⁵ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 24 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM (...).

o aumento dos salários dos operários de lanifícios em 20%³⁰⁶, a única solução “viável, de urgência, que se procurava”³⁰⁷. A manutenção do desconto patronal de 8% para a Caixa mantinha-se, por ordem expressa do Subsecretário, Trigo de Negreiros³⁰⁸. Mas, nesta data, as alterações ao CCT não receberam a homologação necessária por parte do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social³⁰⁹. Segundo a FNIL, tal oposição deveu-se aos entraves colocados, uma vez mais, pelos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e do Norte (Grémio que, entretanto, se havia juntado a estes últimos). Estes três Grémios, à última da hora e talvez devido ao aumento salarial ser superior àquele que julgavam que iria ser decretado, discordaram da subida salarial, “paladinos de uma diferenciação de salários”³¹⁰. O facto do desconto patronal de 8% para a Caixa não ter desaparecido com o aumento salarial, por ordem de Trigo de Negreiros que não abdicava do imposto, também deve ter causado grande apreensão aos respectivos Grémios. A justificação apresentada pelo INTP passava pela falta de autoridade que detinha a FNIL para alterar os CCT, e que estas decisões passavam apenas e tão só pelas direcções dos Grémios e pela FNSPIL³¹¹. O Estado vinha, deste modo, substituir-se à “livre contratação entre as partes – cujos instrumentos normais eram as convenções colectivas (...). Prática que, no contexto da guerra, iria sobretudo ser utilizada para impedir o patronato de, em certas ocasiões, conceder aumentos salariais”³¹².

Como ressaltado anteriormente, a direcção da FNIL tinha assumido o papel de regulador dos salários, das matérias-primas e da organização económica dos lanifícios. De facto, veio a estabelecer, desde 1936, os salários mínimos, o regime dos quadros permanentes do pessoal na secção de tecelagem e em 1939, o CCT. Em todas estas situações tinha sido a direcção da FNIL, com a autorização do INTP, o mediador

³⁰⁶ “Da aplicação da tabela de mínimos do anexo referido não poderá resultar que qualquer dos assalariados da industria tenha um aumento de salário inferior a vinte por cento”, in Alterações ao Contracto Colectivo de Trabalho acordadas em 4 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM (...)

³⁰⁷ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre ao Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³⁰⁸ “(...) com a condição da percentagem de 8%, votada em Julho, se destinar à previdência”, in Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 15 de Janeiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³⁰⁹ Ver cópia do despacho de Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, sobre a capacidade das Federações para assinarem contratos colectivos de trabalho, de 29 de Dezembro de 1941. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7.

³¹⁰ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. ANTT, SGPCM (...).

³¹¹ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. ANTT, SGPCM (...).

³¹² Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 360.

principal com a FNSPIL, nas questões que regulamentavam o trabalho. Esta decisão arbitrária do INTP constituiu-se, assim, como uma surpresa no meio patronal da Covilhã, onde estava sediada a FNIL.

Ao Governo interessava, sobretudo, adiar o mais possível a subida salarial dos operários. Era uma questão de não quebrar a máxima, estabelecida no início do conflito, de estabilização produtiva e económica. O peso dos Grémios de Gouveia, de Castanheira de Pêra e do Norte representava apenas 30% da indústria a nível nacional, e havia industriais muito mais influentes do lado oposto, principalmente no que tocava ao Grémio da Covilhã. Este atraso nas negociações da revisão do CCT, preconizado pela falta de autoridade corporativa apontada à FNIL, era assim favorável ao governo, que não desejava voltar atrás com os planos estabelecidos desde início. Não foi apenas na Covilhã que isto sucedeu: na mesma altura, começavam a despontar diversas reivindicações noutros sectores económicos e, mais uma vez, foi proibido ao patronato iniciar as respectivas *démarches* para os aumentos salariais³¹³.

Surge, desde modo, uma tensão latente entre a FNIL e os Grémios da Covilhã e do Sul, de um lado, e o Governo, do outro. A FNIL responde ao parecer do INTP e à não-homologação do Contrato preconizado por Trigo de Negreiros, que o considera um acto “menos lógico”, expressando assim “a mágoa perante a situação”³¹⁴ que o Subsecretário havia criado com esse despacho incompreensível: nunca havia sido colocada em causa, até àquele momento, a capacidade jurídica da FNIL. Se Trigo de Negreiros esperava “das iniciativas desencontradas dos Grémios uma solução equilibrada do problema” parecia, ao Presidente da FNIL, “um critério de perigosas consequências, por consagrar a confusão e a dispersão de esforços, além de representar um golpe profundo na disciplina corporativa que à Federação” cumpria manter e salvaguardar³¹⁵.

A FNIL vai, após estes acontecimentos, interpor um recurso ao despacho exarado por Trigo de Negreiros que proibia a elevação dos salários por parte desta Federação. É nomeado para a função de procurador desse recurso o Dr. José Ribeiro, professor de Coimbra, mas a FNIL é obrigada a desistir quando o delegado do Governo,

³¹³ Papel volante do PCP, Abril de 1942, in ASTSTBB.

³¹⁴ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³¹⁵ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, Trigo de Negreiros, de 15 de Janeiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

João Ubach Chaves, ameaça com o seu veto, caso prosseguissem com a intenção. Deste modo, em Janeiro de 1942 – depois de mais um movimento grevista na Covilhã, em Dezembro do ano anterior e, com a ameaça dos operários de recorrerem novamente à paralisação, caso as reivindicações não fossem atendidas –, o Presidente da Direcção da FNIL “apenas ia verificando, com maguada surpresa, que se deixava arrastar a situação, sem qualquer medida, ao menos de emergência”³¹⁶.

Entretanto, as tensões na Covilhã agudizavam-se. É deliberado, em Fevereiro de 1942 e a título individual, o aumento dos salários por um conjunto de industriais de três empresas da cidade, sem autorização do respectivo Grémio, da FNIL ou do INTP, isto é, à margem da organização corporativa. A ameaça latente de greve por parte do conjunto de operários da Covilhã, apoiado pelo operariado de diversas regiões industriais próximas, e a falta de produtividade que se verificava nas indústrias, eram algumas das razões para essa subida salarial. Também os Grémios de Gouveia e de Castanheira de Pêra, sentindo provavelmente a incapacidade de manter a posição inicial do não aumento de salários, começam a reunir-se para estudar a possibilidade de alteração ao CCT, embora em valores inferiores aos estudados em Dezembro pela FNIL e pela FNSPIL³¹⁷.

Os Grémios da Covilhã e do Sul, “em íntima colaboração” com a FNIL, “tinham decidido aguardar que o assunto fosse superiormente decidido. Confiaram em que o Estado, a quem o Estatuto do Trabalho Nacional confere o direito e impõe a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social, desse ao problema, urgentemente, uma solução justa e legal”³¹⁸. Como tal tardava em acontecer, sabendo da intenção dos Grémios de Castanheira de Pêra e Gouveia, as Direcções dos Grémios da Covilhã e do Sul decretam o aumento de salários, a 21 de Fevereiro de 1942, e sem o prévio aval do Subsecretário do INTP, colocando-o imediatamente em vigor: um

³¹⁶ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³¹⁷ “Entretanto, o mal estar no meio operário acentuava-se; três empresas da Covilhã, aumentavam os salários, isoladamente ao seu pessoal, sem conhecimento do seu Grémio; noutra empresa, os operários faziam sentir à entidade patronal a injustiça da sua situação, recusando-se a levantar as férias, e era voz corrente que, nos Grémios de Castanheira de Pêra e de Gouveia, se fomentava a assinatura do contratos gremiais, com salários inferiores aos acordados nas alterações de 4 de Dezembro. É que o I.N.T.P. havia dirigido aos cinco grémios, uma nota, a comunicar-lhes que, por determinação de Sua Excelência o Sub-Secretário do Estado das Corporações e Previdência Social, se deveriam pôr em contacto com os sindicatos respectivos, para a elaboração dos seus contratos colectivos de trabalho.”, in Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, (...).

³¹⁸ Cópia da circular dirigida pelos grémios da Covilhã e do Sul aos respectivos agremiados, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

aumento de 20% nos salários mínimos, “no intuito de salvarem o prestígio da organização e atalharem a repetição do movimento operário, que de novo se esboçava”³¹⁹. A justificação por parte destes Grémios tinha que ver com diversas questões:

- I. A reparação de uma injustiça salarial, sendo que o carácter de um subsídio pontual aos operários, como justificação de um estado transitório de inflação devido à guerra, não era suficiente para uma situação de base que se desejava transformar³²⁰;
- II. Ser um problema que se desejava solucionar há bastante tempo, e que só não o tinham feito logo em 1937, para que as indústrias se pudessem adaptar³²¹. Em Julho de 41, considerado que as indústrias tinham já tido tempo suficiente para proceder às alterações necessárias no intuito de aumentar significativamente o salário mínimo, era já a intenção dos respectivos Grémios aumentar os salários em 10%, e cancelar o imposto patronal de 8%,;
- III. Que, após o movimento grevista de Novembro e justificados os fundamentos do operariado, foi manifestado pelo INTP a intenção de se estudar o aumento salarial³²²;
- IV. O haver-se prometido ao conjunto de operários, liderado por José Caetano, uma resposta às reivindicações apresentadas em Novembro e que o segundo movimento grevista, de Dezembro, não era mais do que a consequência de sucessivos atrasos das instituições envolvidas na resolução do problema³²³;

³¹⁹ Carta do Presidente da FNIL, João Ferraz de Carvalho Megre para o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, de 4 de Março de 1942. ANTT, SGPCM, (...).

³²⁰ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²¹ “Considerando que a demora havida na resolução do problema dos salários tinha a sua justificação na necessidade de criar às Empresas possibilidades de adaptação às realizações de natureza social, que a FNIL iniciou em 1937.”, in Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²² Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²³ “Considerando que o segundo movimento grevista na Covilhã se colocou em ordem à demora na resolução do assunto e à promessa de aumento de salário garantida pelas pessoas cuja intervenção se tinha pedido no sentido de porem termo ao primeiro movimento grevista”, in Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

- V. A existência de um permanente estado de “alteração da ordem e consequente intranquilidade nos espíritos”³²⁴;
- VI. O facto de o rendimento do trabalho ter baixado significativamente, “origem de constantes prejuízos na quantidade e qualidade da produção”³²⁵;
- VII. O problema motivado por várias empresas que, individualmente, elevaram os salários e as perturbações que isso provocara nos trabalhadores não afectados pelas medidas. Como consequência desta situação, ter-se verificado mais uma paralisação do trabalho na Fábrica António Maria das Neves & Irmão, no dia imediatamente anterior a esta decisão dos Grémios, por não verem os seus salários aumentar;
- VIII. Pela razão de “velar pelo prestígio dos organismos que dirigem” e defender a “ordem corporativa que através de tudo, contra tudo e contra todos”³²⁶ os Grémios se esforçavam por manter;
- IX. Que, apesar de terem confirmado não adoptar nenhuma medida diferente da que viesse a vigorar nos outros Grémios, a circunstância exigia uma solução de urgência e que as respectivas Direcções, com autorização dos seus agremiados, tinham plena autoridade jurídica para alterar o CCT, apesar de assim o não considerar o Subsecretário do INTP.

Tomada a decisão de aumento salarial, os agremiados da Covilhã tinham só um pedido a fazer: que o procedimento fosse realizado sem que se desse mostras ao operariado que os 20% a mais nos seus salários correspondiam a uma cedência em consequência das greves do Inverno de 41. Para o patronato continuava a ser determinante demonstrar que, apesar de acharem justas as reivindicações dos seus trabalhadores, a greve continuava a ser proibida e duramente repreendida moral e juridicamente³²⁷.

³²⁴ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, nº. 5, NT 7. (...).

³²⁵ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²⁶ Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²⁷ “Considerando que os industriais agremiados consultados em assembleia geral foram favoráveis à revisão dos ordenados e salários mínimos e deram plenos poderes às suas Direcções para procederem da forma mais conveniente, por maneira que não se pudesse criar na massa trabalhadora a convicção de se

Apesar dos motivos apresentados e enviados a Trigo de Negreiros, os Grémios da Covilhã e do Sul são duramente repreendidos por “exceder a competência legal dos mesmos Grémios, visto os salários mínimos só poderem ser fixados por despacho ministerial ou por via corporativa e nunca por deliberação unilateral de um organismo corporativo”³²⁸. Desta forma, a circular que decretava um aumento salarial para os operários da indústria de lanifícios da Covilhã representava, segundo o INTP, “um nítido acto de indisciplina contra o Governo”³²⁹. Como vimos anteriormente, ao Estado cabia o papel de árbitro supremo como intérprete do verdadeiro interesse nacional e como tal, insurgia-se contra alguns patrões que “«por pusilanimidade» ou «cobardia» se apresentavam a ceder aos pedidos de aumento ou a contemporizar com os grevistas”³³⁰.

Este “acto de indisciplina” perante a organização corporativa mostrava, uma vez mais, os problemas do sistema, tal como tinha sido demonstrado em diversos momentos:

- I. Pelos operários que tinham paralisado o seu trabalho;
- II. Pelo Sindicato que, vendo-se sem forças para fazer que o operariado regressasse às fábricas, acode a uma comissão de operários (liderada por um conhecido anarco-sindicalista) para que esta mediasse o conflito entre o operariado e o Governo, sendo duramente repreendido pelo INTP e pela PVDE;
- III. Pelo patronato, em diversas instâncias: a título individual, fazendo subir os salários sem a autorização governamental; pelo Grémio da Covilhã que decreta o aumento salarial em 20% sem, ter igualmente a respectiva autorização do INTP; pela FNIL que, sabendo dessa intenção, não move esforços para a impedir e, provavelmente, até a impulsiona.

No entanto, apesar da discordância do Governo nas posições tomadas por parte do Grémio e da FNIL, o aumento global de 20% na indústria de lanifícios é decretado,

haver transigido perante o movimento operário”, in Cópia da Acta da Reunião Conjunta dos Grémios da Covilhã e Sul, de 21 de Fevereiro de 1942. ANTT, SGPCM (...).

³²⁸ Carta da FA para o INTP, de 3 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI. Corresp. trocada entre a FA e o INTP.

³²⁹ Carta da FA para o INTP, de 3 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI. Corresp. trocada entre a FA e o INTP.

³³⁰ António de Oliveira Salazar citado em, Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, pp. 360-361.

logo no mês seguinte, a 13 de Março de 1942, por despacho ministerial. Os industriais não ficam, contudo, a perder com este aumento salarial. Logo após o aumento de 20%, as indústrias da Covilhã vão “aumentar em 30%” os preços dos seus produtos, pelo “encargo considerável” do aumento dos salários dos operários e dos restantes encargos da indústria com combustíveis e acessórios³³¹.

Tentava-se reparar uma situação que havia chegado longe de mais e que se tornara irreversível. Os salários haviam sido aumentados e, caso o Governo tentasse reverter a situação, baixando novamente o seu valor até decisão conjunta dos Grémios regionais e da FNSPIL, a situação na Covilhã tornar-se-ia explosiva. Agora, não eram só os operários que ameaçavam a organização corporativa mas, igualmente, o patronato industrial da Covilhã e o seu poder no seio do Estado Corporativo: os equilíbrios, palavra tão cara ao Estado Novo, tinham de ser restabelecidos e a autoridade do Governo frisada, através do despacho ministerial.

8. A imprensa legal

“Aqueles que de entre nós viveram durante o período de 1910 a 1926, no momento auge do exercício legal da liberdade de expressão, e que testemunharam os ataques aos jornais, aos teatros, a prisão de jornalistas, podem afirmar que, com uma censura oficial, a Imprensa tem efectivamente beneficiado de uma muito maior liberdade em relação a pressões e a uma maior segurança no seu trabalho, e tem sido capaz de informar e interpretar a opinião pública, talvez com menos sensacionalismo, mas com uma maior verdade e um sentido mais perfeito da sua alta missão.”³³²

Percorrendo os jornais legais, locais ou nacionais, tendo em vista detectar referências aos acontecimentos grevistas da Covilhã nos meses de Novembro e Dezembro, não se encontrará qualquer notícia sobre o abalo à «paz social»³³³. Não

³³¹ Carta da ETL para a FNIL, de 26 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI. Corresp. trocada entre ETL e a FNIL.

³³² Citação de António de Oliveira Salazar, traduzida por nós: “Those of us who lived through the period from 1910 to 1926 at the height of the legal exercise of the freedom of the Press, and who witnessed the attacks on newspapers, the threats, the imprisonment of journalists, can assert that, with an official censorship, the Press has effectively enjoyed much greater freedom from pressures and much greater security in its work, and has been able to inform and interpret public opinion, perhaps with less sensationalism but with more truth and a more perfect sense of its high mission.”, in Salazar, António de Oliveira, “Realities and Trends of Portuguese Policies” in *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 39, nº. 2, (Abril, 1963), pp. 175-176.

³³³ Sobre a imprensa e a censura em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial ver, por exemplo: Barros, J, *Os jornais oficiais, os jornais clandestinos a censura aos jornais, O Fenómeno de Opinião em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, dissertação de mestrado em história dos séculos XIX e XX (secção do século XX), Lisboa, UNL-FCSH, 1993 [policopiado].

sucede o mesmo se se consultarem os *Boletins Diários e de Justificação de Cortes* da Direcção dos Serviços de Censura. O *Diário de Notícias* e *O Século* tentaram, durante vários dias seguidos, publicar notícias sobre a greve de Novembro e, depois, sobre a greve de Dezembro de 1941: nenhuma delas passou pelo filtro da censura.

A única notícia acerca da Covilhã que encontramos durante este período nos jornais de tiragem nacional, encontra-se no *Diário de Notícias* de 22 de Novembro, com o título “a Covilhã progride e o Estado não esquece as suas aspirações”. O artigo dá conta dos melhoramentos e das obras públicas na cidade que haviam sido realizados, colocando em «primeiro plano o interesse e os cuidados que o Estado tem distinguido à importante cidade da Beira Baixa»³³⁴. O artigo relata ainda a visita “oportuníssima” àquela cidade do Ministro das Obras Públicas, o Engenheiro Duarte Pacheco, em 16 de Novembro, para que os covilhanenses pudessem constatar as “obras em curso e um Ministro que, inesperadamente, aparece e inspecciona, aconselha, soluciona problemas urgentes, resolve e, ao partir, leva apontamentos para obras futuras”³³⁵.

Referindo-se também à visita do Ministro das Obras Públicas, o número do *Notícias da Covilhã*, de 30 de Novembro de 1941, tece duras críticas à falta de acolhimento, por parte da população, ao Ministro. Para o jornal, os indivíduos “que por dever de ofício, simpatia ou patriotismo trabalham para o engrandecimento da terra e para o bem da colectividade, esses são apoucados e o menos que deles dizem é que *tratam de governar-se....*”³³⁶.

Retomando as notícias censuradas, o jornal *O Século*, de 6 de Novembro de 1941, relata, em cima do acontecimento, os problemas ocorridos no dia anterior na cidade da Covilhã. Explicitando as reivindicações que levaram “mais de 1000 operários” a não comparecer ao trabalho, reporta também as condições de vida do operariado daquela cidade e as prisões efectuadas numa das fábricas³³⁷.

Face à insistência dos jornais de maior tiragem nacional em divulgarem os acontecimentos grevistas, o boletim da censura de 8 de Novembro de 1941, transcreve a seguinte recomendação: “Até nova ordem não deve referir-se os tumultos operários na

³³⁴ “A Covilhã progride e o Estado não esquece as suas aspirações”, in *DN*, de 22 de Novembro de 1941.

³³⁵ “A Covilhã progride e o Estado não esquece as suas aspirações”, in *DN*, de 22 de Novembro de 1941.

³³⁶ “*In Illo Tempore*” in *NC* de 30 de Novembro de 1941.

³³⁷ Notícia a sair em *O Século*, de 6 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim de Registo (...), de 6 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

Covilhã.”³³⁸ No entanto, desafiando a ordem estabelecida, os jornais não desistem de tentar noticiar o movimento de contestação, pelo menos até 13 de Novembro, altura em que noticiam o regresso dos trabalhadores às fábricas, cessando desde modo a greve operária³³⁹.

A título de exemplo, o jornal *O Século* reporta-se, a 8 de Novembro, a uma reunião no Grémio dos Industriais, que sentou à mesa o delegado do INTP na Covilhã, Antão dos Santos Cunha, o Governador Civil, António Maria Pinto, e ainda João José Amaro, o comandante da P.S.P. na Covilhã. Segundo o jornalista, o delegado do INTP assegurava que, desde o mês de Julho, se vinha a estudar a maneira de “atender os casos em que, pelas famílias numerosas, se reconheça a exigência de salários, e então se lhe atribua uma subvenção” mas que, devido à morosidade, “quer no Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria de Lanifícios, quer no respectivo Grémio”³⁴⁰, ainda não tinha sido possível acorrer a esses casos. A morosidade a que o delegado do INTP se refere terá tido que ver, por um lado, com a recusa geral no preenchimento das fichas (para se efectuar um eventual aumento pontual de salários aos operários com mais encargos) por parte do operariado daquela cidade mas, também, aos estraves, colocados pelo governo, ao aumento salarial. Como assinalámos anteriormente, os operários exigiam uma revisão do CCT e não uma subvenção pontual às famílias mais necessitadas, até porque se tentava corrigir, com esta exigência, a desigualdade salarial que se verificava no trabalho da lã e que o CCT mantinha. No final desta reunião fica o aviso do comandante da PSP aos industriais: “qualquer que seja a sua especialidade, tudo façam para que nas suas oficinas recomecem os trabalhos”³⁴¹.

Em Dezembro voltariam as notícias dando conta de nova greve na indústria de lanifícios e de “terem sido prêsos ali, tendo seguido para Lisboa, cerca de 60

³³⁸ *O Século* havido tentado publicar no dia anterior mais uma notícia sobre a Covilhã e o confronto tido entre os operários e a polícia. Boletim Diário (...), de 8 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

³³⁹ Notícia a sair nos jornais de Lisboa entre o dia 13 e 14 de Novembro de 1941, e que o censor corta. A Direcção dos Serviços de Censura tece o seguinte comentário à última notícia que tentava ser publicada sobre os acontecimentos: “correspondência de Tortozendo dando notícia sobre a laboração das fabricas de tecelagem e fiação, notícia que se depreendia ter havido qualquer movimento operário, assunto que não foi publicado” in Boletim Diário (...), de 14 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

³⁴⁰ Notícia a sair em *O Século*, de 8 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim de Registo (...), de 8 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

³⁴¹ Notícia a sair em *O Século*, de 8 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim de Registo (...), de 8 de Dezembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

grevista”³⁴². Aparentemente calma, a cidade contrastava com o cenário vivido algumas semanas antes, aquando da primeira greve. Os operários das três maiores fábricas, ao verem que não tinham sido aumentados, largaram trabalho, estendendo-se a greve a todo o operariado covilhanense. Apesar dos grevistas se manterem nas suas casas, o *Diário de Notícias*, de 7 de Dezembro, tentava noticiar o destacamento de várias patrulhas da PSP e da GNR de vários concelhos (Coimbra, Braga, Castelo Branco e Belmonte) para a Covilhã. Informa ainda que os industriais, reunidos no Grémio, haviam decidido telegrafar imediatamente ao Presidente do Conselho e ao Subsecretário do Estado das Corporações para que autorizassem o aumento de salários³⁴³.

Quanto ao *Notícias da Covilhã*, o jornal da cidade, as greves não são mencionadas. No canto superior direito – como em todos os outros jornais de circulação legal –, aparece a nota: “visado pela Comissão de Censura”.

Ao folhearmos alguns números deste jornal, apercebemo-nos dos problemas que afectavam aquela região: a prospecção de volfrâmio, fazendo que vários trabalhadores rurais abandonassem os seus campos para se dedicarem à sua exploração³⁴⁴; as desigualdades sociais que esta situação provocava na população, causadas pelos enriquecimentos vertiginosos, pelo contrabando, pelo mercado negro e pela especulação de preços; a difícil aplicação do tabelamento de géneros na Covilhã, onde “tudo se vende, tudo se consome, seja por que preço fôr”³⁴⁵; as transgressões do patronato no cumprimento do CCT³⁴⁶; as dificuldades por que passavam inúmeras famílias operárias, cujo salário era cada vez menor e incapaz de enfrentar o aumento do custo de vida.

Embora as greves da Covilhã não sejam mencionadas, fruto da censura ao jornal, deparamo-nos, no final do mês de Novembro, com uma coluna intitulada «Os meus crimes»³⁴⁷, assinada por um dos membros da direcção do SN da Covilhã, José Bernardo Gíria. Este dirigente havia pertencido à extinta AC de esquerda, antes da implementação do corporativismo de Estado, em 1933. Esteve ainda ligado ao Centro Socialista da Covilhã e terá sido um dos elementos que fundou o jornal *O Trabalho*³⁴⁸. Terá

³⁴² Notícia a sair nos jornais de Lisboa entre o dia 9 e 10 de Novembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim Diário (...), de 14 de Novembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

³⁴³ Notícia a sair em *DN*, de 7 de Dezembro de 1941, e que o censor corta, in Boletim de Registo (...), de 8 de Dezembro de 1941. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 520.

³⁴⁴ “Nota oficiosa”, in *NC*, de 1 de Novembro de 1941.

³⁴⁵ “Tabelamento de géneros”, in *NC*, de 19 de Outubro de 1941.

³⁴⁶ “Autos de notícias levantados pela fiscalização do trabalho...”, in *NC*, de 30 de Novembro de 1941.

³⁴⁷ “Os meus crimes”, in *NC*, de 23 e 30 de Novembro de 1941.

³⁴⁸ Assunção, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, p. 319.

conseguido manter-se na direcção do SN, depois de uma intensa disputa entre anarco-sindicalistas e socialistas, por um lado, e operários católicos, por outro, na tentativa de assegurarem a direcção do recém-criado Sindicato³⁴⁹.

Nesse artigo, Bernardo Gíria queixa-se que a sua acção no SN estava a ser posta em causa por uma série de boatos que estariam a circular entre a população operária: como já assinalámos, a impressão inicial com que ficaram os operários, que em comissão se dirigiram à sede do SN na véspera da greve, a 4 de Novembro, foi que o mesmo não tinha feito esforço algum tendo em vista a resolução do problema do aumento salarial – tinha sido a Bernardo Gíria a quem os trabalhadores haviam entregado o manifesto reivindicativo de subida salarial. Deste modo, o dirigente diz sentir-se abominado pela classe operária, sendo que, “desde 4 de Novembro deste abençoado ano de 1941 (...), não há nome mais falado e discutido que o desta humilde criatura, por alguns até considerado o inimigo nº. 1 das reivindicações dos trabalhadores da indústria de lanifícios”³⁵⁰.

Por todos os cantos da cidade – não faltando o “comentário acre do elemento feminino”³⁵¹ –, Bernardo Gíria era acusado de ter “rasgado, sonegado e inutilizado” o manifesto que os trabalhadores haviam entregado em Comissão ao SN. Prova contrária aos boatos que circulavam, acrescenta o autor do artigo, era que o manifesto tinha aparecido dias depois, “inteirinho e completo no INTP, após ser visto, revisto a apreciado pela Comissão Administrativa e delegação dos representantes dos trabalhadores das Empresas que o tinham entregue!”³⁵². O dirigente conclui, repelindo todas as acusações que lhe tinham sido feitas e, acrescenta não ter ido além dos seus deveres, “isto com os esforços empregados para conservar a calma e evitar o conflito”³⁵³.

Mas o autor de «Os meus crimes» não fica por aqui. Uma semana depois, a 30 de Novembro de 1941, repele novas acusações, que tinham surgido depois da sua primeira manifestação pública no jornal. Depois do dia 23 de Novembro, “algumas

³⁴⁹ Quem dá conta desta disputa entre, por um lado, anarquistas e socialistas, e por outro, operários católicos pela manutenção dos seus dirigentes no novo SN, é Fátima Patriarca: *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, p. 213.

³⁵⁰ “Os meus crimes”, in *NC*, de 23 de Novembro de 1941.

³⁵¹ “Os meus crimes”, in *NC*, de 23 de Novembro de 1941

³⁵² “Os meus crimes”, in *NC*, de 23 de Novembro de 1941

³⁵³ “Os meus crimes”, in *NC*, de 23 de Novembro de 1941.

peessoas julgaram encontrar [no artigo] alusões dirigidas ao sr. José Caetano Júnior”³⁵⁴. Para ele, como para a opinião pública da Covilhã, o trabalho de José Caetano, que mediou o conflito entre o operariado e o Governo, foi essencial. Teria sido, aliás, Mário Quintela, o director do *Notícias da Covilhã*, que tinha “concebido e impulsionado” a ideia de José Caetano e de outros trabalhadores dos lanifícios, prestando “com isso um grande serviço ao povo da Covilhã”³⁵⁵. A seu tempo, a população da Covilhã seria esclarecida e compreenderia que nem Bernardo Gíria nem a Comissão Administrativa “tinham descurado os interesses dos filiados do Sindicato”³⁵⁶.

A questão do aumento salarial ficará arrumada, no respectivo jornal, depois do aumento de 20% decretado pelo GILC. Num artigo relativo a este assunto, de 1 de Março de 1942, o seu autor diz que a notícia lhe chegara “extra-oficialmente”³⁵⁷. Este aumento salarial foi tomado, pelo autor do artigo, como se se tratasse do despacho ministerial. Na realidade ainda não o era, como vimos anteriormente: tratava-se do aumento dos salários mínimos, decretado à margem da organização corporativa pelos Grémios da Covilhã e do Sul. O jornalista, embora desagradado de não ter sido oficialmente informado, considerava, contudo, que estava resolvido, um problema que havia tomado “proporções” lamentáveis, mas que a direcção do jornal se congratulava de ter ajudado a resolver, no sentido de uma “justa solução, dentro dos princípios da ordem, do prestígio da autoridade e do sentimento de justiça”³⁵⁸. Agora cabia à população da Covilhã “produzir, dar ao trabalho o maior esforço, ajudar o Governo a vencer as suas enormes dificuldades e acompanhar e cooperar com o Chefe na tarefa árdua e difícil da defesa integral do património nacional”³⁵⁹.

9. A imprensa clandestina: o *Avante!* e *O Militante*

Na imprensa clandestina encontramos várias referências às greves da Covilhã daquele período, contrastando claramente com os jornais de circulação legal. Nos jornais consultados, o *Avante!* e *O Militante*, ambos órgãos de do PCP, nota-se alguma

³⁵⁴ “Os meus crimes”, in *NC*, de 30 de Novembro de 1941.

³⁵⁵ “Os meus crimes”, in *NC*, de 30 de Novembro de 1941.

³⁵⁶ “Os meus crimes” in *NC* de 30 de Novembro de 1941.

³⁵⁷ A notícia era apresentada como se se tratasse do despacho ministerial. Era normal, portanto, que a notícia lhe tivesse chegado “extra-oficialmente”, pois o despacho ministerial só sairia a 14 de Março de 1942 e o que o *NC* teve acesso foi à notícia de aumento salarial por parte do GILC.

³⁵⁸ “Aumento de salários aos operários” in *NC* de 1 de Março de 1941.

³⁵⁹ “Aumento de salários aos operários” in *NC* de 1 de Março de 1941.

surpresa pela ocorrência de uma greve, numa altura em que parecia que a população portuguesa ainda se encontrava sob a letargia dos últimos anos da década anterior. Os militantes do partido comunista parecem, contudo, estar relativamente bem informados quanto aos acontecimentos na Covilhã, apesar da célula comunista ter sido desmantelada na segunda metade dos anos 30³⁶⁰. O núcleo comunista na região deveria ser muito reduzido, embora os dois grupos, o do PCP e do PCP «reorganizado» tivessem contactos na Covilhã. A organização do PCP nesta cidade remontava a 1936 e a 1937, mas uma incursão da PVDE, na segunda metade dos anos 30, levou ao seu desmembramento³⁶¹. Um dos membros do partido que manteve, durante aquele curto período de tempo, contacto com a cidade foi Manuel Guedes³⁶². Só em 1942 é que voltam a organizar uma célula do partido na Covilhã e é nessa altura que o funcionário do partido, Manuel Guedes, regressa à cidade e se encontra, ao «lusco-fusco», com José Pires Duarte, um activista local, que o acolhe numa garagem. Este militante mantém-se na Covilhã durante “6 ou 7 meses intermitentes”³⁶³ até ser substituído. Reforçado o Comité Local, é a partir de 1943 que se restabelecem os contactos com as localidades do Fundão, Alcains e Castelo Branco, passando pelo Tortozendo, apelidado de «vila vermelha»³⁶⁴.

O Avante!

Logo na edição de Novembro de 1941, o *Avante!*, o principal órgão de comunicação do PCP, dedica as primeiras páginas aos operários da Covilhã e à paralisação do trabalho que havia ocorrido durante os primeiros dias daquele mês. Sob o título de “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”³⁶⁵, o órgão central do Partido Comunista acusa o Estado Novo de ter afogado em repressão as legítimas reivindicações do operariado covilhanense, depois de fazer um relato do processo reivindicativo, que havia durado vários meses antes do

³⁶⁰ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, Vol. II, Temas e Debates, Lisboa, 2001, p. 238.

³⁶¹ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, p. 238.

³⁶² Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, p. 238.

³⁶³ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates – Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 134.

³⁶⁴ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates – Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 48.

³⁶⁵ “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º4, Novembro de 1941.

eclodir da greve. Um movimento colectivo que, segundo o jornal, tinha sido “dominado pela força brutal” das forças armadas, que havia aberto fogo sobre os trabalhadores. A difícil repressão da movimentação operária na Covilhã tornar-se-á para o *Avante!*, tanto nesta edição como nas que se lhe seguem, um sinal das debilidades do regime em actuar sobre a coalizão operária. O artigo continua com acusações ao Regime o qual, ao que tudo indicava, não deixara o patronato subir os salários aos seus trabalhadores³⁶⁶, embora as fábricas de lanifícios não tivessem “descanso”, pois tinham grandes encomendas para a Suíça (a porta de entrada das mercadorias para a vizinha Alemanha) e Exército Português, para onde eram tradicionalmente escoados grande parte dos produtos da indústria de lanifícios da Covilhã. Como vimos anteriormente, no capítulo referente à situação na indústria de lanifícios, a Suíça foi de facto um dos principais parceiros comerciais das fábricas da Covilhã.

A prosperidade nas fábricas nunca tinha sido tão grande, acrescenta o artigo. Como vimos anteriormente, a política económica de guerra do Estado Novo passava pela máxima normalidade e estabilidade do comércio, produção e seus custos, o que inviabilizava à partida a subida salarial do operariado, mesmo em contexto de severa inflação. O artigo prossegue, apontando o facto de o açambarcamento dos géneros e contrabando na fronteira serem realizados por indivíduos que tiravam partido do seu poder no seio do regime para fazer crescer as suas fortunas³⁶⁷. A falta de géneros de primeira necessidade era, deste modo, uma consequência do escoamento, para os países estrangeiros, do “pão que deveria matar a fome ao povo português”: assim, no Concelho da Covilhã, havia terras onde só havia “pão em dias alternados”³⁶⁸. O artigo destaca ainda o papel das “valentes operárias da Covilhã [que] foram incansáveis, indo de porta

³⁶⁶ “o pedido de aumento era tão justo que até alguns patrões estavam dispostos a pagá-lo (fábrica Cruz, por exemplo). Mas a direcção do Grémio e o Instituto Nacional do Trabalho não desejavam abrir um precedente. Temiam que esse aumento levantasse no país uma onda de lutas semelhantes”, in “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º4, Novembro de 1941.

³⁶⁷ “na Covilhã, em virtude da relativa proximidade da fronteira, a candonga faz-se desenfreadamente. Os grandes senhores do Estado Novo na região, os fascistas mais destacados, entregam-se a ela com o descarado inaudito. É assim que o Dr. Vidigueira, presidente da União Nacional e da Casa do Povo de Caria, dono de uma fábrica de moagem fez em alta escala contrabando de farinha e outros géneros alimentícios. O negócio era descarado e continuava impune.”, in “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º4, Novembro de 1941.

³⁶⁸ “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º4, Novembro de 1941.

em porta, chamando as famílias trabalhadoras, gritando bem alto o seu protesto”³⁶⁹, e a solidariedade no seio da classe operária e o regresso ao trabalho apenas como consequência da “atmosfera de repressão e com promessa de satisfação das reivindicações”.

A inflação e desvalorização dos salários dos operários covilhanenses, a percepção das falhas do sistema corporativo e as desigualdades sociais são as razões que o número de Novembro do *Avante!*, aponta como as principais causas para a greve operária nas fábricas de lanifícios.

No número seguinte, de Dezembro de 1941, ainda sem, aparentemente, terem notícia da última greve operária que havia estalado nos primeiros dias daquele mês, a Covilhã é já apresentada como um exemplo a ser seguido pela classe operária, num artigo que se debruça sobre o peso da “guerra de Salazar sobre os ombros da classe operária”³⁷⁰.

Em Fevereiro, e já com outras ameaças de greve um pouco por todo o país, o jornal refere-se mais uma vez à cidade da Covilhã, pelo facto de a sua indústria ser uma das poucas que ainda não paralisou (ou diminuiu a produção), pois fabrica artigos de lã, “sobretudo cobertores, para os países do Eixo”³⁷¹.

Em Abril de 1942, é relatada a “vitória dos operários da Covilhã”³⁷² pelo aumento salarial de 20% que havia sido anunciado, através de um despacho governamental, no mês anterior. Para além da subida dos salários, o artigo faz ainda referência à libertação dos presos das greves de Novembro e Dezembro, à excepção de um que, como vimos anteriormente, se tratava do soldado Gilberto Duarte. Por fim, o autor do artigo deixa um aviso à classe operária covilhanense: a cedência do regime teve verdadeiramente como intuito o “desviar e amortecer o espírito de luta”³⁷³. Concluindo, acrescenta que a experiência obtida nas greves de Novembro e de Dezembro deveria ser tida em conta para que futuros erros pudessem ser evitados. O articulista referia-se ao facto de as greves não terem uma organização clara nem orientação ideológica à partida

³⁶⁹ “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!”, in *Avante!*, VI série, n.º 4, Novembro de 1941.

³⁷⁰ “É sobre os ombros da classe operária que pesa a política de guerra de Salazar”, in *Avante!*, VI série, n.º 5, Dezembro de 1941.

³⁷¹ “Contra a política de fome do salazarismo. As massas lutam pelo aumento de salários”, in *Avante!*, VI série, n.º 7, Fevereiro de 1942.

³⁷² “A vitória dos operários da Covilhã”, in *Avante!*, VI série, n.º 9, Abril de 1942.

³⁷³ “A vitória dos operários da Covilhã”, in *Avante!*, VI série, n.º 9, Abril de 1942.

o que prejudicava a força do movimento social.

Um movimento espontâneo, apesar de importante, não teria a mesma força que um movimento com objectivos claramente definidos e que se estendiam para além das reivindicações salariais, isto é, com intuítos revolucionários, como o pretendia o PCP. Esta ideia ficará mais clara depois de olharmos para alguns dos artigos do *Militante*, órgão de comunicação teórico do PCP, principalmente dedicado, como o próprio nome indica, a conceber as directrizes para o trabalho partidário e clandestino comunista.

O Militante

A partir de Janeiro de 1942, *O Militante* alerta os seus leitores para o descontentamento geral relativo à subida do nível de vida e à consequente desvalorização dos salários dos trabalhadores. Mais uma vez, é dado o exemplo dos grevistas da Covilhã que “foram até à paralisação total”, seguindo o exemplo do Partido Comunista: “é na luta que poderão conquistar uma melhor situação”³⁷⁴. Sem outros movimentos operários significativos a apontar nos últimos anos, a Covilhã passava a ser o exemplo a seguir, embora com algumas falhas que se desejavam corrigir no futuro: os militantes comunistas não se poderiam deixar surpreender por estes movimentos espontâneos e era aí que residia ainda a sua fragilidade enquanto partido «reorganizado» e que vivia na clandestinidade. Este deve ser “o propulsor, orientador e organizador do próprio movimento”³⁷⁵, não deixando escapar a “oportunidade” dos tempos com que se deparavam. Tempos esses que conjugavam a crise política com a crise social, tratando-se de um momento único para o PCP, no sentido de perspectivar a liderança dos grandes movimentos sociais³⁷⁶.

Para que isso acontecesse, isto é, para que a greve da Covilhã se pudesse alastrar por todo o país, mas agora com a assinatura do partido comunista, os militantes deveriam “no local de trabalho começar uma campanha sistemática no sentido de preparar as massas”, através de “papéis volantes com indicações concretas e claras”³⁷⁷. Nesses «papéis volantes», que provavelmente circulariam também pela Covilhã, o

³⁷⁴ “Organizemos a luta pelo aumento dos salários!”, in *O Militante*, III Série, nº. 7, Janeiro de 1942.

³⁷⁵ “Organizemos a luta pelo aumento dos salários!”, in *O Militante*, III Série, nº. 7, Janeiro de 1942.

³⁷⁶ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, Vol. II, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p. 232.

³⁷⁷ “Organizemos a luta pelo aumento dos salários!”, in *O Militante*, III Série, nº. 7, Janeiro de 1942.

Governo é acusado de não querer aumentar os salários dos operários da indústria de lanifícios, apesar do patronato estar disposto a pagá-lo³⁷⁸.

Em Fevereiro, para além do exemplo da Covilhã, *O Militante* refere ainda a greve das peixeiras de Lisboa, o movimento estudantil contra o aumento das propinas ou o pedido de aumento salarial dos trabalhadores das construções navais e da Carris³⁷⁹. É interessante perceber que as estratégias de luta agora apresentadas seguem o ritmo que caracterizou o movimento operário na Covilhã: a eleição de um conjunto de trabalhadores em comissão; a apresentação das reivindicações ao patronato ou ao Governo; o conhecimento completo do andamento das negociações por parte dos colegas de trabalho e o acompanhamento destes até ao local onde a reclamação for feita. O papel fundamental dos militantes comunistas seria o de agitar as “massas”, informando-as sobre o aumento do custo de vida, as más condições de trabalho e o envio de mercadorias portuguesas para países como a Espanha ou a Suíça. E as reivindicações dos trabalhadores deveriam, para além do aumento salarial, passar igualmente por mais questões, como a luta “contra os maus patrões”, o “auxílio aos operários despedidos” e por “uma menor exploração para os jovens e mulheres”³⁸⁰: isto é, trazer o debate político às reivindicações operárias.

Em Junho de 1942, *O Militante* deixa bem claro que o PCP tinha de aprender com a greve da Covilhã porque, apesar de ter sido um movimento espontâneo, decorreu com eficácia. Assim, o PCP deve “prestar atenção à voz das massas (...), deve estudar a sua luta prática, verificar nesta ocasião a justeza da sua política e, portanto, não somente instruir as massas mas, também, instruir-se a si mesmo na sua escola”³⁸¹. Para isso, os comunistas tinham de estar fisicamente presentes nos locais da organização corporativa (como os Sindicatos e as Casas do Povo), bem como nos locais de trabalho. Esta viragem para as empresas irá caracterizar a estratégia do PCP «reorganizado», com Álvaro Cunhal a ser a figura central neste novo momento político³⁸². Veremos que, a partir de 1943, será este PCP que estará na vanguarda de grande parte dos movimentos grevistas que eclodirão um pouco por todo o país.

³⁷⁸ Papel volante do PCP, Abril de 1942, in ASTSTBB.

³⁷⁹ “Organizemos a luta pelas reivindicações imediatas”, in *O Militante!*, Série III, n.º 8, Fevereiro de 1942.

³⁸⁰ “Organizemos a luta pelas reivindicações imediatas”, in *O Militante!*, Série III, n.º 8, Fevereiro de 1942.

³⁸¹ “O trabalho nos Sindicatos Nacionais e Casas do Povo”, in *O Militante*, Série, n.º 7, Junho de 1942.

³⁸² Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, pp. 232-235.

Segundo o papel volante do PCP, a que já fizemos referência, Oliveira Salazar havia trocado o aumento de salários de 20% por uma manifestação a seu favor: aquela que se realizaria em Abril de 1942³⁸³. Acrescenta ainda que o Presidente do Conselho de Ministros afirmara que não aumentara ainda os salários por impedimento do patronato. Sabe-se, contudo, que não foi isso que sucedeu na Covilhã. A propaganda do partido comunista acrescenta ainda que também não tinha sido o caso da CUF, da Tabaqueiras, das Construções Navais e das fábricas de cortiça de Almada, entre outras. Todas estas empresas estariam dispostas a um aumento salarial que teria sido impedido pelo Governo³⁸⁴.

Para o PCP, tomado de surpresa, as greves assumiram um exemplo da força que os trabalhadores poderiam deter, através da constituição de comissões de operários e da paralisação do trabalho, na pressão ao Governo por aumentos salariais e melhorias laborais. Estas greves da Covilhã tornaram-se, para o partido da oposição, e veiculado através da sua imprensa clandestina, um exemplo de como se havia chegado ao momento propício para a infiltração de membros do partido na organização e condução das greves operárias, com uma viragem para as empresas e para as instituições corporativas do Estado Novo. Apesar de louváveis, as greves só atingiriam realmente os objectivos dos operários se tivessem uma base ideológica forte, que, partindo do descontentamento operário, introduzisse reivindicações de âmbito político mais abrangentes. É principalmente a partir de 1943 que assistiremos a greves lideradas e conduzidas pelo PCP.

10. Entre o Inverno de 1941 e o final da Segunda Guerra Mundial

“A guerra terminara, mas a coincidência que se havia previsto para o seu fim não se dera e um vácuo se abria, mais uma vez, nas esperanças dos homens que trabalhavam nas fábricas. Era como se mãos invisíveis houvessem cavado, repentinamente, um fosso na estrada que trilhavam. Os aparelhos de rádio e os jornais já não se referiam a um mundo novo para todos os homens. Agora, os estadistas tratavam de outros problemas.”³⁸⁵

³⁸³ Papel volante do PCP, Abril de 1942, in ASTSTBB.

³⁸⁴ Papel volante do PCP, Abril de 194, in ASTSTBB.

³⁸⁵ Castro, Ferreira, *A Lã e a Neve*, p. 307.

“(…) tenho de concluir que, sé é indiscutível ter o totalitarismo morrido por efeito da vitória, a democracia, tanto na sua definição doutrinária como nas suas modalidades de aplicação, continua sujeita a discussões. E bem.”³⁸⁶

Na Covilhã

Em 1942, já depois do aumento de salários na indústria de lanifícios, num ofício da Câmara Municipal da Covilhã para o Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, ficamos a saber que a organização do racionamento de géneros de primeira necessidade estava em curso. No seguimento da organização do racionamento, Luiz Baptista, o Presidente da Câmara, solicita ao Governador Civil que altere a composição das categorias do racionamento. Para o Presidente da Câmara, os operários deveriam constar na 3.^a categoria (e que normalmente estavam na 4.^a) e a 4.^a ser incorporada pelos trabalhadores rurais, sendo que a 4.^a corresponderia aos indivíduos com mais necessidades e a 1.^a aos que tinham menos dificuldades. A justificação do Presidente da Câmara passava pelo facto de no centro industrial da Covilhã existirem cerca de 5750 operários de lanifícios, “cujo salário mensal varia num mínimo entre 400\$00 e 600\$00” e de haver em cada família, dois ou três operários, “aumentando assim, proporcionalmente a êste número, os salários auferidos por cada fogo.”³⁸⁷ Nestas circunstâncias, acrescentava o Presidente da Câmara, e “ainda pela sua natural falta de previdência, o operário criou o hábito de gastar tudo e de viver bem”³⁸⁸.

O preconceito em relação à classe operária e a alteração de categorias na tabela dos racionamentos, terá levado a que o operariado, em 1943, viva em circunstâncias piores que o trabalhador rural. Diz o Governador Civil, na correspondência mantida com o Ministro da Economia, que o operário daquele distrito recebia “menos 27\$30 que um simples trabalhador rural, que a doze escudos diários – sem qualquer desconto, ganha por semana 72\$, sem contar que tem em geral uma leira de couves, umas batatas e outras pequenas ajudas”³⁸⁹.

³⁸⁶ Salazar, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1943-1950*, p. 116.

³⁸⁷ Ofício do Presidente da Câmara da Covilhã para o GCCB, 9 de Maio de 1942. ADCB, GCCB, Ofício 719, Processo n.º. B, caixa 37.

³⁸⁸ Ofício do Presidente da Câmara da Covilhã para o GCCB, 9 de Maio de 1942. ADCB, GCCB, Ofício 719, Processo n.º. B, caixa 37.

³⁸⁹ Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

É nesta correspondência mantida entre o Governador Civil e o Ministro da Economia, em 1943, que vemos como a situação da Covilhã estaria ainda pior do que em 1941, altura das greves dos lanifícios. António Maria Pinto, numa carta de 21 de Julho de 1943, mostra-se preocupado com a situação do operariado da Covilhã, Tortozendo e Cebolais: esta estaria “francamente má e difícil” e caso não fosse corrigida, levaria a uma “alteração grave da ordem, de funestas e desagradáveis consequências”³⁹⁰. O Governador escusa-se a apresentar as causas das dificuldades operárias, assunto que ultrapassava as suas competências e que não lhe dizia respeito, segundo as palavras do mesmo, deixando perceber, no entanto, que não seria apenas o estado de guerra a causa das dificuldades económicas do operariado do distrito de Castelo Branco: influíam nessas dificuldades, as decisões, por parte do Ministério da Economia, que envolviam a proibição do trabalho de matéria-prima que não fosse a tabelada.

Mas as consequências eram claras: “redução dos dias de trabalho, ganho insuficiente, portanto, para o sustento dos operários e famílias, admitindo o salário justo com o actual custo de vida”³⁹¹. Deste modo, era clara a “impossibilidade de vida com três ou quatro dias de trabalho apenas”³⁹², referindo-se ao facto de as fábricas, por carência de matéria-prima, laborarem apenas alguns dias por semana. O Governador pergunta-se ainda, como havia sido “possível a existência daquela gente”³⁹³, quando aquela situação durava há mais de um ano.

Se em 1941, o operariado estava a receber por semana, em média, 67\$, em 1943, depois da greve e do aumento salarial, estavam a ganhar apenas 44\$70, uma descida significativa como consequência da redução do número de dias de trabalho. Sem esquecer que, se o número de dias de trabalho havia diminuído, assim como, o salário, a inflação, por outro lado, continuava galopante. Este era o caso do operariado do distrito de Castelo Branco, em Julho de 1943. A situação tornar-se-ia pior se o INTP não decidisse decretar o desconto para o Abono de Família, ameaça que, desde 1941, pairava sobre o meio operário. Este desconto adicional “viria ainda, muito ou pouco, diminuir o que manifestamente não pode por forma alguma bastar”³⁹⁴. De facto, em Março de 1943, a Direcção da FNIL encarregara-se de fazer chegar ao patronato e aos

³⁹⁰ Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹¹ Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹² Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹³ Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹⁴ Carta do GCCB para o ME, 21 de Julho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

operários as informações decorrentes da criação da Caixa do Abono de Família. As entidades patronais contribuíam com 5%, e os operários e empregados da indústria de lanifícios com 1%³⁹⁵. António Maria Pinto termina o relatório enviado ao Ministro da Economia classificando a situação do operariado e das suas famílias de «desesperada» e abrangendo a quase totalidade da população dos centros fabris do Distrito.

Esta correspondência, marcada pelo tom alarmista do Governador Civil, terá sido consequência, em parte, da carta anónima que lhe tinha sido enviada no mês anterior, em Junho de 1943. Carta que o Governador do Distrito se apressa a enviar para o Ministro do Interior e para o Director da PVDE³⁹⁶.

Segundo o redactor da carta anónima, na cidade da Covilhã estava em curso uma “grande campanha bolchevista, no meio operário”³⁹⁷. Para tal, existiria uma célula comunista com cerca de 70 indivíduos que funcionava “entre o Hospital da Covilhã e o Campo de Futebol, 6^{as}. feiras durante a noite”³⁹⁸. Tinham sido, inclusive, presos três membros desse grupo, embriagados depois de terem recebido boas novas dos seus dirigentes e terem dado “vivas à Rússia, pelo que foram presos e enviados para Lisboa, aonde se encontram”³⁹⁹.

Mais, a carta anónima chega a apontar nomes dos supostos chefes do grupo: António Luiz e Manuel Paula. No entanto, o «chefe supremo» seria o “José Caetano que já esteve preso noutros tempos e foi solto por grandes empenhos de gente afeiçoada ao democratismo”⁴⁰⁰. José Caetano que, vimos anteriormente, era um conhecido anarco-sindicalista, dirigente da antiga AC, e que esteve predominantemente presente nas

³⁹⁵ Carta da Empresa Campos Mello & Irmão para a FNIL, de 8 de Março de 1943. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a Empresa Campos Mello & Irmão com a FNIL.

³⁹⁶ Cartas do GCCB para o Director da PVDE e para o MI, de 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹⁷ Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

³⁹⁸ Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521; temos noticia de ter sido detido um indivíduo, em Abril de 1943, à saída de uma taberna, pelo motivo de dar vivas à Rússia. Foi preso nesta ocasião e só será solto em Outubro de 1943, depois de liquidada uma multa de mil e quinhentos escudos e perda de direitos políticos. O arguido, interrogado sobre os seus actos, “acrescenta que, como já disse nas suas anteriores declarações, deu vivas à Rússia por desejar que a mesma ganhe a guerra – sendo-lhe perguntado como explica que, não sendo comunista nem simpatisando com o comunismo, deu vivas à Rússia, declarando que deseja a victoria da mesma, respondeu: que, como a Rússia é aliada da Inglaterra é essa a razão de desejar a sua victoria – sendo-lhe notado que, sendo Portugal um país neutral e anti-comunista, são proibidas exibições amistosas ou hostis a qualquer dos beligerantes e muito menos favoráveis à Rússia que, como o respondente o fez, se trata de propaganda subversiva, respondeu – que sabe ser Portugal um país anti-comunista, mas o facto de ter dado vivas à Rússia foi simplesmente por desejar a sua victoria na questão da guerra, por ser aliada da Inglaterra.”, in TME, processo n.º. 336/43, livro 11, António da Cruz Inácio.

³⁹⁹ Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

⁴⁰⁰ Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

greves de 1941, onde redigiu um manifesto, em conjunto com outros operários, no sentido de servir de mediador do conflito entre os operariado e o Governo.

Este grupo tinha ainda um jornal que faria circular entre eles e, segundo a carta, preparavam-se para fundar um grupo de Educação e Recreio. Sabemos que José Caetano, efectivamente, foi um dos fundadores do Grupo de Educação e Recreio Campos Mello, mas terá sido logo em 1941. As reuniões deste grupo tinham lugar “um pouco para os lados do cimo do cimiterio”⁴⁰¹, onde foi fundada e continua a funcionar, a respectiva colectividade.

A carta anónima termina com um pedido: que o Governador Civil “mande reorganizar a Legião Portuguesa na Covilhã, de quem os comunistas teem medo, visto que a campanha dêles é já muito descarada”⁴⁰². O Governador Civil acompanha a mesma argumentação, pedindo a vinda de uma inspector da PVDE, à cidade: “porquanto apesar de manifesto exagero e intenção, alguma coisa deve ter de verdade, por informações imprecisas que até mim chegam (...) valeria a pena o estudo deste caso por alguém que ali permanecesse durante uns tempos e não em vinda ocasional o que sempre torna mais difícil averiguações destes casos”⁴⁰³.

Apesar de o delator chamar José Caetano e o seu grupo de «comunistas», não devemos tomar isso de forma literal. Como expresso em vários outros documentos a que tivemos acesso para este período, «comunistas» eram, regularmente, todos aqueles indivíduos da oposição de esquerda. No entanto, é neste ano que a célula comunista se estava a reorganizar, altura do reforço do Comité Central e que marca o momento em que se restabelecem os contactos com a Covilhã e diversas localidades próximas⁴⁰⁴.

É neste ano de 1943 que o patrão da Fábrica Alçada aumenta a laboração na sua fábrica para cinco dias, depois de um período a laborar apenas quatro dias por semana⁴⁰⁵. Na tentativa de pressionar as instituições competentes a permitirem a entrada de matéria-prima no país, diz que a situação dos operários é confrangedora. O lado económico, para o proprietário, era o que menos importância tinha; verdadeiramente

⁴⁰¹ Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

⁴⁰² Carta anónima enviada para o GCCB, 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

⁴⁰³ Carta do GCCB para o Director da PVDE, de 9 de Junho de 1943. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

⁴⁰⁴ Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, p. 323.

⁴⁰⁵ A partir de 5 de Setembro de 1942 a FA passou de seis para apenas quatro dias de trabalho semanal, por falta de matéria-prima. Questionário INTP à FA, a 4 de Março de 1943. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e o INTP.

relevante era o “aspecto social (...) pelo coração e pela inteligência: pelo coração porque os operários são humanos, cristãos, como nós; pela inteligência porque é a razão que define e o espírito que justamente se revolta de uns terem e outros não. Não há segurança para a sociedade nem se podem consolidar sistemas políticos quando os cidadãos estão assim profundamente divididos nas suas necessidades”⁴⁰⁶.

Em Novembro de 1944 é criado um novo turno de trabalho que se estendia entre a meia-noite e as 8 horas da manhã, como consequência do “começo da normalização da distribuição de matérias primas”. As empresas informam ainda que, pelo facto de se tratar de um “caso de força maior e dele não beneficiarem as entidades patronais, o trabalho realizado de noite não terá de ser pago com qualquer aumento”⁴⁰⁷. Os operários declaram-se em greve⁴⁰⁸.

Em Janeiro e novamente em Abril de 1946 dão-se novas greves dos operários de lanifícios na Covilhã, em Tortozendo e em Gouveia, que vinham a ser, “desde há muito tempo, preparadas pela organização local do PCP”⁴⁰⁹. Dezenas de operários e operárias são presos e enviados para Lisboa. As fábricas são encerradas “como medida repressiva dos actos de indisciplina”, dos industriais e operários⁴¹⁰. O inspector da PIDE que estará na linha da frente dos interrogatórios e da repressão aos operários enviados para Caxias será o Capitão Faria⁴¹¹.

⁴⁰⁶ Carta da FA a para o delegado do INTP, na Covilhã, de 20 de Março de 1943. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e o INTP.

⁴⁰⁷ Circular do delegado do INTP na Covilhã, de 13 de Novembro de 1944. CDAH/ML-UBI. Corresp. trocada entre a FA e o INTP;

⁴⁰⁸ Em 1946 é novamente deliberado a abertura de um novo turno de trabalho, e o *Avante!* faz referência à greve de Novembro de 1944: “Tal como em Novembro de 1944 (...) Apoiados por delegados do Governo que foram à Covilhã, os patrões fascistas resolveram impor aos operários três turnos de oito horas ou dois de doze”: “Greves dos operários da Covilhã e Tortozendo”, in *Avante!*, VI série, de Fevereiro de 1946.

⁴⁰⁹ Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 52.

⁴¹⁰ Exposição a enviar pela Federação (...), de 16 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e a PSP.

⁴¹¹ O único Capitão Faria que temos notícia para o período em questão é Antonino Faria Pais, chefe dos Serviços Centrais de Investigação entre 1945 e 1949. Ver: Pimentel, Irene Flunster, *A História da PIDE*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 50. “Em Abril de 1946 todas as fábricas da Covilhã, Tortosendo, Unhais da Serra, Manteigas, Gouveia e outros locais paralizam durante 18 dias exigindo aumentos de salários. A greve havia sido preparada por uma reunião do Partido dias antes na qual Guilhermino esteve presente. Quando a greve terminou, Guilhermino foi preso pela Polícia de Segurança Pública. Esteve no Quartel desta Polícia na Covilhã durante três dias. Lembra-se que nessa altura foram presos no total 84 trabalhadores grevistas entre os quais 4 mulheres. Todos eles foram levados para Lisboa, para o forte de Caxias. Recorda-se que passados os 3 dias de prisão na Covilhã foi levado juntamente com muitos outros de comboio para Lisboa. Iam escoltados por grande quantidade de polícias armados de espingardas com baionetas. Chegados a Entrecampos, em Lisboa, foram metidos em duas carrinhas e levados para o Forte de Caxias, aonde foram metidos 14 em casa cela. Só durante a noite da chegada a Caxias comeram alguma coisa desde que saíram da Covilhã. Lembra-se que ele e os 14 companheiros de cela tinham de dormir no cimento húmido sem roupa nem nada. A alimentação era

Os industriais da Covilhã remetem vários pedidos, após estas greves de 46, para que se faça uma revisão ao CCT, no sentido de se poderem “eliminar dos seus quadros, os operários reputados indesejáveis quer sob o ponto de vista moral e social quer sob o ponto de vista técnico (...)”⁴¹². Acolhendo favoravelmente os pedidos dos industriais, o delegado do INTP proíbe que sejam incluídos novamente nos quadros das empresas para quem trabalhavam pois, “muitos desses indivíduos” eram “perigosos agitadores”⁴¹³. No entanto, alguns voltam a ser admitidos nos quadros, após “uma selecção rigorosa, tanto quanto possível”⁴¹⁴, feito pelos industriais e pela PVDE. Porém, àqueles que regressam às fábricas: “por despacho de Sua Ex^a., o Snr. Sub-Secretário foi entendido só serem de conceder as férias previstas (...) a todos os operários que não aderiram ao movimento grevista”⁴¹⁵: seria “inadmissível que os culpados após 3 meses de «férias» viessem a usufruir os direitos concedidos àqueles que nada tiveram com o movimento grevista, designadamente quanto a férias, subsídios e demais benefícios das instituições de previdência da indústria”⁴¹⁶. A partir de então, os industriais passam a

pouca a ruim. Periodicamente eram agredidos e insultados pelos guardas prisionais. Passados 3 meses de prisão em Caxias foi levado para interrogatório num edifício fora de Caxias que pensa ser na António Maria Cardoso. Ele e os seus companheiros iam com a barba e o cabelo cheios de piolhos e a roupa que ainda não tinham mudado desde a entrada em Caxias cheirava mal. Lembra-se que foi interrogado no último andar desse edifício pelo Capitão Faria acompanhado de outros Pides. As perguntas incidiam sobre como tinha sido organizada a greve e quem era os seus camaradas de Partido. Como Guilhermino não respondesse começam as bofetadas, os pontapés, os insultos. Passadas 4 horas de interrogatório e pancadaria, já com o sangue a jorrar-lhe pelo nariz e pela boca, com o corpo todo massado de pancada e como nada tivesse respondido é levado para a cela de Caxias. Passados outros 3 meses, ou seja 6 meses após a prisão, é de novo levado a interrogatórios. Novamente o Capitão Faria e outros Pides queriam que ele falasse sobre o Partido, quem distribuía “Avantes”, aonde estava a tipografia que o produzia. E novamente, também, as sessões de insultos, bofetadas, murros e pontapés. Lembra-se que este tratamento continuou durante várias horas sem que lhes tivesse respondido às perguntas. Recordar-se que a pancadaria foi tanta que perdeu os sentidos tendo depois sido arrastado para uma carrinha que o levou de regresso à cela do Forte de Caxias. O corpo estava feito numa bola doendo-lhe durante vários dias. Regressado à Covilhã (...) não o aceitam no trabalho na Nova Penteação, a fábrica onde estava empregado. Durante 6 meses trabalha como pedreiro e depois arranja nome falso e consegue empregar-se na Fábrica Roque Cabral, na Covilhã. Passado pouco tempo é descoberto e posto na rua. Consegue ir trabalhar para outra fábrica na Covilhã aonde se manteve até ser reformado.”, in Tribunal Cívico Humberto Delgado, testemunho de Guilhermino Beato, em 1978, [documento cedido por João Madeira].

⁴¹² Carta da FA para a PSP, de 6 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e a PSP.

⁴¹³ Carta do delegado do INTP, na Covilhã, para o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 9 de Julho de 1946. AMSSS, Pasta INTP-Covilhã.

⁴¹⁴ Carta da FA para a PVDE, de 18 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. Trocada entre a FA e a PSP.

⁴¹⁵ Circular do GILC sobre as férias graciosas, de 25 de Julho de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a FA e a PSP; “os industriais foram proibidos de auxiliar os operários. Uma das casas de penhores então existentes foi impedida de fazer empréstimos, enquanto outra alegava que se tinha esgotado o dinheiro. O Abono de Família, os serviços do Posto Médico, como todas as regalias do Contrato Colectivo, foram anuladas. As dificuldades, muito graves antes do início da greve, começaram a transformar-se em fome.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 52.

⁴¹⁶ Carta do delegado do INTP, na Covilhã, para o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, 9 de Julho de 1946. AMSSS, Pasta INTP-Covilhã.

remeter à PIDE pedidos de informações sobre os operários que desejavam contratar⁴¹⁷. Os elementos considerados “indesejáveis”, não poderiam de futuro ser admitidos em nenhum estabelecimento fabril de lanifícios, excepto “no caso das autoridades policiais os considerarem como elementos susceptíveis de regeneração social”⁴¹⁸. Começam a ser constituídas as chamadas “Listas Negras” de operários⁴¹⁹. Numa cidade que vivia quase exclusivamente do trabalho da lã, a consequência foi conduzir para o desemprego uma quantidade significativa de operários e operárias⁴²⁰. Após estas greves de 1946, as empresas da Covilhã passam a remeter vários pedidos à PIDE para que proceda ao envio de agentes, com o propósito de pôr em prática a infiltração nas fábricas, “à semelhança do que se procedera nas fabricas do Barreiro”⁴²¹.

Em Dezembro, com nova ameaça de greve por parte dos operários, contra a criação de um terceiro turno de trabalho, a PSP apressa-se a afixar um comunicado em que se lê que “não serão consentidas hesitações a ninguém sobre se deverá começar ou não a trabalhar”, sendo que “quem não comparecer sofrerá as consequências da sua falta”⁴²², ameaçando os trabalhadores com a mobilização industrial. Não chega a haver greve.

No resto do país

Se na Covilhã, os ânimos refrearam por alguns anos, o mesmo não aconteceu em outras regiões do país. De facto, as greves do Inverno de 1941 iniciaram um ciclo grevista, “em muito maior escala”⁴²³, que vai caracterizar os anos da Segunda Guerra

⁴¹⁷ Ver, por exemplo: Carta da FA para o Inspector da PIDE, na Covilhã, de 25 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e a PSP.

⁴¹⁸ Circular do GILC, de 16 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a FA e a PSP.

⁴¹⁹ “(...) é elemento mau e perturbador, contando da lista negra”, refere-se o proprietário da ETL sobre um dos operários grevistas de Abril de 1946, in Carta da ETL para a PSP, de 20 de Abril de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. entre a ETL e a PSP.

⁴²⁰ “Logo que se apresentaram ao trabalho, muitos operários foram despedidos. Alguns patrões valeram-se das circunstâncias para se desfazerem de operários que não eram do seu agrado, pois que a nova inscrição lhes dava inteira liberdade de escolher quem quisessem.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 53.

⁴²¹ Carta da ETL para o Inspector da PIDE, Capitão Antonio de Faria Paes, de 5 de Julho de 1946. CDAH/ML-UBI, Corresp. trocada entre a ETL e a PSP.

⁴²² Aviso da PSP da Covilhã, de 13 de Dezembro de 1946. CDAH/ML-UB, Corresp. entre a FA e a PSP.

⁴²³ Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, pp. 401-404.

Mundial, em Portugal. A agitação social no país será marcada por uma crescente politização, com o PCP a liderar muitas das greves após 1942⁴²⁴.

Em 1942, numa exposição a Oliveira Salazar, os SN irão apontar os problemas e deficiências da organização corporativa, dando como exemplo e consequência, as greves dos trabalhadores de lanifícios na cidade da Covilhã. Mas a censura irá cortar esta referência à greve, e outros assuntos menos convenientes de virem a público⁴²⁵, nos importantes jornais de tiragem nacional – por exemplo no *Diário de Notícias*, onde se transcreve o comunicado dos SN, mas com algumas alterações.

O objectivo da reunião dos SN e da sua exposição tinha como motivo apreciar e tratar “em conjunto da grave situação em que eles [os SN] e os seus organismos corporativos se encontram perante as massas trabalhadoras que lhes dizem respeito, devido à progressiva descrença – que cada vez mais delas se apodera – na Justiça Social”⁴²⁶. Como consequência, segundo os SN, o prestígio da organização corporativa encontrava-se “numa posição bastante delicada, perante a consciência de perto de 4 milhões de trabalhadores”⁴²⁷. Para isso contribuíram diversos factores: o atraso na constituição de grémios patronais, “que se organizaram só muitos anos depois dos trabalhadores”⁴²⁸; Grémios, constituídos por dirigentes com ideias que não correspondiam à finalidade da organização corporativa, motivados pelo individualismo e capitalismo desenfreado; um ínfimo número de trabalhadores abrangidos pelo CCT e outras regalias sociais e, entre outros, as dificuldades económicas dos trabalhadores provocadas pela Guerra Mundial, em conjunto com o facto de existirem fábricas que “têm obtido lucros avultados e não será difícil descobrir entre elas, algumas em que a situação do operariado não melhorou paralelamente, atendendo-se ao aumento do custo de vida”⁴²⁹.

⁴²⁴ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 373.

⁴²⁵ “(...) no que se refere à exposição sindical, se comparamos a versão que teria sido lida em S. Bento e a que os jornais publicam a 24 de Julho, verificamos que não coincidem inteiramente. A segunda versão surge expurgada de comentários e de expressões menos conformes aos costumes do regime. (...) acusações feitas ao governo, segundo os quais este não favorecia e até teria levantado dificuldades a que as entidades patronais concedessem aumentos – aludindo, por certo, ao caso dos operários dos lanifícios da Covilhã, cuja responsabilidade pela greve os dirigentes sindicais, na versão original da sua mensagem, haviam atribuído ao governo”, in Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, pp. 592-593.

⁴²⁶ “A mensagem dos Sindicatos Nacionais”, in *DN*, de 24 de Julho de 1942.

⁴²⁷ “A mensagem dos Sindicatos Nacionais”, in *DN*, de 24 de Julho de 1942.

⁴²⁸ “A mensagem dos Sindicatos Nacionais”, in *DN*, de 24 de Julho de 1942.

⁴²⁹ “A mensagem dos Sindicatos Nacionais”, in *DN*, de 24 de Julho de 1942.

Em Outubro e Novembro de 1942 registam-se uma série de greves na região da Grande Lisboa, espontâneas, ainda sem a orientação dos comunistas⁴³⁰. A reacção das forças policiais não se faz esperar, com o uso sistemático de violência física para reprimir as manifestações de operários e operárias (muitos dos “desordeiros” eram mulheres). Depois vieram as detenções que abrangeram centenas de trabalhadores. O recém-criado desconto nos salários para o Abono de Família, o facto de as horas extraordinárias terem sido reduzidas em 50%, a consecutiva desvalorização do salário real dos trabalhadores e as limitações dos CCT, sem que os trabalhadores tivessem uma palavra a dizer, foram algumas das razões que vieram despoletar o clima de descontentamento em Lisboa e regiões limítrofes⁴³¹.

Após estes acontecimentos, o Governo retoma uma antiga discussão: a possibilidade de sujeitar as empresas públicas ao foro militar e o julgamento dos grevistas por crime de deserção. Relembra-se que Trigo de Negreiros, o Subsecretário de Estado e das Corporações, logo após as greves de 41 na Covilhã, escreve um projecto de decreto que integra estas possibilidades⁴³². Em 1943, abrange essa possibilidade de forma a integrar as empresas privadas e, os trabalhadores que não comparecessem ao trabalho, podiam ser enviados para depósitos disciplinares e as mulheres e crianças para casas de correcção.

Um novo ciclo de greves inicia-se em Julho de 1943, mesmo depois de o Governo conceder na realização de novos CCT. Porém, estes continuavam a ser limitados para o drástico aumento do custo de vida. A queda de Mussolini uns dias antes terá criado um ambiente favorável para o clima de agitação social em 43. É já o PCP que vemos a convocar e liderar estas greves em Almada⁴³³, que depois se alastram para outros importantes pólos industriais da Margem Sul e alguns sectores da cidade de

⁴³⁰ “Na realidade, o impensável vai-se dar: sem que ninguém a convocasse, sem que alguma força política ou sindical a coordenasse, a 17 de Outubro, na Carris, quer nas oficinas, quer no movimento, inicia-se a primeira greve regional e intersectorial deste período. A 2 de Novembro a paralisação alastra à Companhia dos Telefones; no dia seguinte, param os estaleiros de construção naval da CUF e os estivadores do porto de Lisboa; a 4 entram em greve as oficinas da CNN, os estaleiros da Parry & Sons em Cacilhas e as fábricas da CUF do Barreiro; a 5 estão em greve a Tabaqueira, a Fábrica de Louça de Sacavém, a Sociedade Nacional de Sabões, a fábrica Sol (sabões), a Vulcano & Colares, as Lâmpadas do Lumiar e outras empresas. (...) Segundo o INTP, no conjunto dos distritos de Lisboa e Setúbal «fizeram greve, não simultaneamente, cerca de 14 000 trabalhadores»”, in Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, pp. 376-377.

⁴³¹ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 376.

⁴³² Ver projecto de decreto e cartão de Trigo de Negreiros, de 8 de Dezembro de 1941, in Relatório da PVDE. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

⁴³³ Sobre as greves de 1943 em Almada, ver: Ferreira, Sónia, *A Fábrica e a Rua. Resistência operária em Almada*, Castro Verde, 100Luz, 2010.

Lisboa. As greves de Lisboa e Margem Sul são ainda acompanhadas pela paralisação do trabalho no sector do calçado em São João da Madeira e em algumas fábricas no norte do país⁴³⁴. Dão-se as marchas de fome e manifestações de rua violentas. Posto isto, sem capacidade para estancar as massivas greves, a mobilização industrial é efectuada: as empresas passam para a tutela do Ministério da Guerra. Centenas de grevistas foram presos e despedidos e as fábricas encerradas (como punição de sectores patronato que se mostrava disponível para dialogar com os operários ou que era demasiado brando na repressão das greves). No Barreiro declarou-se o estado de sítio, com as ruas a serem ocupadas por tropas⁴³⁵. No entanto, a criação de um batalhão de trabalhos forçados, como tinha sido previsto, não foi implementado. O regresso às fábricas dos trabalhadores foi superiormente coordenado pelo Ministério da Guerra, na figura de Jorge Botelho Moniz, o delegado para a mobilização industrial⁴³⁶.

Em 1944, assistem-se às últimas greves de grande dimensão deste período: greves em Lisboa, secundadas pelos camponeses do Ribatejo e zona saloia. Para além das greves do operariado durante este período, diversos motins, greves rurais e agitação camponesa contribuíram significativamente para o clima de agitação social⁴³⁷. O ciclo grevista acabaria por terminar em 1947, sempre com a influência significativa do PCP, embora com um “movimento reivindicativo (...) já em refluxo”⁴³⁸.

A repressão por parte do Governo havia sido efectiva. Durante mais de 10 anos não voltam a ocorrer manifestações e greves da dimensão daquelas que tiveram lugar durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

⁴³⁴ Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, p. 402.

⁴³⁵ Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, p. 402.

⁴³⁶ Rosas, Fernando, *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, p. 383.

⁴³⁷ “Do início dos anos 40 ao final da guerra, a agitação rural acompanhou, ainda que sem sintonia, a reacção do operariado industrial aos efeitos da economia de guerra. em 1941 assistiu-se ao alastrar a todo o país dos sintomas de descontentamento. Dá-se uma «maré» de roubos (fruta, lenha, criação, cereais, ferro), de sabotagens (caminho-de-ferro) e de incêndios (vagões e navios com artigos para exportação, armazéns, matas, etc.).” Freire, Dulce, “Greves Rurais e Agitação Camponesa”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, p. 404.

⁴³⁸ Freire, João Brito, “Greves Operárias”, in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Vol. I, p. 402.

CONCLUSÃO

Desejámos, com este trabalho, entender o fenómeno da greve e da manifestação pública na indústria de lanifícios da Covilhã, durante a Segunda Guerra Mundial. Focámo-nos nas greves de Novembro e Dezembro de 1941, considerando-as as primeiras grandes greves de um período que foi entendido pela historiografia portuguesa como constitutivo da primeira grave crise que o Estado Novo teve de enfrentar, numa altura que o Regime repousava sobre uma aparente «paz social».

O impacto da Segunda Guerra Mundial veio abalar os alicerces do Regime que se constituiu e consolidou ao longo da década de trinta, tendente à repressão e eliminação das tensões e contradições entre os diversos sectores da sociedade portuguesa. Através de um forte enquadramento ideológico e de uma política preventiva e repressiva, conseguiu estancar o movimento operário, alcançando a paz nas ruas. Contudo, o conflito mundial iria produzir em todos os países envolvidos, mesmo aqueles que mantiveram a sua neutralidade ao longo do período, um forte impacto económico, político e social. Devido ao alcance totalizante dos efeitos de guerra a todos os sectores da sociedade assistir-se-á, neste período, a um conjunto de factores que vieram destabilizar a, já por si, precária vida do operário português: a inflação e o facto de os salários não acompanharem o aumento do custo de vida; o racionamento; a redução dos dias de trabalho pela razão de as fábricas não terem matéria-prima; a especulação nos preços e o desvio de bens de primeira necessidade para mercados paralelos. Paralelamente, a percepção das desigualdades sociais aumentava e a organização corporativa parecia não corresponder às reivindicações operárias. Os órgãos do Governo tentaram cortar a contestação na sua raiz: através de uma política de censura nos jornais – com as notícias sobre os acontecimentos do conflito mundial e as suas consequências a serem efectivamente filtrados.

Como complemento das situações adversas provocadas pelo conflito, demos destaque à longa tradição reivindicativa na Covilhã: desde o início do século XX havia congregado numa só AC o conjunto dos diferentes ofícios no seio da indústria de lanifícios. Vimos como a cultura da reivindicação operária cresceu e se edificou no período da I República e mesmo depois de instaurada a Ditadura Militar, em 1926. Esta AC deteve um importante papel na condução dos movimentos reivindicativos e grevistas na cidade e tinha como facções ideológicas mais importantes, a socialista, a

anarco-sindicalista e, nas vésperas da instauração da organização corporativa, o movimento social católico (mas após um período tenso com os anarco-sindicalista, funda o seu próprio sindicato). A comunidade operária covilhanense, ao longo das primeiras décadas do século XX movimenta-se em intensas lutas por conquistas salariais, cristalizando a cultura e experiência operária de organização, de solidariedade e de luta reivindicativa.

O ano de 1941 marca o início do pedido de aumento salarial para o pessoal da indústria de lanifícios. Rejeitada a proposta do Governo para fazer face ao aumento do custo de vida – o subsídio familiar – os trabalhadores partem para a greve. O SN é colocado à margem das negociações: os trabalhadores haviam perdido a confiança na sua direcção. Estes não tinham, de facto, no seio da organização corporativa, capacidade de representação nem de pressão sobre as estruturas patronais e governativas. Aparecem, no seu lugar, indivíduos ligados ao anarco-sindicalismo, que mediam o conflito entre o operariado e o governo, fazendo que a organização corporativa fosse ultrapassava e a sua autoridade desvalorizada. Esta incapacidade interventiva do SN nas greves da Covilhã vai anunciar o total fracasso dos SN ao nível da resolução dos problemas salariais e na contenção dos movimentos grevistas ao longo da Segunda Guerra Mundial.

Numa das provas adquiridas pela PVDE constava uma fotografia de um grupo de operários. No verso da fotografia estava desenhado a foice e o martelo⁴³⁹. No entanto, a questão do grau de politização dos seus participantes não é automaticamente apreendida através da consulta das fontes a que tivemos acesso. Podemos, porém, dizer que a organização do PCP na Covilhã era incipiente. Os comunistas estavam aparentemente ausentes das estruturas sindicais covilhanenses: é somente em 1937 que temos notícia da eliminação de uma célula comunista na cidade – que havia durado pouco tempo – e que só se consegue reerguer em 1942, numa altura em que o PCP, «reorganizado», alcança uma nova preponderância na condução dos movimentos grevistas deste período. Não é de excluir que alguns dos participantes fossem afectos ao comunismo, no entanto não podemos apontar ao colectivo que paralisou o trabalho, as mesmas prerrogativas.

⁴³⁹ “A este arguido foi apreendido um grupo fotográfico, no verso do qual, está desenhada a insígnia comunista, - foice e martelo. Ouvido sobre o assunto, confessa que o desenho foi feito por êle, por copia de um papel que lhe foi mostrado por um camarada de fabrica, de nome Duarte, o qual fazia parte da Comissão de operários, que apresentou ao Sindicato, o pedido de aumento de salário”, in Relatório da PVDE. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, “O Boga” e outros.

Foi, no entanto, o anarco-sindicalismo que marcou profundamente o associativismo operário. Serão alguns dos elementos que tinham pertencido à antiga AC que irão mediar o conflito entre os operários e as estruturas governativas, fazendo que esta greve coloque, frente-a-frente, os trabalhadores e o Estado Novo, num sinal evidente das debilidades da organização corporativa em efectivar aquilo a que se tinha proposto: a erradicação das tensões entre os diversos grupos da sociedade, no sentido de alcançar a almejada «paz social». Contudo, os elementos da antiga AC que aparecem na mediação do conflito, assumem uma posição ambígua, mais de contenção da greve do que impulsionadores da mesma. Ficou, ainda, por explorar de que forma foram apreendidas estas greves pelo movimento social católico, que havia assumido uma posição de destacada influência no meio operário covilhanense⁴⁴⁰. Sabemos, contudo que, em Maio de 1932, os sindicatos católicos posicionavam-se contra processos que envolvessem a paralisação do trabalho por parte dos operários⁴⁴¹.

O patronato, apesar da situação complexa em que se encontrava no início do conflito, estava disposto a conceder o aumento por forma a apaziguar as tensões operárias, as quais se iam tornando cada vez mais flagrantes. Os ínfimos salários, na situação vivida durante a Segunda Guerra Mundial, estava-se a constituir como contraproducente à indústria de lanifícios e a produtividade havia diminuído, paralelamente ao aumento dos roubos e das sabotagens nas máquinas. O patronato lidava de perto com o operariado industrial: numa cidade pequena, com direcções presentes nas fábricas, as reivindicações eram entregues em mão. Contudo, as pretensões dos industriais esbarraram de frente com a política de contenção salarial decretada no início do conflito e a influência que sempre haviam detido na condução dos destinos da indústria de lanifícios, estava a ser posta em causa. O patronato, num

⁴⁴⁰ Na Covilhã, a LOC não tem um arquivo organizado. A nível nacional a informação que nos foi transmitida foi que o mesmo não estava disponível para consulta. Haverá ainda uma fonte útil para iniciar a investigação sobre este aspecto e que passa pelo órgão de comunicação social da LOC e JOC, *O Trabalhador*.

⁴⁴¹ «as greves e as violências são processos velhos e revelhos que já deram tudo o que tinham a dar como os próprios socialistas reconhecem [...] Em seu entender, «para a classe operária ver satisfeitas as suas justas reivindicações», era «preciso mudar de processos»; «a greve a propósito de tudo e de nada, o insulto, os berros, as calúnias» eram processos que haviam caído em desuso.”, in Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, p. 208, onde esta autora cita o artigo “Processos gastos (...)”, in *A Voz dos Trabalhadores*, de 1 de Junho de 1932, sobre a greve de Maio de 1932, contra a contribuição operária com 2% para o subsídio do desemprego; Contudo, no contexto das greves dos mineiros das Minas na Panasqueira, as relações entre os católicos sociais e as autoridades civis e governamentais azedam: “realce ainda para a progressiva degradação do relacionamento entre, por um lado, o Governador Civil de Castelo Branco e o delegado do INTP na Covilhã, por outro, os principais activistas do catolicismo social na região.”, in Nunes, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): Actividade Mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, p. 209.

nítido acto de indisciplina, acabaria por decretar o aumento de salários. O Governo teve assim de recuar e, através de um despacho ministerial, o sector dos têxteis de lanifícios do país acabaria por beneficiar de um aumento de 20%, em Março de 1942.

A imprensa, em vão, tenta noticiar as greves do Inverno de 1941, mas não conseguem ultrapassar o forte dispositivo montado pelo Estado Novo para controlar a comunicação social. Já a imprensa clandestina, o *Avante* e *O Militante*, fazem da greve o exemplo de que havia chegado a hora das reivindicações e do ataque ao Estado Novo, sendo essencial que o PCP não se deixasse surpreender por movimentos espontâneos deste tipo. O conflito mundial constitui o momento indicado para a reorganização do PCP: as condições económicas e políticas estavam criadas para que o partido viesse a conduzir as greves que estalaram, principalmente, a partir de 1943.

O Governo julgava erradicada a greve quando os acontecimentos de 1941 se dão mas repressão não se faz esperar: punições físicas na esquadra da PSP, envio de algumas dezenas de operários para Caxias e, ainda, terror nas ruas, com centenas de militares da GNR e guardas da PSP a patrulhar as ruas. Quando a Covilhã volta a fervilhar em 1946, a mobilização industrial é já um método testado e eficaz que, mais uma vez, é posto em prática. Naquela cidade, dezenas de operários são enviados para o Forte de Caxias. Parte dos grevistas não volta a ser admitido nas fábricas e a outra parte só é admitida depois de uma rigorosa selecção feita entre os industriais e a PIDE. Estes últimos perdem ainda as poucas regalias sociais a que tinham direito, como punição da sua participação na agitação social. Para aqueles que não são readmitidos, o que lhes espera é um difícil período em que são proibidos de voltar a trabalhar nas fábricas de lanifícios do país.

As greves do Inverno de 41 servirão, durante muito tempo, de exemplo para as autoridades policiais que ameaçavam com o mesmo tratamento aqueles que decidissem romper com a ordem estabelecida. Em Dezembro de 1946, com nova ameaça de greve, o Comandante da PSP faz referência aos acontecimentos de Dezembro de 1941, afirmando que “no interesse de todos, têm de acabar, na Covilhã, de uma vez para sempre, as frequentes paralizações de trabalho, utilizadas como meio de agir, sob pena de, por irreflexão de alguns, tôda a indústria vir a sofrer (...), na memória de todos deve estar ainda bem presente o que se passou nesta cidade, em Dezembro de 1941. Que meditem bem nisto os interessados”⁴⁴². Não chega a haver greve. No resto do país, vai

⁴⁴² Aviso da PSP da Covilhã, de 13 de Dezembro de 1946. CDAH/ML-UB, Corresp. entre a FA e a PSP; “a alusão ao que se passou em 1941 é respeitante às muitas prisões então feitas, aos espancamentos que o

acontecendo o mesmo – o Estado Novo havia conseguido reprimir eficazmente o movimento operário.

“E, então, pôs-se a olhar para os outros homens, vestidos de negro, que passavam na sua frente, caras que lhe eram familiares, operários da Aldeia do Carvalho, e da Covilhã, que ele conhecia da hora da saída das fábricas, dos diálogos no Pelourinho, das próprias ruas onde habitavam. À medida que iam passando, ele evocava as ideias, as embrionárias ansiedades que tinha ouvido a cada um deles, desde que deixara o cajado de pastor e viera trabalhar para as fábricas. E cada vez ele se sentia mais confortado, mais confortado cada vez, por verificar que quase todos os que passavam na sua frente pensavam como Marreta e como ele próprio pensava agora.

Viu Tramagal, Ricardo e João Ribeiro a descenderem a calçada – e juntando-se a eles, Ricardo disse-lhe:

- No sábado à noite, vamos fazer uma reunião, aqui, na Covilhã, em casa do Ildefonso. Precisamos de continuar...Compreendes? Precisamos de continuar...Não faltes!

- Lá irei – respondeu. E voltou a sentir-se menos abandonado do que quando vira, momentos antes, enterrar Marreta e muito menos do que quando há anos, entrara para a fábrica. Parecia-lhe que uma secreta força, que ele desconhecia quando viera para ali, partia dos outros para ele e dele para os outros – ligando-os a todos e dando-lhes, com novas energias, uma nova esperança.

Ao chegarem ao começo da Rua Azedo Gneco, onde ele vivia, Horácio despediu-se. Mesmo ao andar sozinho na viela solitária, parecia-lhe que não ia sozinho.”⁴⁴³

seu antecessor fez e aos tiros de metralhadora que feriram e inutilizaram alguns operários grevistas. Não chegou a haver greve.”, in Raimundo, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, p. 53.

⁴⁴³ Castro, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, pp. 327-328.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. FONTES

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo: PIDE / DGS

- Delegação de Coimbra, PI 28380 NT 4764, Alberto Borges
- Processo nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, “O Boga” e outros
- SC NT 7354 - 4408 CI 2, Ferreira de Castro

Fundo: Arquivo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro (Núc. MI, Gab. MI)

- Maços: 515; 516; 517; 520; 521; 337; 339

Fundo: Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM)

- Processo 200/4, nº. 5, NT 7

Fundo: Registo Geral de Presos

Fundo: Arquivo do Hospital de S. José

- Hospital de São José, NT 8890, registo de entrada nº 153

Arquivo Histórico Militar

Fundo: Tribunal Militar Especial

- Processo nº. 7/41, Livro 5, Gilberto Duarte
- Processo nº. 338/42, Livro 7, Vários
- Processo nº. 336/43, Livro 11, António da Cruz Inácio
- Processo nº. 20/36, cota 29, José Pinto Ferreira Júnior

Arquivo do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

- Pasta INTP - Covilhã

Centro de Documentação / Arquivo Histórico do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior

- Correspondência trocada entre a Fábrica Alçada & Filho, Sucessor e o Instituto Nacional de Trabalho e Providência
- Correspondência trocada entre a Empresa Transformadora de Lãs e a Polícia de Segurança Pública
- Correspondência trocada entre a Empresa Transformadora de Lãs e o Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã
- Copiador da correspondência expedida da Empresa Transformadora de Lãs
- Correspondência trocada entre a Empresa Transformadora de Lãs e a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios
- Correspondência trocada entre a Empresa Transformadora de Lãs e o Ministério da Economia

Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil do Sector da Beira Baixa

Arquivo Municipal da Covilhã

Arquivo Distrital de Castelo Branco

Fundo: Governo Civil de Castelo Branco

- Maços: 337; 339
- Correspondência recebida: caixa 15; caixa 37

JORNAIS

Notícias da Covilhã

A Voz dos Trabalhadores

O Trabalho

Avante!

O Militante!

Diário de Notícias

ESTATÍSTICAS:

PORTUGAL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Estatística Industrial*, 1943, Sociedade Astória, Lda., 1945.

-----, *VIII Recenseamento Geral da População - no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940, Distrito de Castelo Branco*, Volume VI , Sociedade Astória, Lda., 1944.

-----, *Estatística Comercial, Comércio Externo, Ano de 1937, Volume I, Importações e Exportações por Classe e Artigos das Pautas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1938, Comércio por Mercadorias e Países*, Volume I, Porto, Tipografia Leitão, 1940.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1941, Comércio por Mercadrias e Países*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1938, Comércio por Mercadorias e Países*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1942, Comércio por Mercadorias e Países*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1943.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1943, Comércio por Mercadorias e Países*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1944.

-----, *Comércio Externo, Ano de 1940, Comércio por Mercadorias e Países*, Volume I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941.

-----, *Comércio Externo, Comércio por Mercadorias e Países, 1945*, Volume I, Sociedade Tipografica, lda., 1946.

-----, *Comércio Externo, Comercio por Mercadorias e Países, 1944*, Volume I, Sociedade Astória, Lda., 1945.

2. BIBLIOGRAFIA

AAVV, *Presos no Regime Fascista 1940-1945*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros, 1984.

ASSUNÇÃO, António Rodrigues, *O Movimento Operário na Covilhã, 1890-1907*, Volume I, 2006.

-----, *O Movimento Operário na Covilhã, 1908-1926*, Volume II, 2008.

BARROS, Júlia Leitão, “Exposição do Mundo Português”, in FERNANDO ROSAS E J. M. BRANDÃO DE BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 325-327.

-----, *O Fenómeno da Opinião Pública em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX), Lisboa, UNL-FCSH, 1993 [policopiado].

BRITO, José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965), O Condicionamento Industrial*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989.

CASTRO, Ferreira de, *A Lã e a Neve*, Círculo de Leitores, 1985.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Proletariado: o nome e a coisa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1983.

CHAKRABARTY, Dipesh, “História subalterna como pensamento político”, in BRUNO PEIXE DIAS E JOSÉ NEVES (coord.), *A Política dos Muitos: Povo, Classe e Multidão*, Lisboa, Fundação EDP e Tinta da China, 2010, pp. 281-307.

DUARTE, Heitor, *Conflitos Sociais na Indústria de Lanifícios da Covilhã: 1940-1981*, Dissertação de Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2002 [policopiado].

FERREIRA, Sónia, *A Fábrica e a Rua: Resistência Operária em Almada*, Castro Verde, 100Luz, 2010.

FREIRE, Dulce “Greves Rurais e Agitação Camponesa”, in FERNANDO ROSAS E J. M. BRANDÃO DE BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 404-406.

FREIRE, João Brito, “Greves Operárias” in FERNANDO ROSAS E J. M. BRANDÃO DE BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 401-404.

VALENTE, José Carlos, “Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP)”, in FERNANDO ROSAS E J. M. BRANDÃO DE BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo, A-L*, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 486-488.

- LIDEN**, Marcel Van den, *Workers of the World – Essays toward a Global Labor History, Studies on Global Social History*, Volume I, Leiden – Boston, Brill, 2008.
- MADEIRA**, João (coord.), *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.
- MADUREIRA**, Nuno Luís (coord.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, Volume I, Celta, 2001.
- NUNES**, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o Volfrâmio (1933-1947): actividade mineira, «Grande Depressão» e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- PATRIARCA**, Fátima, “A institucionalização corporativa - das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, in *Análise Social*, vol. XXVI (110), 1991 (1.º), pp. 23-58.
- , *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. I, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- , *A Questão Social no Salazarismo, 1930-1947*, Vol. II, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- , “Greves”, in *Dicionário de História de Portugal*, ANTÓNIO BARRETO E MARIA FILOMENA MÓNICA (coord.), Volume VIII, Suplemento F/O, Lisboa, Figueirinhas, 1999, pp. 135-141.
- , *Sindicatos contra Salazar. A Revolta do 18 de Janeiro de 1934*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2000.
- , “Sobre a leitura das fontes policiais”, in *Análise Social*, Vol. XXXII (4.º-5.º), 1997 (n.º 143-144), pp. 925-935.
- PEREIRA**, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política, «Duarte», o Dirigente Clandestino*, Volume II, Temas e Debates, Lisboa, 2001.
- PIMENTEL**, Irene Flunster, *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2001.
- , *A História da PIDE*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011.
- PINHEIRO**, Elisa Calado (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008.
- , (coord.), *Rota da Lã Translana, Portugal / Espanha*, Vol. II, Covilhã, Museu de Lanifícios, Universidade da Beira Interior, 2008.
- RAIMUNDO**, Gabriel, *Tear de Tomates - Romance dos trapos na Corda da Estrela*, Almada, Edições ANES, 1984.

- REZOLA**, Maria Inácia, “Católicos, Operários e Sindicatos”, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, nº. 6, 1994, pp. 101-127.
- ROSAS**, Fernando, “Economia de Guerra (1939-1945)”, in FERNANDO ROSAS e J. M. BRANDÃO DE BRITO (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, A-L, Volume I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 280-284.
- , “O Corporativismo Enquanto Regime”, in AAVV, *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Almedina, 2012, pp. 17-47.
- , *O Estado Novo (1926-1974), História de Portugal*, in JOSÉ MATTOSO (dir.) Volume VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- , *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1938, Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo*, Editorial Estampa, 1996.
- , *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945*, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1990
- (coord.), *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2009.
- SÁ**, José Ayres de, “A (re)construção do passado pelas memórias do futuro. A Administração do trabalho na Covilhã dos lanifícios”, in ELISA CALADO PINHEIRO (coord.), *Actas das III Jornadas de Arqueologia industrial (14 a 18 de Novembro de 1998): os fios do passado a tecer o futuro: uma abordagem pluridisciplinar*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, Museu de Lanifícios, 2002, pp. 599-606.
- SALAZAR**, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas 1935-1937*, Volume II, Coimbra Editora, Lda., 1945.
- , *Discursos e Notas Políticas 1938-1943*, Volume III, Coimbra Editora, Lda., 1943.
- , *Discursos e Notas Políticas 1943-1950*, Volume IV, Coimbra Editora, Lda., 1951.
- , “Realities and Trends of Portuguese Policies”, in *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, Vol. 39, nº. 2, Abril, 1963, pp. 169-183.
- SCOTT**, James C., *Domination and the Arts of Resistance, Hidden Transcripts*, New Haven and London, Yale University Press, 1990.
- TELO**, António, *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Volume II, Alto dos Moinhos, Vega, 1991.
- , *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, Volume I, Alto dos Moinhos, Vega, 1991.

THOMPSON, E. P., *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do século XVIII*, Antígona, 1998.

-----, *Costumes em Comum*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

-----, *The Making of the English Working Class*, New York, Vintage Books, 1968.